

**GRACIELA BONASSA GARCIA**

**TERRA, TRABALHO E PROPRIEDADE:  
A ESTRUTURA AGRÁRIA DA CAMPANHA RIO-GRANDENSE NAS  
DÉCADAS FINAIS DO PERÍODO IMPERIAL (1870-1890)**

**NITERÓI**

**2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**GRACIELA BONASSA GARCIA**

**TERRA, TRABALHO E PROPRIEDADE:  
A ESTRUTURA AGRÁRIA DA CAMPANHA RIO-GRANDENSE NAS  
DÉCADAS FINAIS DO PERÍODO IMPERIAL (1870-1890)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Maria Menendes Motta

**NITERÓI  
2010**

**GRACIELA BONASSA GARCIA**

**TERRA, TRABALHO E PROPRIEDADE:  
A ESTRUTURA AGRÁRIA DA CAMPANHA RIO-GRANDENSE NAS  
DÉCADAS FINAIS DO PERÍODO IMPERIAL (1870-1890)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

Banca Examinadora:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Helen Osório  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> María Verónica Secreto de Ferreras  
Universidade Federal Fluminense

Prof Dr Paulo Afonso Zarth  
Universidade de Passo Fundo  
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Prof Dr Théo Lombarinhas Piñeiro  
Universidade Federal Fluminense

*Para meus irmãos Ju e Lara,  
pelas experiências compartilhadas  
e horizontes em comum.  
Por termos sido crianças juntos.*

## AGRADECIMENTOS

Devo agradecer à CAPES pela bolsa concedida a partir do segundo ano de desenvolvimento do presente trabalho e do mesmo modo à FAPERJ pela bolsa conferida através da seleção realizada pelo Programa de Pós-graduação em História da UFF, em fevereiro de 2008, a qual financiou os dois anos finais deste trabalho. Sem elas esta tese não teria sido realizada.

Aos funcionários da Universidade Federal Fluminense e dos arquivos e bibliotecas freqüentados ao longo da pesquisa, em especial Jorge Miranda da Silva, no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Agradeço à professora Márcia Maria Menendes Motta, orientadora desta tese, pela confiança depositada neste trabalho, bem como pela orientação recebida. A ela e a todos os demais pesquisadores no Núcleo de Referência Agrária da Universidade Federal Fluminense, pelos projetos, diálogos, críticas e materiais trocados ao longo destes quatro anos.

Gostaria de agradecer especialmente à banca examinadora desta tese. Aos professores Maria Verónica Secreto e Théo Lobarinhas Piñeiro, também membros da banca de qualificação, pela leitura cuidadosa e atenta realizada na versão preliminar do trabalho, por terem percebido, nas lacunas daquele rascunho, caminhos possíveis de serem traçados. Ao professor Paulo Afonso Zarth, que acompanha minha trajetória desde minhas embrionárias idéias de pesquisa, que também esteve presente na banca de qualificação e final de meu mestrado. E, finalmente, à professora Helen Osório, minha orientadora de Mestrado, com quem aprendi o ofício da pesquisa histórica.

À professora Helen Osório, também agradeço por ter acompanhado o desenvolvimento dessa pesquisa com interesse e amizade.

Aos alunos do curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, *doces bárbaros*, pelas surpresas compartilhadas.

Aos *malungos* Alessandra Gasparotto, Bruna Sirtori, Daniela Oliveira Silveira, Fernando Pureza, Grazielle Dainese, Guinter Tlajja Leipnitz, Lisane Berlato, Manoel Prado Júnior, Marcelo Vianna, Marcio Both da Silva, Rodrigo

Weimer, Samir Perrone, Sandro Motta Campos, Taise Quadros, Tatiana Pereira, Thiago Pereira, Tiago Gil, Valentina Nicolazzi, Valéria Fernandes e Vinicius Pereira de Oliveira: nos abraços e ao som do riso de vocês realizei essa travessia.

Aos parceiros Manoel e Ginter, porque nunca esperaram serem chamados para ajudar.

À Lara, Lúcia, Dani, Marcelinho, Weimer e Geraldo, pelos outonos da vida.

À minha família, pelo apoio e amor incondicionais.

## SUMÁRIO

Introdução .....	15
<b>Capítulo 1. Dos campos e da pecuária: a estrutura agrária na Campanha rio-grandense.....</b>	<b>24</b>
1.1 História Regional: História Social.....	24
1.2 História Regional: as escalas sobre o espaço.....	26
1.3 A Região e a tentativa de desnaturalizar o evidente.....	32
1.4 A região da Campanha rio-grandense.....	40
1.5 A fonte .....	50
1.6 Dos campos e da pecuária: a estrutura agrária da Campanha.....	58
1.7 A terra: o legado da imprecisão .....	81
1.7.1 Muita terra e pouco dono.....	94
<b>Capítulo 2. Escravidão e Pecuária: crise e estratégias de substituição da mão-de-obra na Campanha rio-grandense.....</b>	<b>116</b>
2.1 Escravidão e alforria: as condições da liberdade .....	122
2.2 Victorino, escravo campeiro, filho de mãe liberta .....	144
<b>Capítulo 3. O processo de cercamento dos campos na Campanha rio-grandense .....</b>	<b>160</b>
3.1 Cercar a produção .....	164
3.2 Cercar a propriedade .....	181
Considerações finais .....	193

Anexo I .....	196
Anexo II .....	197
Fontes manuscritas .....	198
Fontes impressas .....	200
Bibliografia .....	201

## LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E MAPAS

Gráfico 1: Participação dos bens de produção no patrimônio produtivo (1870-1888) .....	59
Gráfico 2: Participação dos bens de produção no patrimônio produtivo (%) – décadas de 1830, 1870 e 1880 .....	73
Gráfico 3: Variação do preço médio de um escravo (1870-1888).....	75
Gráfico 4: Evolução dos preços dos rebanhos entre as décadas de 1870 e 1880.	77
Gráfico 5: Composição do rebanho por valor (década de 1870).....	80
Gráfico 6: Composição do rebanho por valor (década de 1880).....	80
Gráfico 7: Proporção de terras inventariadas com informação de extensão (1870-1891) .....	83
Gráfico 8: Proprietários e “sem-terras” (1830-1839) .....	95
Gráfico 9: Proprietários e “sem-terras” (1870-1879) .....	95
Gráfico 10: Proprietários e “sem-terras” (1880-1889) .....	96
Gráfico 11: Proprietários e “sem-terras” (1890-1891) .....	96
Gráfico 12: Variação percentual dos preços dos bens de produção entre as décadas de 1830 e 1870 (£) .....	110
Gráfico 13: Variação do preço da terra (ha) em libras esterlinas .....	112
Gráfico 14: Variação no índice de “sem-terras” entre os produtores rurais inventariados (%) .....	113
Gráfico 15: Evolução da concessão de alforrias no tempo (Alegrete, Quaraí e Rosário, 1831-1886) .....	129
Gráfico 16: Alforrias condicionais concedidas (1870-1887).....	130
Gráfico 17: Relação entre escravos legados em inventários e libertos por alforria condicional (1870-1885).....	132
Gráfico 18: Distribuição (%) dos Processos Judiciais na Campanha (1820-1890)	185
Quadro 1: Produtores rurais “sem-terra” na Campanha rio-grandense (1870-1890) .....	99
Quadro 2: População livre e escrava – Província de Rio Grande de São Pedro e Paróquia de Alegrete (1872) .....	123

Mapa 1: Biomas (Brasil) .....	44
Mapa 2: Divisão administrativa atual da Campanha rio-grandense .....	47
Mapa 3: “Planta do estabelecimento de João Baptista de Castilho” (1864).....	188
Mapa 4: Detalhe da “Planta do estabelecimento de João Baptista de Castilho” com os <i>postos</i> assinalados (1864).....	190
Mapa 5: Municípios do Rio Grande do Sul em 1857 (com área referente às declarações realizadas aos Registros Paroquiais de Terra de Alegrete em destaque) .....	196
Mapa 6: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1912.....	197
Gráfico genealógico 1: Família da liberta Victoria em 1880 .....	145

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AN	Arquivo Nacional
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)
CCMA	Correspondência da Câmara Municipal de Alegrete
RPP	Relatório de Presidente de Província
RPT	Registro Paroquial de Terras
Inv.	Inventário <i>post-mortem</i>
mç.	Maço
fl.	folha
cx.	caixa
gal.	galeria

## RESUMO

No Brasil a escravidão negra teve um fôlego muito longo, se comparado aos demais países americanos. Diferentes atividades produtivas dependiam da mão-de-obra cativa e esta estava difundida entre todos os grupos sociais. Na atividade pecuária realizada no sul do Brasil isso não foi diferente e na medida que o escravismo entrava em crise era necessário buscar alternativas aos braços escravos que escasseavam. Neste trabalho busca-se investigar a estrutura agrária da Campanha rio-grandense (região localizada na fronteira sul do Brasil) nas duas últimas décadas do regime escravista (1870-1890). Foi justamente na década que antecedeu o fim da escravidão que o processo de cercamento dos campos na região tomou fôlego. Esse será, portanto, um período de profundas transformações na estrutura agrária da região: o fim iminente da escravidão, junta e paralelamente ao início do processo de cercamento dos campos, redefinirá os padrões de trabalho e propriedade vigentes até então. Buscar explicar essas transformações, suas motivações e conseqüências é o objetivo central deste trabalho.

Palavras-chave: estrutura agrária, escravidão rural, cercamento dos campos, conflitos de terra, direitos de propriedade.

## RESUMEN

En Brasil, la esclavitud negra tuvo un aliento muy largo si se lo compara a los demás países americanos. Distintas actividades productivas dependían de la mano de obra cautiva y la misma estaba difundida entre todos los grupos sociales. En la actividad pecuaria realizada en el sur de Brasil eso no fue diferente y, en la medida que el esclavismo entraba en crisis, era necesario buscar alternativas a los brazos esclavos que escaseaban. En este trabajo se busca investigar la estructura agraria de la Campaña riograndense (región ubicada en la frontera sur de Brasil) en la dos últimas décadas del régimen esclavista (1870-1890). Fue justamente en la década que antecedió el fin de la esclavitud que el proceso de cercamiento de los campos en la región tomó aliento. Ese será, por lo tanto, un periodo de profundas transformaciones en la estructura agraria de la región: el fin inminente de la esclavitud, junta y paralelamente al comienzo del proceso de cercamiento de los campos, redefinirá los patrones de trabajo y propiedad vigentes hasta entonces. Buscar la explicación para esas transformaciones, sus motivaciones y consecuencias es el objetivo central de este trabajo.

Palabras-clave: estructura agraria, esclavitud rural, cercamiento de los campos, conflictos de tierra, derechos de propiedad.

## ABSTRACT

In Brazil, black slavery lasted much longer than in other American countries. Different productive activities depended on the bonded labor and it was present among all the social groups. Regarding the ranching activities carried on in the south of Brazil was not different, and as soon as the crisis of slavery took place it was necessary to search for other alternatives to replace slave labor. This paper aims to investigate the agrarian structure of the *Campanha rio-grandense* (region placed in the south border of Brazil) over the last two decades of the slavery regime (1870-1890), because it was during the period before the abolition of slavery that the land enclosures process in the region increased. Thus this period is marked by an intense process of transformation in the agrarian structure of the region: the imminent abolition of slavery along with the beginning of the land enclosures redefined the current labor and property patterns. The main purpose of this thesis is to explain these transformation, its motivation and consequences.

Keywords: land conflicts, agrarian structure, land enclosures, rural slavery, property rights

## INTRODUÇÃO

Doze anos depois de ser chamada para dar início ao inventário *post-mortem* de seu pai, novamente Verônica Gonçalves Jardim é intimada a prestar juramento de inventariante, desta vez por ocasião do falecimento de seu marido<sup>1</sup>. No decorrer do processo foi possível, através de suas declarações (mediadas, obviamente, por seu procurador), conhecer um pouco da vida de Verônica Gonçalves Jardim, a filha de Antônio José Gonçalves, falecido na cadeia de Alegrete em 1870, “em extremo estado de pobreza”. Novamente percebemos a resistência de Verônica em comparecer ao Juízo e para dar abertura, espontaneamente, ao processo de inventário. Seu marido falecera em 1876 e o inventário só é aberto em 1882 e por intimação. Nele, Verônica reproduz a argumentação exitosa utilizada doze anos antes e declara que:

[...] vem respeitosamente trazer à consideração de V. Sa. que os referidos bens para que se quer chamar a suplicante a inventariá-los são tão poucos que nem chegariam para cobrir as despesas do mais insignificante inventário, os quais consistem em muito menos da metade de meia quadra de sesmaria, segundo a suplicante tem sido informada, visto que tais terrenos nunca foram medidos, bem como um cavalo.<sup>2</sup>

O trecho acima revela um patrimônio muito pequeno, bem como a indefinição da extensão e localização do campo a ser legado. O Juiz deferiu o

---

<sup>1</sup>Inv. 486, mç. 37, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1882, APERS. Esse caso é profundamente incomum, sob vários aspectos. Primeiro, porque os bens do pai de Verônica eram poucos e, mesmo o inventário não tendo continuidade, foi possível apreendermos os bens através da declaração feita pela inventariante. Sua excepcionalidade não pára por aí: foi possível reencontrarmos Verônica Gonçalves Jardim doze anos depois, em outro processo. No caso das famílias mais abastadas, a reincidência nominal é mais comum: podemos localizar pai e filho, marido e esposa, em diferentes momentos, através dos inventários, mas as heranças diminutas dificilmente permitem esse tipo de acompanhamento de trajetória, por deixarem poucos vestígios documentais. Esse foi o único caso, entre todos os inventários de nossa amostra, no qual pudemos localizar nominalmente filhos ou cônjuges de inventariados pobres.

<sup>2</sup> Sem grifos no original.

pedido de Verônica Gonçalves Jardim e o processo não teve prosseguimento a ponto de termos acesso ao valor da terra e do único cavalo legado. No entanto, ao nos debruçarmos sobre este processo, analisando-o qualitativamente, em suas entrelinhas, informações muito mais preciosas chegam até nós. No vai e vem de declarações, encaminhamentos para o Curador dos Órfãos, deste para o Escrivão e, finalmente, para o Juiz, coletamos uma série de dados que nos permitem uma breve apreensão da trajetória de Verônica e do modo como buscava garantir a sua sobrevivência, apesar do extremo estado de pobreza. Há seis anos o seu marido havia falecido, deixando 12 filhos entre 1 e 20 anos:

Em todos esses anos decorridos desde o falecimento de seu marido, tem a suplicante vivido na maior pobreza e à força de seu trabalho em princípio e com suor de sangue, e depois coajudada por seus filhos maiores, é que alimentam numerosa família, e que tudo é de pública notoriedade, servindo apenas o pequeno solo declarado pertencente ao seu extinto casal para plantações anuais, cujo pequeno produto, por serem os mesmos limitados e na proporção da pequena força que dispõe, apenas serve para modificar as despesas da alimentação de tão grande família.

Mesmo considerando a margem de inveracidade presente nesta declaração, há de se concordar que a mesma era verossímil aos olhos de seus contemporâneos, tendo em vista o deferimento do Juiz, sem nenhuma oposição por parte do Curador de Órfãos. Partindo disso, podemos inferir que a família de Verônica Jardim dedicava-se exclusivamente à agricultura em pequena escala, para consumo e em caráter complementar, tendo em vista a inexistência de rebanhos e a afirmação da inventariante de que os produtos colhidos servem “apenas para modificar as despesas de tão grande família”. Se apenas diminuía os gastos com alimentação, Verônica, através de seu procurador, estava afirmando que a produção não era suficiente para garantir a sobrevivência autônoma da família. A pobreza de Verônica Gonçalves Jardim e de seus doze filhos talvez nos ajude a compreender como os estancieiros da Campanha rio-grandense, a exemplo de Joaquim Pinto de Azevedo, mantiveram seus imensos rebanhos apesar da crise do trabalho escravo. Não sabemos se o marido de Verônica era um liberto ou se era um *homem livre*

*pobre*. Mas certamente pertencia à ampla camada da população que compunha a pobreza rural do pampa rio-grandense.

Sim, Joaquim Pinto de Azevedo possuía um rebanho de 8.000 cabeças<sup>3</sup>, mas Verônica Gonçalves Jardim possuía apenas um cavalo e Ignácio Rodrigues Vianna<sup>4</sup>, falecido no mesmo ano que o primeiro, buscava garantir a sua sobrevivência e a da sua família através da propriedade de 7 cavalos mansos, 115 ovelhas e 85 animais cavalares. Ele não possuía gado vacum. Outras estratégias, além da criação de gado para o comércio eram necessárias para sua reprodução social. Assim como ele, muitos outros inventariados da década de 1880 não possuíam nenhuma cabeça de gado vacum. Enquanto Ignácio Vianna e mais 26 produtores rurais foram alijados do acesso ao rebanho bovino, são 24 os produtores rurais que faleceram sem legar um palmo de terra sequer aos seus filhos no período de 1880 a 1888. Definitivamente o possuidor de 8.000 cabeças nos fala sobre essa sociedade, mas há nela muitas outras vozes a serem ouvidas, cujo direito à existência histórica e à memória têm sido negado ao longo dos séculos.

As camadas mais pobres da população representavam a maioria esmagadora da sociedade da Campanha rio-grandense. Um discurso lacunar construído e reproduzido ao longo dos últimos 200 anos faz com que mais uma vez a afirmação dessa obviedade se faça necessária. Uma estrutura agrária excludente como a que encontramos hoje na Campanha não surge da noite para o dia, tampouco de forma pacífica. Ela é resultado de séculos de exploração e expropriação de famílias que vivem na zona rural e que possuem unicamente ou pouca coisa além do que sua própria força de trabalho.

\*

A região da Campanha rio-grandense localiza-se na fronteira-oeste do Rio Grande Sul, um espaço ao mesmo tempo de encontro e limites entre Brasil,

---

<sup>3</sup> Inv. 119, mç. 4, Cartório Cível e Crime, Alegrete, 1886, APERS.

<sup>4</sup> Inv. 47, mç. 2, Cartório da Provedoria, Alegrete, 1886, APERS.

Argentina e Uruguai. Sua localização, entendida no processo histórico de disputa por territórios entre as coroas portuguesa e espanhola ao longo do período colonial, explica, em parte, o grande número de enfrentamentos bélicos das quais esse território foi palco. Explica também a sua tardia incorporação à Coroa portuguesa, realizada somente em 1801.

Com sua vegetação rasteira, poucas árvores (a maioria de pequeno porte)<sup>5</sup> e um relevo pouco acidentado, a Campanha ou Pampa gaúcho assemelha-se aos espaços fronteiriços da Argentina e Uruguai, diferenciando-se profundamente da metade norte e áreas litorâneas do estado do Rio Grande do Sul. A geografia física da Campanha foi durante muito tempo o grande fator explicativo do estabelecimento de latifúndios, onde se desenvolvia privilegiadamente a pecuária extensiva. Tal explicação ainda hoje é utilizada por alguns historiadores.<sup>6</sup>

Além de incorporar grandes latifúndios, a Campanha é a região que possui hoje a menor densidade demográfica do estado, caracterizando-se também por municípios de grandes extensões e pelo que podemos considerar uma permanência do período a ser analisado neste trabalho: o predomínio das atividades agropecuárias. A escolha deste recorte espacial baseia-se no entendimento de que a região que hoje chamamos de Campanha rio-grandense só pôde constituir-se como tal a partir do modo específico com que suas terras foram apropriadas e das atividades produtivas que ali foram desenvolvidas<sup>7</sup>, elementos que lhe proporcionaram um perfil diferenciado das demais regiões do estado.

Entre os municípios da Campanha rio-grandense, optamos por Alegrete, ou melhor, pela área do município de Alegrete no período de 1854 a 1857, ou seja, a que foi declarada aos Registros Paroquiais de Terra. Alegrete ainda hoje é o maior município, em extensão, do Rio Grande do Sul. Em um primeiro

---

<sup>5</sup> É necessário ressaltar que a paisagem desta região tem sido profundamente alterada nos últimos anos pelo estabelecimento de empresas de capital internacional dedicadas à produção de celulose, tendo a Aracruz como seu grande expoente.

<sup>6</sup> Essa matriz explicativa começa com a obra de Nilo Bernardes, apesar dela própria, ao tentar explicar o processo de povoamento do Rio Grande do Sul, não trazer tanta adesão ao determinismo da geografia física sobre as atividades produtivas quanto aquela feita posteriormente, por outros autores, a partir de sua obra.

<sup>7</sup> Essas questões serão desenvolvidas ao longo deste trabalho.

levantamento do rebanho existente na província, em meados do século XIX<sup>8</sup>, Alegrete possuía o maior rebanho vacum entre todos os municípios: 772.232 cabeças de gado. Isso se repete ao longo de posteriores levantamentos provinciais e se confirma no primeiro Censo Agrícola do Brasil, no ano de 1920, no qual Alegrete figura como o município com o maior rebanho bovino e eqüino do estado do Rio Grande do Sul<sup>9</sup>.

Quanto ao município de Alegrete, Mariana Thompson Flores traz as seguintes referências:

No histórico do município, a criação da primeira capela se deu em 1812, nas margens do Rio Inhanduí, por obra do sesmeiro da região Tenente-coronel José de Abreu, o Barão do Cerro Largo. Esta capela foi destruída em 1816, quando da invasão das tropas artiguistas comandadas por Andrecito Artigas, filho adotivo de José Artigas, e reconstruída em 1817, desta vez às margens do Rio Ibirapuitã, quando obtém o reconhecimento oficial pelo bispado do Rio de Janeiro de Capela Curada de Nossa Conceição Aparecida de Alegrete, passando a integrar o município de Rio Pardo. Em 1819, Cachoeira se emancipa de Rio Pardo e Alegrete passa a ser domínio deste primeiro até ser elevada à categoria de Vila e tornar-se município em 1831.<sup>10</sup>

Se, por um lado, a adoção de critérios administrativos para a definição do recorte espacial facilita o acesso às fontes, as quais estão organizadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul por municípios, por outro gera algumas dificuldades. A maior delas é a questão dos sucessivos desmembramentos sofridos pelo território do município. Assim, a longo prazo, temos diversos *Alegretes*, o que exigiu que agregássemos à análise fontes de municípios hoje vizinhos, os quais foram desmembrados do território original. Em 1831, por exemplo, momento no qual Alegrete fora elevado à categoria de

---

<sup>8</sup> *Mapa numérico das estâncias existentes nos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu costeiro.* Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Estatísticas, mç 02, 1858. Doravante "Relação de 1858".

<sup>9</sup> *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censos do RS: 1803-1950.* Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1986. Doravante "Censo de 1920".

<sup>10</sup> FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864).* Porto Alegre: UFRGS, 2007. Dissertação de mestrado (mimeo), p. 12.

município, pertenciam a este os territórios dos atuais municípios de Uruguiana, Santana do Livramento, Quaraí e Rosário do Sul. Em 1857, momento da realização dos Registros Paroquiais de Terra, Uruguiana e Livramento já tinham adquirido autonomia administrativa (Ver Anexo I - Mapa do Rio Grande do Sul em 1857). Já Quaraí e Rosário do Sul são elevados à categoria de Vila e, posteriormente, município, ao longo da década de 1870. Por ora basta apreendermos que o levantamento documental realizado considerou essa evolução administrativa, incluindo e excluindo fontes sempre que pertinente<sup>11</sup>.

Esta pesquisa localiza-se historiograficamente no campo da História Agrária. Trata-se de um trabalho de História Regional que tem como principal objetivo investigar a estrutura agrária da Campanha rio-grandense. Para tanto, elegemos como recorte espacial as duas últimas décadas do período imperial, momento privilegiado para analisarmos os reflexos da transição da mão-de-obra escrava para a livre, na atividade pecuária, e o início do processo de cercamento dos campos sobre as estruturas agrária e fundiária da região. A transição entre a mão-de-obra escrava e a livre, na Campanha rio-grandense, foi profundamente influenciada pelo cercamento dos campos, tendo em vista que as numerosas famílias de agregados, que cumpriam a função de “fronteira viva” nos limites dos grandes estabelecimentos pecuários, tornar-se-ão absolutamente desnecessárias após a introdução da cerca de arame. Foi justamente na década que antecedeu o fim da escravidão que o processo de cercamento dos campos na região tomou fôlego. Esse será, portanto, um período de profundas transformações na estrutura agrária da região: o fim iminente da escravidão, junta e paralelamente ao início do processo de cercamento dos campos, redefinirá os padrões de trabalho e propriedade vigentes até então. Buscar explicar essas transformações, suas motivações e conseqüências é, portanto, o objetivo central deste trabalho.

Composição de fortunas e do patrimônio produtivo, interrogações prioritárias do presente trabalho, encontram suporte metodológico,

---

<sup>11</sup> Todos os critérios de adoção ou exclusão de conjuntos documentais serão explicitados ao longo do trabalho.

principalmente, em Jorge Gelman e Juan Carlos Garavaglia<sup>12</sup>. Além destes, Helen Osório e João Luis Fragoso<sup>13</sup> também são referenciais nesse sentido, por possibilitarem, a partir da adoção de critérios semelhantes, a comparação entre sociedades distantes temporal e espacialmente de nosso tema de investigação.

Sobre o mercado de terras, sua composição e variáveis, o trabalho de Giovanni Levi<sup>14</sup> é fundamental, já que, usando expressão forjada por Jacques Revel<sup>15</sup>, “joga com as escalas” de observação e, desta forma, percebe que o preço da terra não é determinado única e exclusivamente por questões impessoais. Ao buscar compreender a “modulação local da grande história”, Levi, como outros autores identificados como componentes da micro-história, percebe condicionantes impossíveis de serem revelados única e exclusivamente através de uma história quantitativa. Os métodos desta, diversas vezes utilizados no presente trabalho, não serão os únicos adotados, por considerarmos muito enriquecedor o seu uso combinado com a análise qualitativa das fontes.

A tese está organizada em três capítulos ao longo dos quais serão analisados os temas até aqui apontados.

No capítulo 1 será analisada a estrutura agrária da Campanha rio-grandense, bem como suas transformações ao longo das duas últimas décadas do período imperial. Após uma breve e necessária reflexão acerca do conceito de região e de sua utilização para fins deste trabalho, passaremos à investigação da estrutura agrária da Campanha a partir, principalmente, dos inventários *post-mortem* referentes aos municípios de Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí. Aspectos como a composição do patrimônio produtivo e das fortunas inventariadas, bem como a evolução do preço dos bens de produção ao longo

---

<sup>12</sup> Entre outros: GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999; GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

<sup>13</sup> FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

<sup>14</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>15</sup> REVEL, Jacques (Org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

do tempo serão abordados detidamente nesse capítulo. Entre todos os bens, a terra merecerá um papel privilegiado na análise, tendo em vista a importância que o processo de mercantilização dos campos adquire, neste momento, enquanto variável a influenciar as transformações das estruturas agrária e fundiária da Campanha rio-grandense. A existência de produtores rurais “sem-terras”<sup>16</sup> ou não possuidores de gado será explorada com atenção, com o objetivo de enfatizar a importante presença de uma camada da população que não se enquadra no modelo explicativo Campanha-latifúndio-pecuária.

Como já foi amplamente trabalhado pela historiografia referente ao Rio Grande do Sul, a presença dos escravos na província é, hoje, fato inquestionável<sup>17</sup>. No capítulo 2 analisaremos o fim da escravidão na pecuária nas décadas finais do século XIX, mais especificamente a crise e as estratégias de substituição da mão-de-obra escrava na Campanha rio-grandense. Através da análise dos dados revelados, principalmente, através das Cartas de Alforria concedidas no período e dos inventários *post-mortem*, bem como de testamentos incluídos nestes últimos, investigaremos a presença dos escravos nos estabelecimentos rurais da Campanha, o índice de produtores que contavam com essa força de trabalho, bem como as estratégias utilizadas por escravos e senhores no período imediatamente anterior à Abolição da escravidão. Na medida em que a presença escrava nada teve de

---

<sup>16</sup> O termo “sem-terra”, para fins desta pesquisa, a exemplo do critério adotado em trabalho anterior, “designa especificamente os produtores rurais que não detinham a propriedade da terra”. GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 14.

<sup>17</sup> Sobre esta temática, ver: ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002; ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997; OSÓRIO, Helen. *Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul. 1765-1825*. XIX Jornadas de Historia Económica. Asociación Argentina de Historia Económica, Universidad Nacional del Comahue. San Martín de los Andes, Neuquén, 2004; OSÓRIO, Helen. *Estancieros, Lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: UFF, 1999. Tese de Doutorado (mimeo); MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008; OLIVEIRA, Vinicius P. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST Edições, 2006. Sobre a utilização do trabalho escravo na pecuária extensiva no município de Alegrete ver: GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005; FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

atípica na região, também a crise do escravismo incidiu sobre aquela estrutura agrária de modo profundamente transformador, a exemplo do que ocorrera nas demais províncias. Era necessário dar respostas a uma nova conjuntura que se colocava e todos os grupos sociais envolvidos teceram suas próprias estratégias com o objetivo de superação daquela crise.

Finalmente, no capítulo 3, abordaremos o período inicial do cercamento dos campos na região. A cerca, como demonstramos, antes de proteger a propriedade, viabilizou a produção. Em uma região onde a pecuária extensiva era a atividade produtiva predominante, benfeitorias como valos, cercas, mangueiras e currais eram fundamentais para a execução das atividades cotidianas de manejo do gado, a exemplo do que ocorrera na Argentina, como percebemos através de análise comparativa. O uso destas benfeitorias na Campanha e sua transformação gradativa no tempo teve nuances próprias, como veremos, e na medida em que o processo de mercantilização da terra avançou, cresceu também o número de conflitos que chegaram até a esfera judicial sob a forma de ações possessórias e de despejo. Este processo toma fôlego no final do recorte temporal desta pesquisa, mas seus antecedentes incidiram sobre a estrutura agrária e fundiária da Campanha, como percebemos através das fontes examinadas.

Passemos, então, à análise destes processos.

# CAPÍTULO 1

## DOS CAMPOS E DA PECUÁRIA:

### A ESTRUTURA AGRÁRIA NA CAMPANHA RIO-GRANDENSE

#### 1.1 História Regional: História Social

Ao referir-se às conseqüências da introdução dos métodos quantitativos sobre os estudos históricos, Maria Yedda Linhares afirma que isso permitiu

(...) um extraordinário desenvolvimento da história como ciência, quer pela importação de técnicas, métodos, problemáticas e vocabulário das ciências humanas, quer pela mudança qualitativa que elas acarretaram, no nível epistemológico, da própria ciência histórica.<sup>18</sup>

Neste momento (1976), a autora está tão otimista em relação a essa nova fase da história social, que a denomina de “a revolução renovadora da história”, o que seria uma “avassaladora vitória da tendência quantificante”<sup>19</sup>. A história social, uma história não de poucos indivíduos, mas de toda a sociedade, de grandes grupos humanos, que tinha como horizonte a explicação do processo histórico como totalidade, encontrou no método

---

<sup>18</sup> LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Teixeira da. A pesquisa em história da agricultura no Brasil: questões de método e de fontes. In: \_\_\_\_\_. *História da agricultura brasileira. Combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 75.

<sup>19</sup> LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Teixeira da. A pesquisa em história da agricultura no Brasil: questões de método e de fontes. In: \_\_\_\_\_. *História da agricultura brasileira. Combates e controvérsias*. São Paulo : Brasiliense, 1980, p. 75-76.

quantitativo um poderoso instrumento na busca para explicar a estrutura social e suas transformações.<sup>20</sup> Mas esse método, como qualquer outro, encontra obstáculos, como bem observou Pierre Goubert, ainda em 1972:

Entretanto, uma história que pretenda dar conta de todos os aspectos da vida humana, em todas as classes, encontra de início um obstáculo maior: os números. Não é muito difícil estudar trinta intendentess franceses ou vinte embaixadores; no entanto, tentar estudar centenas de milhares de cidadãos e milhões de camponeses em todos os aspectos de suas vidas apresenta obstáculos insuperáveis.<sup>21</sup>

Ao expandir-se pelo método quantitativo, a história social sofre, ela mesma, o cansaço de sua expansão: os *cansaços de Clio*<sup>22</sup>. Como dar conta da problemática que se impunha aos historiadores do social? Como superar os obstáculos qualitativamente distintos que se apresentavam à história social?<sup>23</sup>

Na busca por superar estas e outras questões que se colocavam aos historiadores, novas perspectivas de análises foram sendo adotadas no interior da própria história social, essa história que “tem vindo a adquirir uma importância cada vez maior nos últimos cinquenta anos, ao mesmo tempo que parece ter a capacidade de renovar incessantemente os seus objetos e suas abordagens”<sup>24</sup>. A história regional, assim como a micro-história, é resultado de

---

<sup>20</sup> Tendo presente a dificuldade de definição do termo “história social”, para fins deste trabalho, quando aqui nos referirmos a ele, estaremos partindo do que Hobsbawm desenvolveu em *Da história social à história da sociedade*: “A história da sociedade é, portanto, uma colaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social e o conjunto específico de fenômenos que de fato aconteceram.” HOBBSAWN, Eric. *Da história social à história da sociedade*. In: *Sobre história*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. p. 92.

<sup>21</sup> GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabalde*, Niterói, ano 1, n. 1, maio/ago. 1989, p. 73.

<sup>22</sup> Ver: REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000, p.12.

<sup>23</sup> Obstáculos operacionais, no sentido de realizar um trabalho de história serial ou quantitativa para todo um país, em seus diferentes níveis estruturais, por um período longo (que a abordagem regional torna possível); e obstáculos teóricos, percebidos pelos precursores da micro-história, críticos a uma história social dominante que ao refletir “(...) sobre agregados anônimos acompanhados durante um longo período, (...) não sabia muito bem o que fazer com os grupos restritos, recusava-se por definição a levar em conta o individual.” REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.16.

<sup>24</sup> REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989, p. 3.

uma procura, por parte dos historiadores, de respostas aos problemas e/ou limites de uma história social quantitativa.

A micro-história, mais recente, surge como uma “tentativa de corrigir uma trajetória em curso e como interrogações acerca do próprio estatuto” das práticas da história social<sup>25</sup>. Já a história regional, como desenvolveremos a seguir, ainda dentro dos quadros de uma história quantitativa, busca, através do recorte espacial, uma superação à problemática apontada por Goubert: os números.

## 1.2 HISTÓRIA REGIONAL: as escalas sobre o espaço

“[...] las regiones son como el amor – son difíciles de describir, pero las conocemos cuando las vemos.”<sup>26</sup>

Nesta frase de Young está retratada a dificuldade de se definir o conceito de região a partir da crença, tão comum entre os historiadores, de que a própria concepção de região é óbvia, o que tornaria desnecessário um conceito preciso e uma explicitação do recorte escolhido em seus trabalhos<sup>27</sup>. Ao contrário, a definição de região oferece inúmeras dificuldades, as quais se acentuam quando tentamos definir História Regional, por esta trazer em si a relação entre temporalidade e espacialidade.

A história regional “não se constitui em um método e nem possui um corpo teórico próprio. É uma opção de recorte espacial do objeto estudado”<sup>28</sup>. É

---

<sup>25</sup> REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989, p. 6.

<sup>26</sup> YOUNG, Eric Van. Haciendo historia regional: consideraciones metodologicas e teoricas. *Anuario IEHS*, Tandil, Argentina, n. 2, 1987, p. 255.

<sup>27</sup> Certamente esta **não é** a postura do próprio autor, para quem “[...] las regiones son hipótesis a demostrar y que, cuando escribimos historia regional, estaríamos tratando de hacer justamente eso, antes de describir entidades antecedentes.” YOUNG, Eric Van. Haciendo historia regional: consideraciones metodologicas e teoricas. *Anuario IEHS*, Tandil, Argentina, n. 2, 1987, p. 257.

<sup>28</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, p. 84-97, 1994, p. 84.

uma “opção quanto à delimitação do universo de análise”<sup>29</sup>, uma delimitação espacial, e não temática ou de qualquer outra ordem. Surge a partir de uma entre tantas fronteiras interdisciplinares criadas pela Escola dos *Annales*: da aproximação entre a História, a Geografia e a Demografia. Portanto, a história regional surge do diálogo entre as ciências sociais. Diálogo este que nem sempre foi harmonioso, pautando-se muitas vezes em disputas pelo monopólio de objetos, definições conceituais e incorporação de metodologias de áreas do conhecimento “vizinhas”<sup>30</sup>.

A partir das variações que a noção de espaço e o conceito de região sofreram no decorrer do século XX entre os geógrafos<sup>31</sup>, foi possível estreitar ainda mais a relação entre espacialidade e temporalidade, pois o entendimento de região deixa de remeter necessariamente à idéia de *região natural* e passa a relacionar-se com a noção de espaço como um *fato social*<sup>32</sup>: “O espaço equivale à incorporação do trabalho humano na superfície terrestre e guarda as contradições do tempo social”<sup>33</sup>.

Assim, não haveria apenas uma delimitação espacial possível, já que existem infinitas regiões sobrepostas e todas são abstrações adotadas pelo pesquisador a fim de operacionalizar sua investigação.

---

<sup>29</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: \_\_\_\_\_. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis : Vozes, 1979, p. 78.

<sup>30</sup> “Primeira observação: a região é o que está em jogo como objecto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de ‘regionalização’ e movimentos ‘regionalistas’, economistas e sociólogos” BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 108. Não nos deteremos aqui neste debate. Para isso remetemos ao texto de Pierre Bourdieu *A Identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região*. (BOURDIEU, 1999, p.107-132).

<sup>31</sup> Para essa discussão ver: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p.15-22, jun. 1999 e SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Região e história: questão de método*. Curitiba, XII Simpósio Nacional de História, 1985.

<sup>32</sup> Rosa Maria Godoy Silveira sintetiza a concepção de espaço de Milton Santos, um dos geógrafos críticos que mais trabalhou com essa problemática: “O espaço, no entender de Santos, é um fato social, produto da ação humana, uma natureza socializada que, por sua vez, interfere no processo social não apenas pela carga de historicidade passada, mas também pela carga inerente de historicidade possível de ser construída, na medida que é a instância de determinação no movimento do real, de transformação deste último, em outras palavras, de determinação na história a ser construída”. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Região e história: questão de método*. Curitiba, XII Simpósio Nacional de História, 1985, p. 28.

<sup>33</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Região e história: questão de método*. Curitiba, XII Simpósio Nacional de História, 1985, p. 30.

A abordagem regional, “não raramente confundida como sinônimo de menor em relação às análises mais globais”<sup>34</sup>, oferece a observação de aspectos específicos impossíveis de serem percebidos em análises mais amplas:

(...) a contribuição do procedimento regionalizante é o da complexificação da passagem de uma história macrossocial para o de uma microssocial, na qual a escala permite uma perspectiva e um foco imediato na cena primária – a dos atores sociais envolvidos nas ações coletivas em detalhe – e não mais apenas como atores estruturalmente constituídos, agindo de acordo com os modelos vigentes para o referente estatal-nacional.<sup>35</sup>

A grande vantagem operacional da história regional reside na facilidade que a mesma oferece de um só investigador realizar uma pesquisa que dê conta de um longo período de tempo, facilitando a observação de um fenômeno e suas transformações. Além disso, o estudo comparativo entre regiões no mesmo período permite encontrar as relações causais comuns para um mesmo fenômeno manifesto, e também possibilita a reafirmação ou refutação de modelos explicativos globalizantes.<sup>36</sup>

Sob influência das várias definições possíveis de região, as concepções a respeito do que seja a história regional têm variado na mesma proporção, impulsionando um debate muito interessante na historiografia brasileira.<sup>37</sup> Através da leitura destes trabalhos, que abordam as questões teórico-

---

<sup>34</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, jun. 1999, p. 15.

<sup>35</sup> NORONHA, Márcio Pizarro. Região, identificações culturais. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 23-38, jun. 1999.

NORONHA, Márcio Pizarro. Região, identificações culturais. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, jun. 1999, p. 26.

<sup>36</sup> Para razões da expansão dos estudos histórico-regionais e vantagens em relação à estratégia de pesquisa nesse tipo de abordagem, ver: CARDOSO, Ciro Flamarion. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: \_\_\_\_\_. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 13-93; e GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabaldes*, Niterói, ano 1, n. 1, p. 69-82, maio/ago. 1989.

<sup>37</sup> Sobre este debate, ver: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Região e história: questão de método*. Curitiba, XII Simpósio Nacional de História, 1985; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p.15-22, jun. 1999.; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, p. 84-97, 1994 e NORONHA, Márcio Pizarro. Região, identificações culturais. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 23-38, jun. 1999.

conceituais da História Regional, percebe-se que, se por um lado, a reflexão acerca do conceito de região é escassa nas pesquisas que se utilizam do recorte espacial, por outro, este tem sido muito enriquecedor para a historiografia. Os poucos autores que preocuparam-se em pensar teoricamente a abordagem regional convergem, portanto, em dois aspectos: por um lado, na forte potencial das análises regionais para o enriquecimento de uma abordagem histórica mais complexa, e por outro, na escassez de reflexões teóricas por parte dos que trabalham com o regional, que tendem a adotá-lo como uma evidência não questionada, o que empobrece sobremaneira as análises propostas.

Ciro Flamarion Cardoso, em *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, defendia a variação na escala espacial de observação como um ganho metodológico nas pesquisas voltadas para a história da agricultura, assim como alertava para a necessidade de desnaturalização da região:

Alguns desses conjuntos espaciais [elementos da Geografia Física, da rede de transportes, do mercado de capitais, etc.] só podem ser percebidos em mapas a grande escala, ou, pelo contrário, a pequena escala. Em outras palavras, as diferentes escalas de representação são, ao mesmo tempo, diferentes níveis de conceptualização da realidade espacial, todos necessários: ao privilegiarmos uma região, perceptível em uma dada escala, estamos escamoteando diversas outras 'regiões' ou conjuntos espaciais de igual ou superior importância.<sup>38</sup>

Para o autor, portanto, a escolha de uma região específica exige o descarte de tantas outras, nada tendo de natural. É fruto de uma escolha do historiador.

Na relação entre a espacialidade e a temporalidade<sup>39</sup>, ao se reduzir a escala sobre a primeira, abre-se a possibilidade de estudos de maior fôlego

---

<sup>38</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: \_\_\_\_\_. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis : Vozes, 1979, p. 74.

<sup>39</sup> Para Rosa Maria Godoy Silveira, essa obviedade não é evidente nos estudos históricos no Brasil: “Nossa produção historiográfica ignora completamente a problemática em termos de seu tratamento teórico-metodológico. Praticamente, não existem reflexões sistematizadas sobre as várias abordagens que se tem dado à relação Região-História nos trabalhos empíricos, e sobre as implicações epistemológicas e políticas de tais enfoques”. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Região e história: questão de método*. Curitiba, XII Simpósio Nacional de História, 1985, p. 17.

temporalmente, através da “pesquisa empírica realizada sobre um número expressivo de fontes seriadas, o qual só era possível de ser produzido através de um recorte espacial regional”<sup>40</sup>. Ciro Flamarion Cardoso, ao explicitar os ganhos metodológicos apontados por Pierre Goubert, os quais explicariam a expansão dos trabalhos de História Regional, afirma que:

É possível seguir, na longa duração, a evolução de uma comunidade regional em diversos níveis estruturais – demográfico, econômico, social, ideológico, etc. -, coisa nada fácil para todo um país; (...) <sup>41</sup>

Portanto, como podemos perceber pelas preocupações até aqui apontadas pelos autores, é muito presente a polêmica que envolve o entendimento, a definição e a delimitação do espaço regional, a qual passaremos a expor a seguir.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi distingue três concepções, pelo menos, dentro da corrente na qual a definição de região parte do objeto, e não do sujeito do conhecimento<sup>42</sup>. Encontram-se nessa linha as definições dos pesquisadores marxistas (para quem o modo de produção vigente é o que define e delimita as fronteiras regionais), os historiadores que adotam o enfoque sistêmico (no qual a “região só pode ser entendida como parte de um sistema mais amplo, entendendo por sistema um conjunto de elementos econômicos, políticos e sociais interrelacionados”) e também pelos que priorizam o enfoque cultural (para os quais “a região e sua delimitação se explicam pela construção social elaborada pelos atores estudados”<sup>43</sup>). Para a autora,

---

<sup>40</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, 1994, p. 84-85.

<sup>41</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: \_\_\_\_\_. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 75.

<sup>42</sup> Em outra corrente, na qual “a definição do que seja região e de suas fronteiras surge das análises produzidas pelo sujeito do conhecimento”, se colocam os trabalhos de Bourdieu e Ângelo Priori, para quem a noção de região é uma construção feita *a posteriori* pelo pesquisador. Para essa discussão ver: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, 1994, p. 89.

<sup>43</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, 1994, p. 89.

Em meio a tantas abordagens diferenciadas, acreditamos que o espaço regional consiste em uma construção abstrata, elaborada no decorrer do tempo por atores coletivos que a ele se relacionam direta ou indiretamente. É formado por um conjunto de valores socialmente aceitos e partilhados pelos seus agentes, que conferem à região uma identidade própria, capaz de gerar comportamentos mobilizados de defesa de interesses.<sup>44</sup>

Percebe-se que apesar dos diferentes entendimentos acerca da História Regional, o que preocupa a maioria destes historiadores é a definição de região como um recorte espacial possuidor de uma identidade própria, seja elaborada pelos seus atores coletivos, seja definida pela manifestação local de um modo de produção vigente ou através do enfoque sistêmico.

Além disso, outro aspecto a ser destacado, é o fato da História Regional não privilegiar, necessariamente, a análise do indivíduo. Os trabalhos que partem desta abordagem tendem a se mostrar mais preocupados com as coletividades, mesmo que particularizadas regionalmente, do que com as trajetórias individuais.

É possível afirmar, portanto, que a relação privilegiada da História Regional é a que se dá entre o particular e a totalidade, no que se refere ao espaço, aos modelos explicativos e manifestações estruturais de um dado fenômeno. Como afirma Eric Van Young:

En el campo teórico, el análisis regional ayuda a resolver la tensión entre la generalización y la particularización. [...] la análisis regional puede hacer por el sistema espacial lo que Redfield intentó para el cultural: reconciliar la microperspectiva com la macroperspectiva.<sup>45</sup>

“O espaço total e o espaço local são aspectos de uma única e mesma realidade - a realidade total - à imagem do universal e de seus particulares”<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, 1994, p. 96.

<sup>45</sup> YOUNG, Eric Van. Haciendo historia regional: consideraciones metodologicas e teoricas. *Anuario IEHS*, Tandil, Argentina, n. 2, 1987, p. 260.

<sup>46</sup> SANTOS, M. A. . *A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais* . São Paulo: Contexto Hucitec, 1977, p. 41.

Ao contrário da micro-história, tão interessada no jogo de lentes sobre o objeto, aproximando-o e distanciando-o, num jogo de escalas sobre o próprio objeto, a história regional joga com as escalas espaciais, partindo de modelos explicativos globalizantes para o estabelecimento de hipóteses a serem testadas sobre um recorte espacial.

Nesse jogo entre o local e o total está a contribuição para uma explicação mais próxima da realidade, através do método comparativo entre estudos de nível mais reduzido, “que permite perceber uma realidade bastante mais complexa, que as ‘médias’ que constituem os dados agregados ocultam”<sup>47</sup>.

### 1.3 A Região e a tentativa de desnaturalizar o evidente

*Como explicar essa unidade evidente,  
esse ser profundo do Mediterrâneo?  
Braudel*<sup>48</sup>

A reflexão desenvolvida até aqui justifica-se por este ser um trabalho de História Regional. Uma pesquisa que busca investigar e explicar processos históricos em um determinado recorte espacial: a Campanha rio-grandense. Portanto, na tentativa de evitar a naturalização deste recorte, é necessário refletir brevemente acerca do difícil conceito de região. Não se pretende aqui esgotar essa discussão, tendo em vista as dificuldades que envolvem a definição desse conceito e sua dinamicidade, mas apenas explicar, a partir dessa reflexão embrionária, a opção por este recorte espacial em detrimento de outros para fins deste trabalho, bem como tentar evitar tratá-lo como algo estático e evidente.

Para Rosa Maria Godoy da Silveira, a relação “História e região é a relação, em última instância, entre temporalidade e espacialidade”<sup>49</sup>. Isso, por

---

<sup>47</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: \_\_\_\_\_. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis : Vozes, 1979, p. 76.

<sup>48</sup> BRAUDEL, Fernand. *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 3.

<sup>49</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Região e história: questão de método*. Curitiba, XII Simpósio Nacional de História, 1985, p. 17.

si só, torna o manejo desse conceito extremamente difícil, dado a sua complexidade. No entanto, tal complexidade não se reflete devidamente nos estudos históricos. Segundo a autora,

(...) a nossa produção historiográfica é de tal maneira assente em determinadas óticas de abordagem do que seja Região e, por extensão, Espaço, que não se questiona sobre seu conteúdo. De um lado, na relação Região-História, o recorte regional, seja qual for a configuração que se lhe tem dado, tem sido exatamente este: um dado já aceito e acabado, um produto. Não se atenta para o conceito de Região e Espaço enquanto construção, processo histórico concreto, portanto, atravessado pela temporalidade e nesta interferente.<sup>50</sup>

Se, por um lado, os trabalhos de história regional pouco ou nada têm se preocupado com o conceito de região, por outro, continuava a autora, em 1985:

(...) praticamente não existem reflexões sistematizadas sobre as várias abordagens que se tem dado à relação Região-História nos trabalhos empíricos, e sobre as implicações epistemológicas e políticas de tais enfoques.<sup>51</sup>

Esse diagnóstico, realizado por Godoy há mais de duas décadas, permanece quase que inalterado e somos forçados a concordar com a afirmação da autora ainda hoje, vinte e cinco anos depois. No entanto mais uma vez é necessário salientar que não temos a ambição de superar essa lacuna nas breves páginas que se seguem. Nosso objetivo aqui é evitar que este trabalho, situado no campo da História Regional, adote e repasse conceitos ao leitor de forma apressada e irreflexiva. Não se sabe em que medida atingiremos esta meta, tendo em vista a permeabilidade deste trabalho em relação à historiografia que o precede, ao campo historiográfico do qual faz parte, bem como a escassez, já apontada por Silveira, de obras que tratem essa questão de forma prioritária. Estas são escassas, mas é possível, através

---

<sup>50</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Região e história: questão de método*. Curitiba, XII Simpósio Nacional de História, 1985, p. 17.

<sup>51</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Região e história: questão de método*. Curitiba, XII Simpósio Nacional de História, 1985, p. 17.

das mesmas, buscar um manejo mais preciso do conceito de região e evitar sua naturalização.

Retomemos a irônica e belíssima metáfora de Eric Van Young, segundo o qual,

Si se lee profundamente en la reciente literatura sobre la historia regional mexicana, se descubre rápidamente un hecho interesante: las regiones son como el amor – son difíciles de describir, pero las conocemos quando las vemos.<sup>52</sup>

Young, ao tratar da historiografia mexicana percebe o mesmo fenômeno que Silveira aponta e critica na historiografia brasileira: o tratamento do recorte espacial eleito pelo historiador como algo evidente e, por conseqüência, possuidor de um sentido em si, o que dispensaria maiores explicações. E o autor, após a citação acima, questiona-se: “¿Por qué falta una definición sistemática de un concepto tan central para el trabajo historico (...)?”<sup>53</sup>. É a mesma pergunta de Rosa Godoy Silveira busca responder em seu artigo. Podemos perceber, a partir disso, que este é um fato recorrente na historiografia, que transcende os limites da produção historiográfica no Brasil. Não poderia ser diferente, dada a complexidade de um conceito que, como já dissemos, engloba a relação entre tempo e espaço. Reconhecer sua complexidade e dificuldade de manejo talvez seja uma primeira tentativa de buscar evitar a reprodução do tratamento que tem, no geral, recebido.

A eleição de um recorte espacial, longe de ser natural, pressupõe uma margem de artificialidade por parte do historiador. Artificialidade que, obviamente, pode trazer consigo critérios, mas é uma escolha entre inúmeras outras. Não existe uma única região em um dado recorte espacial, mas inúmeras, e sobrepostas. Por qual optar? Certamente pela que incorpore o objeto de investigação. Isso, em termos ideais. Bom seria se pudéssemos investigar uma região em sua totalidade, mas nem sempre isso é possível, devido a questões de viabilidade no que se refere ao levantamento de fontes

---

<sup>52</sup> YOUNG, Eric Van. *Haciendo historia regional: consideraciones metodologicas e teoricas. Anuario IEHS*, Tandil, Argentina, n. 2, 1987, p. 255.

<sup>53</sup> YOUNG, Eric Van. *Haciendo historia regional: consideraciones metodologicas e teoricas. Anuario IEHS*, Tandil, Argentina, n. 2, 1987, p. 255.

ou ao prazo de conclusão da pesquisa imposto pela universidade/órgão financiador, por exemplo.

Ao considerarmos que a eleição do recorte espacial está condicionada não apenas por questões teóricas, devemos reconhecer que juntamente à reflexão sobre o conceito de região é necessário explicitarmos também as condições concretas da pesquisa. As variáveis são, pois, múltiplas, já não bastasse a dificuldade do conceito. Há de se pensar o conceito de região antes de definirmos o recorte espacial, mas também há de se adaptar o recorte às condições materiais de investigação. Seria hipócrita ou inocente demais justificarmos um dado recorte espacial considerando apenas questões teóricas e metodológicas. No entanto, reconhecer a incidência de questões práticas sobre a eleição do espaço não descarta a necessidade de rigorosa reflexão teórica.

Como já foi apontado, não há um consenso na historiografia sobre a definição de região. Realizaremos uma breve exposição das premissas e argumentos de alguns autores que consideramos fundamentais a este debate, para em seguida situarmos o presente trabalho e justificarmos seu recorte espacial.

Pierre Goubert, em artigo de 1972, “História Local”, reflete acerca de um recorte espacial específico e suas vantagens para os estudos históricos. O autor denomina *história local* aquela que diz respeito “a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local) ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (...)”<sup>54</sup>. Importante perceber que o autor não usa o termo região ou história regional, mas prefere o termo local. Por quê? Goubert não está tratando de todo e qualquer recorte regional, mas somente daquele que incorpore uma paróquia ou aldeia, o que imprecisamente denominamos de história regional. No entanto, é necessário salientar que a opção do autor pelo termo local em detrimento de regional não é gratuita e podemos supor que tratá-las como sinônimo é um equívoco. A região, entendida aqui como um recorte sobre o espaço, não está, necessariamente, associado a uma pequena

---

<sup>54</sup> GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabalde*, Niterói, ano 1, n. 1, maio/ago. 1989, p. 70.

área. Ela pode ser a “‘especialización’ de una relación económica”<sup>55</sup> ou qualquer outra que se pretenda investigar. Assim, sua dimensão depende do objeto eleito e será adequada na medida em que o incorpore e auxilie na clareza de sua análise e explicação.

Mas Goubert se propõe a refletir acerca de um recorte regional específico, ao que ele denomina local, a fim de defender o ganho historiográfico que sua adoção acarretaria para os estudos históricos. Passemos a sua exposição.

Por um longo período – pelo menos até aquele momento em que as idéias passaram a circular mais rapidamente (séc. XVIII) e os homens a se deslocarem com mais freqüência e rapidez (durante a revolução acarretada pelas ferrovias, no séc. XIX), o ponto de referência da maioria dos europeus era a paróquia, no campo, ou a pequena cidade e seus arredores, ou seja, a grosso modo, a faixa de terra percorrida em um dia de caminhada, de 10 a 15 km, ou um dia de cavalgada, cerca de duas ou três vezes mais. Prevalciam nesses lugares as mesmas leis (costume local), assim como idênticas práticas culturais (métodos de cultivo do solo, qualidade das sementes, modelo das ferramentas, época de início das pastagens e corte da madeira), sociais e econômicas (ocasião de contratar mão-de-obra, época dos mercados

---

<sup>55</sup> YOUNG, Eric Van. *Haciendo historia regional: consideraciones metodologicas e teoricas. Anuario IEHS*, Tandil, Argentina, n. 2, 1987, p. 257.

semanais e das feiras trimestrais ou anuais), regras senhoriais iguais, bem como a mesma área judiciária e administrativa e as mesmas crenças religiosas.<sup>56</sup>

Sobre o trecho citado acima cabem algumas considerações. Em primeiro lugar, o autor está avaliando a relevância da história local a partir do caso europeu, o que exige nossa atenção. Segundo Eric Van Young, apoiado em Cardoso, há de se refletir acerca da possibilidade de

aplicar al Nuevo Mundo los modelos de espacio y población desarrollados para el Viejo, dado que la América Latina colonial estaba marcada por ‘...la movilidad social y económica, las migraciones, el transplante de población por las fronteras móviles de tipos diversos...’<sup>57</sup>

Feita a ressalva, o que nos interessa na citação de Goubert é a questão do sentimento de pertencimento daquelas pessoas a um local, que, segundo o autor, consideravam-se antes de tudo habitantes de suas cidades ou províncias e só depois pertencentes a uma nação, e, por conseqüência, súditos do rei. Esta seria mais uma forma de definirmos uma região: a idéia de identidade e pertencimento<sup>58</sup>.

Mas Goubert também aborda, na citação referida, a questão da homogeneidade do *local* no que se refere a todos os aspectos da vida humana: práticas sociais, políticas econômicas e culturais, os quais seriam compartilhados pelos seus habitantes. Concordamos em parte com o autor, mas devemos agregar outros elementos a esta reflexão.

Neste sentido, a abordagem de Raúl Fradkin acerca da problemática nos é cara e incorporá-la a este trabalho é fundamental. Segundo ele, mais do que semelhanças, a região deve incorporar algo essencial a fim de explicar o que foge do compartilhado, do homogêneo: as diferenças internas que levam ao conflito. Entre todas as concepções de região e propostas de abordagem do

---

<sup>56</sup> GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabalde*, Niterói, ano 1, n. 1, maio/ago. 1989, p. 70.

<sup>57</sup> YOUNG, Eric Van. Haciendo historia regional: consideraciones metodologicas e teoricas. *Anuario IEHS*, Tandil, Argentina, n. 2, 1987, p. 259.

<sup>58</sup> Sobre o caso específico da Campanha rio-grandense nos deteremos mais adiante.

regional, a deste autor nos parece a mais adequada, especialmente para os objetivos deste trabalho.

Segundo Raúl Fradkin, "(...) las mayores – y mejores – posibilidades de la historia regional residen en que ella ofrece la escala adecuada para observar las bases de construcción del poder rural"<sup>59</sup>. Para o autor,

Ello, empero, implica abandonar toda idea cerrada y homogénea de región para en su lugar poner el énfasis en la diversidad constitutiva y cambiante de todo ámbito regional como rasgo decisivo de su configuración (Cf. Fradkin 1995 y 1998). Dicho de otro modo, parafraseando a C. Ginzburg y C. Poni (1991) cuando sostenían que el indicio clave para guiar la experimentación microhistórica estaba en el nombre, podemos pensar en el ámbito local como la unidad de análisis capaz de ayudarnos a ordenar la información relativa a los procesos de construcción de poder y la conflictividad social.<sup>60</sup>

Ao se definir uma região, a tendência é buscar o que esse espaço tem de homogêneo para, a partir daí, percebê-lo enquanto diferenciado em relação aos demais, ou seja: definir o que este recorte engloba e o que exclui a partir das características que incorpora. Nesse sentido, partindo da abordagem de Silveira e Santos acerca de região, ou seja, o encontro entre espacialidade e temporalidade, há de se perceber elementos constitutivos que distinguem um espaço dos demais. Esse elemento pode ser a espacialização de uma atividade produtiva, de um mercado, de relações de poder institucionais que podem ser estatais (em qualquer uma de suas esferas) ou eclesiásticas, por exemplo. Raúl Fradkin nos convida a ampliar a perspectiva de região, propondo uma abordagem na qual ela é uma unidade de análise capaz de incorporar sim o homogêneo, mas também o díspare, as diferenças, o conflito. Assim, a região, para o autor, pode ser caracterizada por elementos que a

---

<sup>59</sup> FRADKIN, Raúl. Poder y conflicto social en el mundo rural: notas sobre las posibilidades de la Historia Regional. In: FERNANDEZ, Sandra; DALLA CORTE, Gabriela (Comp.). *Lugares para la Historia: espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporaneos*. Rosario: UNR Editora, 2001, p. 119.

<sup>60</sup> FRADKIN, Raúl. Poder y conflicto social en el mundo rural: notas sobre las posibilidades de la Historia Regional. In: FERNANDEZ, Sandra; DALLA CORTE, Gabriela (Comp.). *Lugares para la Historia: espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporaneos*. Rosario: UNR Editora, 2001, p. 119-120.

homogeneízam, como aspectos físicos (como seu relevo e vegetação) e atividade produtiva predominante, mas ela pode também ser o palco, a escala privilegiada de observação de diferentes concepções de direito e justiça, em confronto. A região, para Fradkin, é a unidade de análise privilegiada para a interpretação dos conflitos sociais, em especial da conflitividade rural, já que através dela percebemos a espacialização deste poder e suas formas de reprodução e contestação.

A exemplo do recorte temporal, o recorte espacial também deve ser encarado como uma hipótese de trabalho, como um ponto de partida, como um recorte que operacionalize o trabalho do historiador, que facilite a observação do objeto a ser investigado e que não seja, ao contrário, um obstáculo à sua explicação. Assim, esse recorte não é absoluto nem inflexível. Para Eric Van Young a região é uma hipótese: “(...) las regiones son hipótesis a demostrar y que, cuando escribimos historia regional, estaríamos tratando de hacer justamente eso, antes de describir entidades antecedentes”<sup>61</sup>. A Campanha rio-grandense oitocentista, é, portanto, uma hipótese para fins deste trabalho. Além disso, é uma unidade de análise, uma escala de observação.

#### **1.4A região da Campanha rio-grandense**

Se a região é uma unidade de análise privilegiada para a observação e interpretação do conflito social, as diferentes concepções de lei e justiça reveladas pelas fontes produzidas ao longo das décadas analisadas podem nos revelar, a partir deste recorte regional, uma forma específica de luta pela terra, assim como as diferentes estratégias acionadas para garantir o acesso a esse bem, definidor de hierarquias e possibilidades de reprodução social.

---

<sup>61</sup> YOUNG, Eric Van. Haciendo historia regional: consideraciones metodologicas e teoricas. *Anuario IEHS*, Tandil, Argentina, n. 2, 1987, p. 257.

Os habitantes do espaço que hoje chamamos de Campanha gaúcha certamente não se reconheciam como gaúchos no século XIX; termo que, naquele momento, tinha forte caráter pejorativo e se referia à população errante dos campos, os *vagos*, que viviam do abate do gado alheio e demais práticas condenadas por aquela sociedade. A identidade em torno do termo gaúcho, tal como a conhecemos hoje, é uma construção do século XX. No mundo rural oitocentista, ser gaúcho era sinal de criminalidade, exclusão, barbárie. Já o termo “Campanha” tampouco foi usado largamente nas fontes analisadas para definir o espaço que os moradores denominavam “nesta fronteira” e, em período mais recuado, por volta de 1830, “fronteira de Rio Pardo”.

O termo **Campanha** aparece nas fontes, no decorrer do período imperial, como sinônimo de zona rural. Joaquina de Oliveira Cardoso justifica no inventário de seu marido, em 1876, a importância do escravo André para sua pobre família: “na Campanha onde vivem é o que lhes pode prestar alguma proteção, ou pedil-a a vizinhos em cazo de necessidade”<sup>62</sup>. Percebe-se que a viúva usa o termo Campanha para referir-se à zona rural, onde residem. Esse significado não era compartilhado apenas pelos que habitavam a zona rural, mas também aos seus conterrâneos citadinos, quando àqueles se referiam. Na sessão solene do dia 21 de fevereiro de 1857, seguida de grande festa comemorativa pela elevação da Vila à categoria de Cidade, o Presidente da Câmara Municipal de Alegrete, Mathias Teixeira d’Almeida vislumbra tempos melhores para os habitantes do município, em especial aos *da Campanha*: “esta mais freqüente relação, entre as famílias, que proporcionará esta cidade, imensos bens nos provirão, e especialmente aos habitantes da Campanha”<sup>63</sup>. No uso do termo adotado por Mathias d’Almeida, a Campanha faz parte do município e não o contrário. O Presidente da Câmara Municipal de Alegrete e seus contemporâneos consideravam-se *moradores d’esta fronteira*: “A importante vila do Alegrete, colocada no centro d’esta fronteira, abrangendo um município vasto e rico (...)”<sup>64</sup>. A Vila de Alegrete, agora cidade, estava no centro *d’esta fronteira*. A Fronteira englobava o município de Alegrete, entre outros, e

---

<sup>62</sup> Inv. 22, mç. 3, Cartório de Órfãos e Ausentes, Quaraí, 1876, APERS.

<sup>63</sup> ARAUJO FILHO, Luiz. *O município de Alegrete*. Alegrete: Irmãos Prunes & C. Editores, 1907, p. 61.

<sup>64</sup> ARAUJO FILHO, Luiz. *O município de Alegrete*. Alegrete: Irmãos Prunes & C. Editores, 1907, p. 60.

tinha a cidade homônima como centro. Ao município pertenciam os moradores da cidade e da Campanha. A exposição do Presidente da Câmara nos esclarece a respeito do uso destes termos e seu significado compartilhado, naquele momento.

Cinquenta anos depois, em 1907, Luiz Araujo Filho transcreve a fala do vereador em seu livro “O Município de Alegrete” e comenta sobre a importância da elevação da Vila à categoria de cidade:

Sendo um dos mais importantes municípios da província, pelos recursos próprios contidos em seu extenso perímetro, povoado de grandes estâncias com vastíssimas campinas cobertas de excelentes pastagens, com abundantes rios margeados de bons matos e regorgitando de criação de gados, que foi sempre a sua principal e estimada industria, a nova e florescente cidade, em pouco tempo, chegou a ser o que podia chamar – a capital da campanha.<sup>65</sup>

Para Araújo, no início do século XX, Campanha já não remete à zona rural, mas a uma região, da qual Alegrete, por sua prosperidade e importância, seria a *capital*. Portanto, o termo Campanha já não se refere exclusivamente à zona rural, mas amplia seu significado: gradativamente passa a remeter a uma região na qual a importância do mundo rural para a economia e sociedade é central. Supomos que essa seja a origem do uso atual do termo e a justificativa de sua adoção no decorrer do século XX.

Ainda hoje os termos Campanha e Fronteira carregam um forte caráter híbrido. A fronteira como linha que separa as três nações vizinhas (atuais Brasil, Uruguai e Argentina) e a Fronteira-oeste como uma região do estado do Rio Grande do Sul, sinônimo de Campanha rio-grandense. Já para os moradores da região, hoje, ir para a campanha significa deslocar-se para a zona rural. Aparentemente o termo ainda carrega o significado oitocentista, apesar de não mais restringir-se a ele.

---

<sup>65</sup> ARAUJO FILHO, Luiz. *O município de Alegrete*. Alegrete: Irmãos Prunes & C. Editores, 1907, p. 62-63.

Para fins desta pesquisa, a exemplo do que fizemos em trabalho anterior<sup>66</sup>, optamos pelo termo Campanha rio-grandense como o mais apropriado. Evitamos o termo gaúcho pelo caráter extremamente pejorativo que possuía no período que analisamos. Da mesma forma, descartamos o uso de Fronteira-oeste, por este enfatizar a localização espacial no atual estado do Rio Grande do Sul, o que, a princípio, não faz muito sentido para o período imperial. Como outra região que citaremos de forma exaustiva ao longo do texto, para fins comparativos, também se chama campanha (de Buenos Aires), incluímos o termo rio-grandense a fim de especificar nosso recorte espacial. Justificada a nomenclatura, passemos à apresentação desta região.

A Campanha rio-grandense localiza-se na fronteira-oeste do Rio Grande Sul, um espaço ao mesmo tempo de encontro e limites entre Brasil, Argentina e Uruguai. Sua localização, entendida no processo histórico de disputa por territórios entre as coroas portuguesa e espanhola ao longo do período colonial, explica, em parte, o grande número de enfrentamentos bélicos das quais esse território foi palco. Explica também a sua tardia incorporação à Coroa portuguesa, realizada somente em 1801.

Ao considerar os dados populacionais atuais, segundo o último censo do IBGE, referentes aos municípios que serão analisados ao longo deste trabalho (Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí), temos uma densidade demográfica de 9,21 habitantes por quilômetro quadrado, uma média muito baixa<sup>67</sup>. Isso se explica, em parte, pelo predomínio do latifúndio na região e pelas atividades produtivas predominantes: a pecuária extensiva e a monocultura realizada em grandes áreas.

A Campanha rio-grandense está inserida no Bioma Pampa, um dos seis biomas recentemente reconhecidos, em 2004, entres os quais se divide o território brasileiro, conforme podemos observar através do mapa a seguir.

---

<sup>66</sup> GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de Mestrado (mimeo).

<sup>67</sup> A densidade demográfica por município é a seguinte: Alegrete – 10,01 hab./km<sup>2</sup>, Rosário do Sul – 9,26 hab./km<sup>2</sup> e Quaraí – 7,16 hab./km<sup>2</sup>.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> acesso em 29 de novembro de 2009.

**Mapa 1**  
**Biomás**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)  
[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=169](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=169)  
Acesso em 19 de dezembro de 2009.

O Mapa 1 representa a distribuição dos biomas em território brasileiro, porém estes não se limitam, evidentemente, às fronteiras políticas. O Bioma Pampa, no Brasil, “se restringe ao Rio Grande do Sul e ocupa 63% do território

do estado”<sup>68</sup>, mas avança também em direção aos territórios do Uruguai e da Argentina.

Por Bioma Pampa compreende-se um conjunto ambiental, cerca de 176.496 Km<sup>2</sup>, que “abrange a metade meridional do Estado do Rio Grande do Sul e constitui a porção brasileira dos Pampas Sul-Americanos que se estendem pelos territórios do Uruguai e da Argentina” (IBGE, 2004). O pampa ou os campos sulinos são formados por “quatro conjuntos principais de fitofisionomias campestres naturais: Planalto da Campanha, Depressão Central, Planalto Sul-Rio-Grandense e Planície Costeira”, que apresentam diferentes composições de solo e de cobertura vegetal, predominando a vegetação herbácea e arbustiva e um relevo aplainado e suavemente ondulado (IBGE, 2004). Matos restritos aos capões e às margens dos rios também integram o pampa.<sup>69</sup>

Parte do Bioma Pampa, a região da Campanha rio-grandense não confunde-se com ele. Como a citação acima sugere, na definição e reconhecimento oficial desse bioma, até então genericamente incluído na Mata Atlântica, pesaram aspectos, logicamente, referentes às suas características físicas. Assim, nos *jogos de escalas* sobre o espaço, temos uma primeira aproximação com a região da Campanha rio-grandense: seu relevo e vegetação. O relevo da Campanha é predominantemente plano, com raras coxilhas (suaves ondulações do terreno). O predomínio da planície é tal que as sinuosidades no terreno serviram como limites entre as propriedades ao longo de todo o século XIX, como pudemos observar nos processos de despejo, inventários *post-mortem* e demais fontes consultadas. Legava-se um campo localizado entre “um rio e a Coxilha de Sant’anna”, ou “uma sanga que nasce naquela coxilha”, por exemplo. Da mesma forma, a monotonia da vegetação, composta por gramíneas e esparsas árvores de pequeno porte, pode ser observada através destas fontes, que também usam os poucos (e valiosos,

---

<sup>68</sup>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impressao.php?id\\_noticia=169](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=169)  
Acesso em 19 de dezembro de 2009.

<sup>69</sup>ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Aproximações entre História Agrária e História Ambiental: o pampa do Rio Grande do Sul. In: GARCIA, Graciela B. (Org.). *ANAIS DO II ENCONTRO DO GT HISTÓRIA AGRÁRIA – ANPUH/RS*: Porto Alegre, 2009, p. 2.

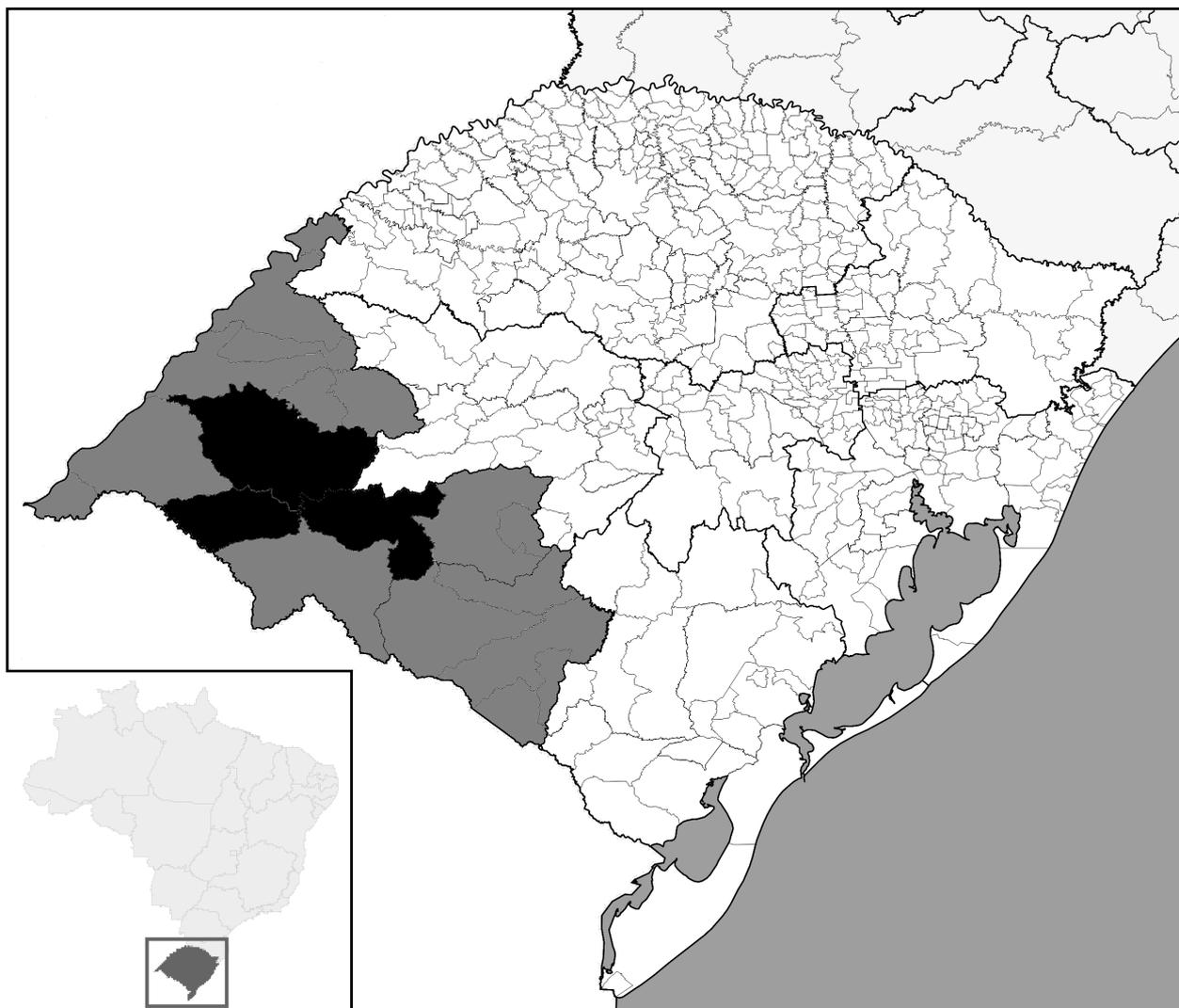
pela sua madeira e sombra para o gado) “capões de mato” como referência de localização ou limite entre propriedades.

Com sua vegetação rasteira, poucas e pequenas árvores e um relevo pouco acidentado, a Campanha diferencia-se profundamente da metade norte e áreas litorâneas do território do atual estado do Rio Grande do Sul, assemelhando-se aos espaços fronteiriços da Argentina e Uruguai. Localizada na fronteira oeste do atual estado do Rio Grande do Sul, a região da Campanha possui uma paisagem muito semelhante a dos demais vizinhos platinos.

## **Mapa 2**

### **DIVISÃO ADMINISTRATIVA ATUAL DA CAMPANHA RIO-GRANDENSE**

(com destaque para a região da Campanha rio-grandense – em cinza – e para o território dos municípios de Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí – em preto.)



Fonte: <http://www.nti.ufp.edu.br> Acesso em 26 de dezembro de 2009.  
Adaptação Tiago Luís Gil.

O pampa é entendido aqui sem obstáculos de ordem política; o relevo e a vegetação são, sem dúvida, muito semelhantes entre a Campanha rio-grandense e os pampas argentino e uruguaio. O mesmo pode-se dizer em relação às atividades produtivas desenvolvidas, densidade demográfica e

estrutura fundiária. Isso não se explica apenas pela proximidade e pelas coincidências dos aspectos físicos, mas por elementos da formação histórica destes espaços:

Tardia ocupação, caráter periférico e fronteiriço da colonização, população dispersa e escassa, predomínio do latifúndio pecuário, são expressões geralmente utilizadas por historiadores argentinos, uruguaios e brasileiros para caracterizar seus respectivos territórios nacionais naquela parte (ou todo) pertencente à região geográfica do Rio da Prata no período colonial.<sup>70</sup>

Na sobreposição de recortes espaciais a partir de diferentes critérios, a Campanha rio-grandense faz parte, segundo Helen Osório, da região do Rio da Prata<sup>71</sup>. É fácil concordar com a autora ao compararmos a estrutura agrária da Campanha rio-grandense<sup>72</sup> ao longo do século XIX com a Campanha de Buenos Aires<sup>73</sup> ou a região de Colonia, na atual República Oriental do Uruguai<sup>74</sup>, em períodos coincidentes ou próximos. As atividades produtivas, a estrutura fundiária, o uso da mão-de-obra escrava, a composição do patrimônio produtivo dos estabelecimentos rurais, as redes de comércio, entre outros elementos, fazem com que a Campanha, em muitos aspectos, volte-se muito mais para a região platina do que para a região norte ou a capital da província, Porto Alegre.

Nesse sentido, é possível minimizar a dicotomia entre aspectos físicos e sociais, conforme o exemplo de Helen Osório. Quando a autora delimita a região do Rio da Prata geograficamente, não o está fazendo apenas em termos

---

<sup>70</sup> OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990, p. 19.

<sup>71</sup> A autora define o seu recorte regional da seguinte forma: “Para efeitos deste trabalho, delimitamos a região geograficamente, como aquela abrangida por parte da bacia hidrográfica do Rio da Prata (rios Uruguai, Paraná e Salado) e que se caracteriza por planícies e pradarias, o ‘pampa’. Paisagem física homogênea, compreende politicamente as atuais províncias argentinas de Santa Fé, Corrientes e Entre Ríos (a ‘Mesopotâmia’), o sudeste de Córdoba, parte da província de Buenos Aires e a Banda Oriental do Rio Uruguai (atuais Uruguai e Rio Grande do Sul até o Rio Jacuí).” OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990, p. 19.

<sup>72</sup> GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de Mestrado (mimeo).

<sup>73</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

<sup>74</sup> GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

físicos, mas também sociais: a bacia hidrográfica do Rio da Prata não é apenas um conjunto de afluentes, é um espaço de produção e trocas comerciais onde os rios são limites entre nações embrionárias e também caminhos de transporte, comunicação e escoamento da produção. Talvez a idéia de comunicação e troca seja mais interessante, para fins deste trabalho, no que se refere à definição de região, do que a idéia de semelhanças internas, uma vez que os conflitos rurais se dão justamente no contato de sujeitos nem sempre semelhantes entre si.

Sim, há planícies e pradarias. Sim, há a pecuária e o predomínio do latifúndio. Mas nessa imensidão do pampa nada imóvel, desde o século XIX, entre um latifúndio e outro, havia a pequena propriedade. Ao lado dos escravos campeiros, também os escravos roceiros. Instrumentos agrícolas e atafonas, nos inventários *post-mortem*, denunciando uma produção que não se resumia à pecuária. Homens e mulheres pobres, pequenos produtores rurais, ondulavam o relevo social daquela sociedade que surge da expropriação de muitos e da concentração de terras e rebanhos em mãos de poucos.

A Campanha é a região dos grandes latifúndios do estado do Rio Grande do Sul. Muita terra em poucas mãos. A investigação das origens sociais dessa estrutura agrária excludente será o horizonte norteador deste trabalho.

Neste sentido, passaremos agora a discutir a estrutura agrária da região há aproximadamente um século e meio, quando o regime escravista mostrava seu cansaço e o processo de cercamento dos campos tomava fôlego na região, acionando profundas transformações e exigindo ajustes e adoção de estratégias pelos diferentes grupos que compunham aquela sociedade.

## **1.5 A fonte**

Para a aproximação da estrutura agrária que aqui se inicia, utilizou-se privilegiadamente como fonte os inventários *post-mortem*. Essa fonte é produzida por ocasião da morte de alguém que possua bens, independente de

ter herdeiros ou não. Essa última variável e as dela derivadas, como a idade dos herdeiros e se há ou não testamento, por exemplo, vão determinar em que cartório o processo será aberto. Se na herança há interessados menores, sejam eles filhos, netos, sobrinhos ou irmãos do(a) inventariado(a), o inventário deverá correr no Cartório de *Órfãos e Ausentes*<sup>75</sup>. Já se a Fazenda Provincial tiver interesse sobre a herança (no caso de haver testamento, por exemplo, o que gerava uma taxa sobre a herança a ser paga pelos herdeiros), o inventário era aberto na *Provedoria*. Mas na ausência de casos especiais como os acima listados, o processo devia correr no *Cível e Crime*. São três, portanto, os espaços judiciais para abertura do processo de inventário *post-mortem*: Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime e Provedoria. Cada um deles possuía um corpo de funcionários próprio. Evidentemente não se tratam de corpos impermeáveis, ao longo do tempo um escrivão que inicialmente cumpriu tarefas na Provedoria pode, futuramente, aparecer como Escrivão do Cível e Crime, por exemplo. O mesmo, e mais frequentemente, ocorreu com os juizes. Além das pessoas, os processos também transitavam nesses espaços. Um processo aberto indevidamente em um cartório deveria ser encaminhado para o local adequado tão logo a irregularidade fosse denunciada nos autos (existência de um herdeiro menor, por exemplo, exigia o encaminhamento do processo para o Órfãos e Ausentes, no caso do processo estar correndo em cartório diverso).

---

<sup>75</sup> “4. E tanto que fallecer algum, que tenha filho, ou filhos menores de vinte cinco annos [pela Lei de 31 de outubro de 1831 essa idade foi reduzida a 21 annos], o Juiz de Orfãos terá cuidado, do dia de seu fallecimento a hum mez, fazer inventario de todos os bens moveis e de raiz, que por morte do defunto ficarem”. *Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d’el-Rei D. Filipe I.* - Ed. fac-similar da 14ª ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de Almeida. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. v. 38-C, TITULO LXXXVIII, p. 207-208; “45. E terá o Juiz de Orfãos jurisdição em todos os feitos civeis, em que os Orfãos sejam autores, ou réus, emquanto não forem emancipados, ou casados, e nos feitos dos Desasisados, ou Prodigos, ou Desmemoriados, que Curadores tiverem. E postoque nas cousas demandadas, ou auções, sobre que se litiga, alguns maiores tenham parte, por ainda não terem partido, todavia se tratará a demanda perante o Juiz de Orfãos, assi pelo que pertence aos Orfãos e menores, como que pelo que pertence aos maiores: salvo se as contendias forem com outros Orfãos, ou pessoas privilegiadas de semelhantes privilegios; por que em taes casos o autor seguirá o foro do réo. 46. E assi terá o Juiz dos Orfãos jurisdição em todos os feitos civeis, que se per os Orfãos (postoque emancipados, ou casados sejam), moverem sobre partilhas, ou inventários, ou quando quizerem demandar seus Tutores, ou Juizes dos Orfãos, ou Provedores passados, sobre a entrega, ou má governança de sua fazenda. E as appellações irão a cada huma das Relações a que pertencerem.” *Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d’el-Rei D. Filipe I.* - Ed. fac-similar da 14ª ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de Almeida. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. v. 38-C, TITULO LXXXVIII, p. 217-218.

Há de se ter em conta que nem todo falecimento resultava em um inventário. Antes de tudo pela natureza de produção desta fonte: não havendo bens, não há o que inventariar. Assim, os que nada tinham a legar além de sua força de trabalho ou os escravos, não deixaram inventários ao morrer. Entre os que possuíam bens, nem todos compareceram frente ao juiz responsável para solicitar abertura de inventário. Entre os que o fizeram, muitos foram compelidos, através de intimação, ou seja, não compareceram voluntariamente.

Outro fator a ser considerado é o caráter intrusivo que tal prática poderia representar a uma família desejosa de repartir seus quinhões de terra e seu rebanho, fossem eles pequenos ou vastos, entre seus herdeiros, sem ser acompanhada pelos agentes locais daquele incipiente Estado. Por outro lado, a partilha gerava título de propriedade, como é possível observar através das ações possessórias e processos de despejo: comprova-se a propriedade sobre alguma coisa por meio da partilha através da qual o bem fora legado. Assim, a abertura de um inventário gerava custos, onerava uma herança de forma desproporcional (as taxas independiam do Monte Mor, sendo muito mais pesadas, portanto, para quem pouco tinha para legar), ao mesmo tempo em que gerava títulos de propriedade. Era também o momento do acerto de contas. De todos os acertos de contas. Credores aguardavam até esse momento, quando apresentavam contas em lojas comerciais, letras vencidas há meses ou anos e todas as dívidas eram somadas e descontadas do valor bruto da herança. Somente após o pagamento das dívidas o restante poderia ser dividido entre os herdeiros e este também era o momento do acerto de contas entre irmãos. Uma “ponta de gado”<sup>76</sup> dada a um filho como adiantamento de herança, sem registro escrito, a família de um herdeiro já estar há décadas habitando a sede do estabelecimento da estância, a venda precoce dos direitos sucessórios para um estranho à parentela, todas essas situações eram potencialmente desencadeadoras de conflitos e este era o momento de “colocar a casa em ordem”. Por tudo isso o inventário não pode ser encarado como uma consequência imediata do falecimento de uma pessoa possuidora de bens, apesar da lei assim o exigir. O cumprimento ou não das

---

<sup>76</sup> A expressão “ponta de gado” é muito comum nas fontes consultadas. Refere-se a uma porção de cabeças de gado vacum. No geral foi usada para designar um pequeno rebanho.

exigências legais é, antes de tudo, resultado de uma decisão. A distância entre o número de falecimentos e de inventários não se explica pela velha e preguiçosa fórmula “falta de informação”, à qual alguns historiadores tendem a lançar mão sempre que se deparam com uma lacuna na produção ou no conteúdo de uma fonte documental. Pode ser que em alguns casos não se tenha aberto um inventário por desconhecimento das exigências legais ou pela distância dos centros urbanos (outra explicação bastante recorrente). Mas outros fatores também devem ser buscados, fatores que considerem os sujeitos envolvidos enquanto agentes sociais, capazes de realizar cálculos e traçar estratégias frente a um imperfeito sistema de normas.

A resistência ao cumprimento das determinações legais talvez se explique, em parte, pelas conseqüências da abertura do inventário sobre a herança, em termos de taxas a serem pagas, as quais muitas vezes absorviam grande parte do legado. E este é mais um elemento a incidir sobre a sub-representação das camadas mais pobres nesta fonte, já que as custas não eram proporcionais ao valor da herança. Sendo assim, um legado de vulto pouco era onerado pelas custas do processo. Mas quanto menor a herança, maior o prejuízo ao se dar abertura a um inventário *post-mortem*.

Fermina Martins de Freitas possuía um rebanho de apenas 21 reses e 22 cavalos, além de duas quadras de campo *mais ou menos* e uns poucos móveis e utensílios domésticos<sup>77</sup>. Após avaliação e partilha de seus poucos bens, ao final do processo foram calculadas as custas: 450\$000 réis. Todo seu pequeno rebanho não atingia esse valor, pois somado equivalia a 300\$000 réis. Seus bens foram avaliados em 1:396\$000 réis, o que significa que o cumprimento das exigências legais custou nada menos do que o equivalente a 1/3 da já pequena herança inventariada.

Alexandrina Xavier Agacha era viúva e tinha três filhos, todos menores. Quando faleceu, em 1882, deixou-lhes como legado 21 reses chucras, 19 reses mansas, 9 éguas e 1 potro. Não possuía terras. Além do pequeno rebanho, “dois catres velhos de guasca, uma mesa pequena quebrada, duas caixas de madeira, um balde, um oratório tosco, uma cadeira de pau, uma

---

<sup>77</sup> Inv. 438, mç 1617, Cartório de Órfãos e Ausentes, Rosário, 1884. APERS.

panela de ferro, uma chaleira, uma gamela, uma bomba de prata”<sup>78</sup>, os quais foram avaliados em 17\$800 réis. Legou também uma dívida de 30\$000 referente aos gastos com seu enterro. Todos seus bens foram avaliados em 612\$800 réis, enquanto que o processo custou 141\$800 aos seus filhos, que depois de pagas as custas receberam 157\$000 cada um. Este não era um valor acima do comum para um inventário do mesmo período. Pelo contrário. João Caetano de Oliveira<sup>79</sup>, por exemplo, falecido no mesmo ano, talvez por possuir mais bens, que exigiram mais trabalho e deslocamento por parte dos avaliadores, assim como dívidas ativas com pedidos de vistas pelas partes interessadas, enfim, seu inventário teve um custo bem mais elevado que o de Alexandrina Agacha: 465\$680. Porém, para os herdeiros de João Caetano, isso pouco ou nada significava frente aos 57:575\$955 réis que o mesmo legara. Como já apontamos, a incidência desproporcional das custas sobre os legados onerava sobremaneira as camadas mais pobres da população.

A experiência dos herdeiros de Fermina e Alexandrina, entre tantos outros, compartilhada entre seus pares, devia ser considerada no momento de se decidir comparecer ou não frente ao juiz para dar abertura a um inventário. Evidentemente as notícias do falecimento de um possuidor de bens a inventariar chegavam, muitas vezes, até os responsáveis. Prova disso são os inventários abertos por intimação, nos quais o juiz declara que sabe do falecimento de alguém residente no município e manda o oficial dirigir-se até o domicílio do provável inventariante para intimá-lo a dar abertura ao processo. Mas isso nem sempre foi feito. Nem todo falecimento produziu um inventário, assim como, infelizmente, nem todo inventário produzido foi devidamente guardado e protegido a fim de que pudéssemos a ele ter acesso e incluí-lo em nossa análise. Porém, trabalharemos com a representação desta sociedade que nos foi possível construir através dos vestígios que chegaram até nós.

Os inventários *post-mortem* produzidos ao longo do século XIX, referentes aos municípios analisados e que existem atualmente, estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), em Porto Alegre. Entre os processos existentes nesse acervo, foi realizado um

---

<sup>78</sup> Inv. 480, mç 37, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1882. APERS.

<sup>79</sup> Inv. 493, mç38, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1882. APERS.

levantamento de todos que foram abertos em anos pares, no período que vai de 1870 a 1890, independente do ano de realização da avaliação dos bens. Assim, temos um conjunto de 296 inventários. Para fins desta pesquisa, tendo em vista seus objetivos, os quais priorizam a investigação do mundo rural, foram excluídos os inventários urbanos. Se ainda hoje os limites entre rural e urbano não são fáceis de definir, gerando debates entre os pesquisadores, para um período mais recuado a tarefa mostra-se mais complexa. Primeiramente porque, naquele momento, ainda mais do que hoje, os limites entre o rural e o urbano eram profundamente porosos: as cidades existentes na região da Campanha não passavam de pequenas vilas nas quais existiam casas de moradia e comércio, mas também chácaras voltadas para o consumo familiar ou abastecimento local. Além disso, a fonte nem sempre explicita o local de residência do inventariado, e os bens deixados por seus habitantes não contrastavam muito com os habitantes da zona rural. Dessa forma, para evitar que as pequenas chácaras existentes nos cinturões das cidades escapassem de nossa amostragem, buscamos, em caso de dúvida, nas intimações expedidas pelo judiciário, o local do estabelecimento. Como o valor a ser cobrado pela intimação, nas custas ao final do processo, era calculado por léguas percorridas pelo funcionário encarregado, isso facilitou em alguns casos a solução de problemas. Porém, como nem sempre essa informação era explícita, a existência de instrumentos agrícolas, rebanho, benfeitorias para manejo do gado ou a rara informação da profissão do escravo, no caso de campeiro ou roceiro, também nos auxiliou na tarefa. Assim, foram excluídos 32 inventários do conjunto de 296, por serem urbanos<sup>80</sup>. Eles são 9 referentes à década de 1870, 18 referentes à década de 1880 e 5 se considerarmos apenas o ano de 1890, o que pode sugerir um processo de urbanização em andamento.

Além dos inventários urbanos, foram excluídos de nossa amostragem também os que não tiveram prosseguimento. Esses processos, no geral, são breves, nos informam somente o nome do inventariado e inventariante, às vezes os herdeiros e mais raramente a descrição dos bens. Mas como não

---

<sup>80</sup> Como consequência evidente disso, os dados e conclusões referentes à escravidão, por exemplo, quando tratarmos deste assunto, terão como base as informações dos inventários rurais. Assim, neste trabalho, estaremos tratando da escravidão, moradia, produção, entre outros elementos, rurais, salvo quanto explicitamente avisarmos do contrário.

prosseguiam até a avaliação dos bens, não pudemos agregá-los à amostragem para fins de análise quantitativa. Porém, como muitos deles não tiveram prosseguimento “pela pouca força da herança” ou porque o inventariado era “muito pobre”, esse conjunto documental nos interessa especialmente. Através dele, mesmo sem a avaliação dos bens, podemos nos aproximar de um grupo dificilmente representado através dessa fonte: os que possuíam poucos bens. E o mais importante: podemos saber o que era “ser muito pobre” naquela sociedade. Todas essas questões serão analisadas devidamente ao longo deste capítulo, aqui é importante salientar apenas que os processos descartados por não servirem ao estudo quantitativo, foram utilizados de outras formas, não sendo desconsiderados para fins desta pesquisa. Eles somam 33 inventários: 16 referentes à década de 1870, 16 à de 1880 e apenas 1 para o ano de 1890.

Excluimos, portanto, apenas os inventários urbanos e os que, por diferentes motivos, não tiveram prosseguimento, o que resulta em uma amostragem de 232 inventários referentes ao período de 1870 a 1890.<sup>81</sup> Como já apontamos, esses processos serão de diferentes formas agregados, ora o conjunto referente ao período do regime escravista, excluídos então os abertos em período posterior à Abolição, ora por décadas, a fim de analisarmos as transformações no tempo, ou ainda somente os referentes aos primeiros anos da República. O leitor sempre será informado, nos gráficos e tabelas, a qual período se está trabalhando e, dessa forma saberá quais os dados estão sendo agregados.

Tendo em vista o objetivo central deste trabalho, o de investigar a estrutura agrária da Campanha rio-grandense, desconsideramos também os bens urbanos, inclusive escravos, arrolados no inventário de um produtor rural. Além disso, entre os bens rurais, foi considerado apenas o patrimônio produtivo, a exemplo do critério adotado por Juan Carlos Garavaglia na análise da Campanha de Buenos Aires.

---

<sup>81</sup> Dos 296 inventários fichados, foram excluídos 32 urbanos e 33 sem prosseguimento, sendo que um dos excluídos enquadrava-se em ambos os critérios de exclusão, daí o resultado final de 232 processos, referentes ao período de 1870 a 1890.

(...) casi todos los porcentajes que presentaremos a lo largo del estudio se refieren siempre – con algunas excepciones que señalaremos en su momento- a un monto que hemos llamado *valor de los bienes relacionados directamente con la producción*; es decir, del valor total del inventario, hemos restado las alhajas, el mobiliario, los vestidos, las casas en los pueblos o en la ciudad, etc. De este modo, nos queda al desnudo lo que podríamos llamar el ‘patrimonio productivo’ de cada inventario. El patrimonio total lo hemos utilizado especialmente al comparar a nuestros productores agrarios con otros sectores sociales, pues aquí el monto de la riqueza global es lo importante.<sup>82</sup>

Antes de passarmos à análise da estrutura agrária da Campanha rio-grandense oitocentista, tema central deste capítulo, cabe ainda mais uma ressalva acerca do manejo dos inventários enquanto fonte para fins desse trabalho. Como nesses processos os bens são arrolados por proprietários e não por estabelecimento rural, torna-se, na maioria esmagadora das vezes, impossível individualizar as unidades de produção, caso o falecido possuía mais de uma, já que serão todas inventariadas conjuntamente. Com exceção da terra, por motivos óbvios, os demais bens de produção são avaliados em conjunto, independente do estabelecimento rural a qual pertençam. O rebanho bovino é avaliado em cabeças e somente em casos especiais há a informação do número de cabeças por estabelecimentos. Assim, devido às limitações impostas pela própria fonte, decidimos adotar como critério, mesmo assumindo a possível margem de erro, considerar um inventário como uma unidade de produção. Para fins deste trabalho, portanto, cada inventário *post-mortem* será tratado como um estabelecimento rural. Sabemos que isso nem sempre coincidiu com a realidade daquela estrutura agrária, mas também podemos ponderar que os casos de possuidores de mais de um estabelecimento rural eram minoritários, o que se pode observar através da descrição das benfeitorias, onde o seu conjunto quase sempre compôs um mesmo estabelecimento, localizado em um campo específico<sup>83</sup>.

---

<sup>82</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999, p. 124-125.

<sup>83</sup> Sobre as informações e lacunas acerca da localização das terras e benfeitorias inventariadas, trataremos adequadamente neste mesmo capítulo.

Esse critério foi adotado por Juan Carlos Garavaglia, ao analisar a estrutura agrária da Campanha de Buenos Aires (1700-1830):

Finalmente, señalamos que hemos tomado como unidad de análisis a los *inventarios* y no a las *unidades de producción*, aunque en la abrumadora mayoría de los casos – más del 95% del total- hay coincidencia entre ambos. Hemos hecho eso para evitar que la presencia del puñado de productores más poderosos (los que poseen más de una unidad productiva, en el caso de las estancias o que tienen estancia y chacra a la vez) se ‘disuelva’ en el universo considerado y éstos aparezcan como menos importantes económicamente de lo que realmente son. Actuando así, respetamos en forma más fiel una interpretación ‘sociológica’ de la fuente. De todos modos, el lector podría bien reemplazar la palabra ‘inventario’ por ‘productor’, en el texto y en los gráficos su comprensión del fenómeno sería igualmente correcta.<sup>84</sup>

Assim como o autor, portanto, adotaremos o inventário *post-mortem* como unidade de análise. Além dos motivos já apontados, a margem de distorção decorrente disso é irrelevante frente ao risco, indicado por Garavaglia, de que as grandes riquezas pareçam menos importantes economicamente do que realmente o foram.

Feitas as devidas ressalvas, passemos à análise da estrutura agrária da Campanha rio-grandense nas duas últimas décadas do período imperial.

## 1.6 Dos campos e da pecuária: a estrutura agrária da Campanha

Ao analisarmos a estrutura agrária da Campanha, nas duas últimas décadas do Império (1870-1888), percebemos já os sinais de esgotamento do regime escravista. Os escravos, que na não tão distante década de 1830 comprometiam 17% do patrimônio produtivo dos estabelecimentos rurais<sup>85</sup>, passam a ocupar módicos 6%. Já a terra reina absoluta. Os bens de raiz

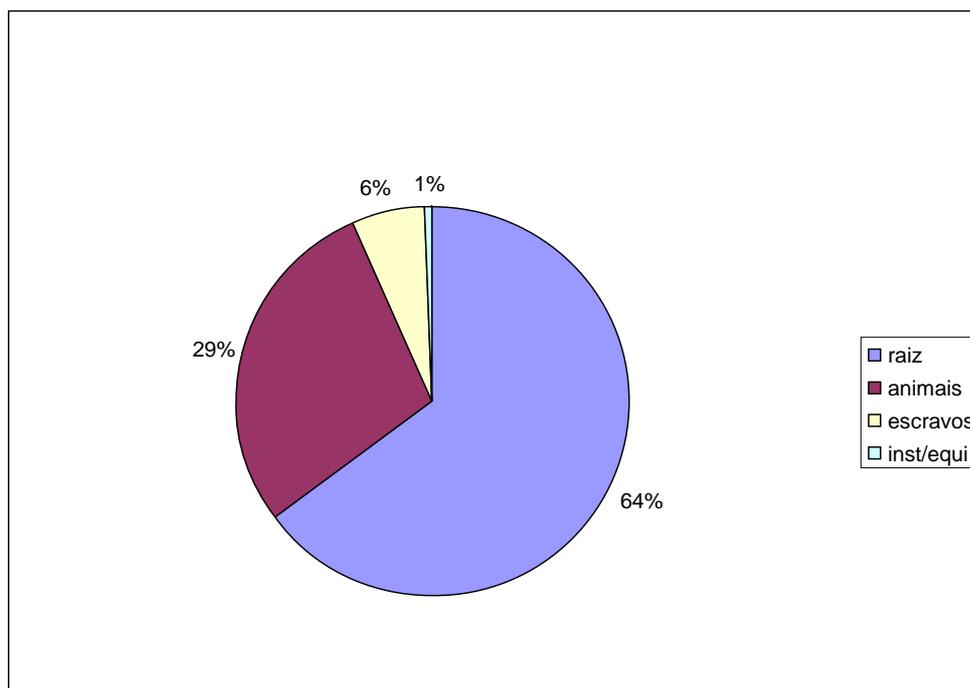
---

<sup>84</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999, p. 125.

<sup>85</sup> GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de Mestrado (mimeo).

comprometem 64% dos investimentos de um produtor rural do período, em média. Mais da metade do valor de um estabelecimento está na terra. Nada menos do que 57% do valor médio de uma unidade produtiva reside nos seus campos, excluídas as benfeitorias. A terra é o bem mais valioso e também de muito difícil acesso: 21% da população inventariada não legou nenhum pedaço mínimo de campo para seus filhos. Simplesmente não possuíam terras, apesar de possuírem rebanho ou outros bens rurais que motivaram a abertura de um inventário.

**Gráfico 1**  
**Participação dos bens de produção no patrimônio produtivo**  
**(1870-1888)**



Fonte: Inventários *post-mortem*. Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí, APERS.

A estrutura agrária da região da Campanha rio-grandense, portanto, ao longo do período analisado e ainda hoje, é profundamente desigual. Os maiores criadores são extremamente minoritários e concentram quase todo o rebanho dos municípios. A partir da constatação da permanência da concentração de grandes rebanhos em mãos de poucas famílias, ao longo de todo o período imperial, podemos inferir a adoção exitosa de estratégias de reprodução social por parte destes grandes criadores. No entanto, não se garante pacificamente a apropriação desigual de terras e rebanhos. Se, por um lado, grandes proprietários buscaram garantir a concentração dos meios de produção, por outro, a maioria dos membros dessa sociedade, aliados da propriedade, buscavam também traçar estratégias para garantir sua sobrevivência de forma autônoma. Os conflitos desencadeados a partir dos interesses divergentes de cada grupo social são especialmente caros a este trabalho, por revelarem as diferentes concepções de justiça e direito que estavam em jogo naquele momento.

O estudo do mundo rural platino avançou muito nas últimas duas décadas, em especial devido ao grupo de historiadores ligados à Universidad

de Buenos Aires e Universidad Nacional de La Plata: Juan Garavaglia<sup>86</sup>, Carlos Mayo<sup>87</sup>, Raúl Fradkin<sup>88</sup>, Jorge Gelman<sup>89</sup>, entre outros. A partir de suas investigações podemos contar com uma historiografia que já não reduz a zona rural da Campanha de Buenos Aires, Colônia de Sacramento e demais províncias do Uruguai e Argentina a um espaço monolítico de grandes estâncias onde trabalham peões livres. Uma complexa sociedade é trazida à luz a partir destas obras: escravos na pecuária, pequenos camponeses, posseiros, ordens religiosas proprietárias de terra, recebedores de mercês da Coroa espanhola que nunca cumpriram com as exigências legais de medição e demarcação. A partir desses trabalhos, o *gaucho*, marca identitária do Prata, passa a ser questionado em sua idealização de homem absolutamente livre, assim como a forte presença de peões negros é demonstrada, os quais aparecem às centenas nos inventários *post-mortem* de criadores de gado.

A existência de um universo rural mais complexo que a dicotomia estancieiro-peão na Campanha rio-grandense fora, a exemplo da historiografia platina, durante muito tempo, também rejeitada pelos historiadores dedicados ao estudo Rio Grande do Sul. Fernando Henrique Cardoso<sup>90</sup>, usando relatos de viajantes e, em especial, os de Saint-Hilaire<sup>91</sup>, reconheceu a importância da escravidão nas charqueadas, mas rejeitou a existência de escravos na

---

<sup>86</sup> GARAVAGLIA, J. C. Ecosistemas y tecnología agraria. Elementos para una historia social de los ecosistemas agrarios rioplatenses (1700-1830). *Desarrollo Económico*. 112 (28), Buenos Aires, 1989; GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las 'estancias' en la campaña de Buenos Aires: los medios de producción (1750-1850). In: FRADKIN, R. (Org.). *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires, CEAL, 1993; GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

<sup>87</sup> MAYO, Carlos A.. Gauchos negros: los esclavos de la estancia colonial. In.: *Estancia y sociedad en la pampa, 1740-1820*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1995. p. 135-150.

<sup>88</sup> FRADKIN, Raúl. La experiencia de la justicia: estado, propietarios y arrendatarios en la campaña bonaerense. In: *La fuente judicial en la construcción de la memoria*. Buenos Aires: Suprema Corte de Justicia/ Universidad Nacional de Mar del Plata, 1999; FRADKIN, Raúl. Poder y conflicto social en el mundo rural: notas sobre las posibilidades de la historia regional. In: FERNANDEZ, Sandra; CORTE Gabriela Dalla (ed). *Lugares ara la Historia: espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos*. Rosario: UNR Editora/Editorial de la Universidad de Rosario, 2005.

<sup>89</sup> GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998; GELMAN, Jorge. Sobre esclavos, peones, gauchos y campesinos: el trabajo y los trabajadores en una estancia colonial rioplatense. In: SANTAMARÍA, Daniel et alii. *Estructuras Sociales y mentalidades en América Latina. Siglos XVII y XVIII*. Buenos Aires: FSR, Editorial Biblos, 1990. p. 241-279.

<sup>90</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>91</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

pecuária. Desde então, muitos trabalhos inspiraram-se em sua obra e, por não recorrerem a fontes primárias tais como inventários *post-mortem*, por exemplo, não puderam avançar no debate acerca da mão-de-obra na pecuária, atividade produtiva predominante na região da Campanha rio-grandense.

Paulo Zarth<sup>92</sup>, em 1988, pioneiro na pesquisa em História Agrária no Rio Grande do Sul, ao investigar diversas fontes primárias não só apontou para a existência deste tipo de mão-de-obra, como enfatizou esta lacuna na historiografia. Além de Paulo Zarth, que se debruçou de forma mais intensa sobre a região norte do estado, mais recentemente, outros historiadores gaúchos, ao investigarem a fronteira meridional do Brasil, perceberam semelhanças muito grandes entre seu recorte espacial e as regiões investigadas pela historiografia uruguaia e argentina recente. Entre estes autores, encontra-se Helen Osório<sup>93</sup>, que investigou o povoamento e a estrutura agrária da Província do Rio Grande de São Pedro no período colonial. Também minha pesquisa de mestrado<sup>94</sup>, desenvolvida sob sua orientação, pode ser incluída em uma geração mais recente na historiografia gaúcha, a qual privilegia, dentro da temática da História Agrária, a abordagem do povoamento, bem como das transformações na estrutura fundiária e produtiva, a partir da ênfase nos conflitos sociais. Luiz Augusto Farinatti, ao investigar a elite agrária do município de Alegrete no período de 1825 a 1865, também pôde perceber a diversidade social daquela sociedade, que tinha como principal atividade produtiva a pecuária trabalhada de forma combinada por escravos e peões livres<sup>95</sup>.

---

<sup>92</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002; ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

<sup>93</sup> OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990. Dissertação de Mestrado (mimeo); OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: UFF, 1999. Tese de Doutorado (mimeo); OSÓRIO, Helen. *Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul. 1765-1825*. XIX Jornadas de Historia Económica. Asociación Argentina de Historia Económica, Universidad Nacional del Comahue. San Martín de los Andes, Neuquén, 2004.

<sup>94</sup> GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de Mestrado (mimeo).

<sup>95</sup> FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

Antes de avançarmos na análise da estrutura agrária de Alegrete nas duas últimas décadas do período imperial, cabe abordar algumas questões relacionadas ao período anterior e principalmente expor brevemente o processo de povoamento e apropriação da terra na região.

Quanto ao povoamento da Campanha rio-grandense, podemos afirmar que o instituto de sesmarias, apesar de ter proporcionado a apropriação de vastas áreas de terras, teve um fôlego temporal muito curto. Em decorrência da tardia conquista deste território por parte da Coroa portuguesa, realizada apenas em 1801, as primeiras sesmarias só seriam concedidas na região a partir de 1810, praticamente às vésperas da extinção deste regime, em 1822<sup>96</sup>. Segundo Helen Osório, “logo iniciou-se a ocupação das terras conquistadas, mas sesmarias somente seriam concedidas a partir de 1810, no governo de D. Diogo de Souza. Elas abrangiam, então, terras entre os rios Ibicuí, Ibirapuitã, Jaguari, Grapuitã, Santa Maria, Vacacaí”<sup>97</sup>. As sesmarias foram solicitadas e recebidas no território que daria origem ao município de Alegrete em um curto período de doze anos.

Além da terra, os rebanhos oriundos da dissolução das estâncias missioneiras também puderam ser apropriados sem dispêndio monetário. No entanto, esta não era uma possibilidade aberta a todo e qualquer produtor rural que desejasse estabelecer-se na Campanha e tornar-se um grande criador de gado. Estava reservada aos considerados merecedores de receberem favores da Coroa, os sesmeiros, e força militar e econômica para ampliar seus domínios sobre terras, rebanhos e homens. Este era um momento propício para os que detinham as qualidades, relações pessoais e trajetórias necessárias para apropriarem-se de grandes rebanhos e muitos campos. Qualidades que incluíam disposição e poder para expulsar os que então habitavam aqueles campos. Os processos de despejo e ações possessórias referentes às primeiras décadas do período imperial revelam que famílias estavam estabelecidas naqueles campos<sup>98</sup>, dos quais foram expulsas e sobre

---

<sup>96</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil. A gestão do conflito (1795-1824)*. São Paulo: Alameda, 2009.

<sup>97</sup> OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990. Dissertação de Mestrado (mimeo), p. 215.

<sup>98</sup> GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado (mimeo).

suas posses legítimas estabeleceram-se muitas das primeiras sesmarias da Campanha.

Na década de 1830, o rebanho bovino médio de um produtor rural era de 2.492 cabeças, em média. Será então sobre este período que repousa a visão de uma Campanha recortada somente por grandes propriedades e imensos rebanhos? Uma região na qual a pequena propriedade nunca encontrou lugar, nem os pequenos criadores? Estrutura esta reservada à região norte da então Província do Rio Grande de São Pedro? Não. Essa média aritmética, como todas as outras, é somente uma ficção. Explica-se, em parte, pelo rebanho que Maria Joaquina da Silva legara a seus herdeiros, em 1839: nada menos do que 24.030 cabeças de gado vacum<sup>99</sup>. Mas é necessário trazer à tona a diversidade social que os dados médios ocultam. Se, por um lado, é evidente que existiam rebanhos imensos, como acabamos de citar, além de estabelecimentos compostos por muitas léguas de campo, por outro havia também pequenos produtores rurais. Na década de 1830, um em cada cinco dos produtores inventariados possuía menos de 100 cabeças de gado, o que para Jorge Gelman era insuficiente para garantir a subsistência de uma família sem que fosse necessário recorrer a outras formas de complementação de renda, leia-se empregar-se pelo menos sazonalmente em uma grande estância:

Tomando a aquellos que poseen hasta 500 animales [...], los más favorecidos, con 400 o 500 animales, tendrían un procreo anual de unas cien cabezas, con cuyo producto quizás pudieran mantener a duras penas a su familia. Por supuesto para aquél que poseía 20, 30, 100 cabezas, esto no podía ser más que un complemento de otras

---

<sup>99</sup> Inv. 62, mç. 4, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1839, APERS.

actividades agropecuarias propias y/o del conchabo estacional del jefe de familia y algún hijo mayor en las grandes estancias de la zona.<sup>100</sup>

Além de criadores de milhares de cabeças de gado e de modestos rebanhos de menos de 100 animais, encontramos estabelecimentos das mais variadas dimensões, que diferenciam-se não só quantitativa, mas qualitativamente. Gado bovino, eqüino, ovino e muar, fortes e recorrentes indícios de agricultura, associados ou não aos de pecuária, casas de comércio na zona rural, escravos com as mais diversas profissões, libertos que deixaram o destino desejado dos seus bens em testamento, parentelas com investimentos diversificados, que incluíam terras e animais no Uruguai<sup>101</sup>, enfim, um universo rural que não se enquadra no estreito modelo explicativo Campanha-campos/grande propriedade/pecuária.

Essa diversidade social é ainda mais rica ao nos aproximarmos do fim do período imperial. Essa sociedade estava cada vez mais distante de um mundo rural de grandes propriedades e proprietários. Na década de 1870 os possuidores de menos de 100 cabeças de gado representam 1/3 da população inventariada. Se nos anos subseqüentes às primeiras doações de sesmarias na Campanha rio-grandense havia pequenos produtores rurais, alguns muito pobres - reconhecidos pelos seus pares como tal, a ponto do processo de inventário não ter prosseguimento a fim de que as custas não absorvessem a “insignificância da herança” -, às vésperas do fim do Império uma sociedade ainda mais complexa estava sendo gestada.

Portanto, a Campanha rio-grandense nunca se resumiu a um espaço monolítico de grandes estancieiros, peões e escassos escravos. Essa não é, felizmente, uma afirmativa isolada na historiografia sobre a região platina e o Rio Grande do Sul no século XIX. Outros autores, em trabalhos que tiveram

---

<sup>100</sup> GELMAN, Jorge. *Campeños y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998, p. 85.

<sup>101</sup> Sobre o estabelecimento de estancieiros brasileiros no Estado Oriental, ver: SOUZA, Susana Bleil de. *Propriedade rural na América Latina: a fronteira uruguaio-rio-grandense no século XVIII*. In.: AZEVEDO, Francisca L. N. de; MONTEIRO, John Manuel (Orgs.). *Raízes da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1996.

como recorte espacial áreas destas regiões, também buscam comprovar que a escravidão no Brasil Meridional, ao contrário do que afirmou Fernando Henrique Cardoso nos idos da década de 1960, foi fundamental nas estâncias, grandes estabelecimentos dedicados à pecuária. Também a estrutura fundiária, durante longo período diretamente associada à localização dos estabelecimentos rurais no simplista e reducionista modelo explicativo campos-estâncias/ floresta-minifúndio já não encontra bases no acúmulo historiográfico das últimas décadas.

No entanto, não se trata apenas de modelos explicativos que se sucedem. A concepção de um universo rural dicotomizado entre campo e floresta ainda persiste, seja por comodismo, ignorância ou adesões a modelos explicativos que tendem a validar o latifúndio na Campanha rio-grandense, defendendo sua legitimidade a partir de sua existência desde sempre. Lourdes Grolli Ardenghi, em trabalho muito recente, revela o longo fôlego desses modelos explicativos, que priorizam a polarização espacial em detrimento da polarização entre classes:

As áreas de campo, ocupadas pela pecuária extensiva, constituíram o espaço privilegiado dos coronéis/latifundiários que controlavam o poder local, como representantes do castilhismo/borgismo. As áreas de mata, na fase inicial, constituíram-se em fator de atração para exploração da erva-mate, onde se instalou uma população cabocla, muitas vezes nômade, que se transferia para os locais onde predominavam os ervais nativos. Mais tarde, esse espaço foi ocupado por colonos de origem européia estimulados pelos processos de colonização que, em grande medida, ignoraram a presença da população cabocla.<sup>102</sup>

A polarização espacial, com base na vegetação e relevo como eixo explicativo do processo de apropriação da terra traz mais do que informações, traz silêncios profundamente significativos. Afirmar que a área dos campos, ou seja, a Campanha rio-grandense, era o espaço privilegiado dos latifundiários é

---

<sup>102</sup> ARDENGHI, Lourdes Grolli. *A questão da terra na ocupação do Norte: caboclos, ervateiros e coronéis*. In: GOLIN, Tao; BOEIRA, Nelson (Orgs.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. Vol. 3, Tomo 1. (Coleção História do Rio Grande do Sul), p. 466. Sem grifos no original.

reconhecer o seu poder local, com o qual não discordamos, mas é também negar a representatividade dos mais despossuídos naquela sociedade. Silenciar historicamente acerca de um grupo social é também uma forma de negar o seu direito à memória e à existência histórica. Uma estrutura agrária não se explica somente através da investigação dos que detêm o poder local. Pouquíssimas famílias concentravam a maior parte da terra e dos rebanhos na região, como veremos, mas a maioria esmagadora da população vivia em pequenas áreas de terra, com ou sem título legítimo, possuíam cabeças de gado em número insuficiente para garantir sua autonomia. Orbitavam entre as grandes propriedades em busca de trabalhos sazonais que garantissem a sua subsistência e a de suas famílias.

Outro aspecto que chama a atenção no trecho citado é a naturalização de termos concordantes com abordagens que, contrapostas à produção mais recente sobre a história do Rio Grande do Sul<sup>103</sup>, não se sustentam. Aliás, não é necessário se estar muito a par do que se vem produzindo nos últimos anos para evitar o uso do termo ocupação, quando se trata do choque entre os imigrantes de origem europeia e os *caboclos*, na região norte do estado. Paulo Zarth, ainda em sua dissertação de mestrado, alertava para a violência que marcou esse processo<sup>104</sup>. Afirmar também que “os processos de colonização” (imagino que a autora esteja se referindo aos projetos de colonização), “em grande parte ignoraram”<sup>105</sup> a existência de caboclos é também silenciar acerca de toda uma política estatal que longe de ignorar a população cabocla, os expulsou das áreas florestais da província a fim de estabelecer as levas de imigrantes europeus que, diferente dos *lavradores nacionais*, receberam muitos estímulos para estabelecerem-se como camponeses na região.

---

<sup>103</sup> Ver: SILVA, Marcio Antônio Both . *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região da mata do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Niterói: UFF, 2009. Tese de doutorado (mimeo). SILVA, Marcio Antônio Both. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense (1850-1900)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação de mestrado (mimeo). CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriação e expropriações de terra na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004. Dissertação de mestrado (mimeo).

<sup>104</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

<sup>105</sup> ARDENGHI, Lourdes Grolli. *A questão da terra na ocupação do Norte: caboclos, ervateiros e coronéis*. In: GOLIN, Tao; BOEIRA, Nelson (Orgs.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. Vol. 3, Tomo 1. (Coleção História do Rio Grande do Sul), p. 466.

Lourdes Grolli Ardenghi não representa uma voz dissonante na historiografia acerca do Rio Grande do Sul no que se refere ao processo de apropriação da terra. Ao contrário: está sendo citada aqui por, através de um trabalho muito recente, revelar em poucas linhas a influência de velhos modelos explicativos sobre a historiografia atual.

Por conta disso, ainda é pertinente e, mais do que isso, necessário, insistir no debate acerca da estrutura agrária da região, a qual não se resume a um espaço monolítico de grandes propriedades. A existência de uma expressiva camada da população vivendo em condições de miserabilidade e contando apenas com sua força de trabalho, poucas cabeças de gado e com a elaboração de estratégias de sobrevivência possíveis naquele universo rural é percebida ao longo de todo o século XIX. Homens e mulheres que, em alguns casos, não puderam nem mesmo ser expulsos de um pedaço de terra apropriado de forma instável, por nunca ter tido a possibilidade deste acesso, tendo passado suas vidas a orbitar em torno das grandes propriedades a fim de garantir o seu sustento e de suas famílias.

Apesar de necessária, a comprovação da existência de pequenos criadores, muitos deles sem nenhum palmo de terra sequer, não é suficiente. É necessário explicar esta estrutura agrária e, a partir dela, os limites e possibilidades que nortearam a ação dos grupos mais despossuídos da sociedade.

A fonte privilegiada para a análise das questões apontadas acima é o inventário *post-mortem*. Além dele, também foram utilizados censos populacionais e Relatórios de Presidentes de Província. O privilégio dado à primeira deve-se à convergência entre suas possibilidades de uso e as questões às quais se pretende responder. A fonte é rica em informações no que se refere ao patrimônio produtivo dos estabelecimentos rurais, existência e dimensão dos diversos rebanhos, propriedade ou não da terra, atividades produtivas desenvolvidas, bem como a transformação destes quesitos ao longo do período analisado. Mas não só de aspectos quantitativos é composto um inventário *post-mortem*. A concepção de propriedade e suas formas de transmissão, a precisão ou imprecisão na declaração da extensão e localização

das terras legadas, bem como discordâncias entre herdeiros a respeito da declaração ou avaliação dos bens são aspectos muito interessantes a serem considerados, motivo pelo qual estivemos atentos a eles na etapa de fichamento da documentação.

Muitos autores já alertaram sobre um dos principais aspectos do inventário *post-mortem*, o qual decorre de sua natureza de produção. Este processo é aberto com o único e exclusivo objetivo de avaliação e partilha de bens. Isso significa, antes de tudo, que os que pouco tem a legar dificilmente poderão ser representados através desta fonte. Entre os inventários das décadas de 1870 e 1880 analisados, um não teve prosseguimento após os herdeiros informarem que o inventariado “morrera em absoluta miséria na cadeia de Alegrete”<sup>106</sup>. Alfredo Nunes de Miranda legou apenas 3 cavalos à sua viúva e a seu filho de 1 ano de idade, apenas 15 libras esterlinas. Esse foi o menor patrimônio legado na década de 1880, segundo nossa amostragem<sup>107</sup>. David Antônio Centeno deixou, pelo menos, um registro documental que nos informa sobre sua existência. Possuía um pequeno rebanho de 31 cabeças de gado, entre os quais 18 bovinos. Além disso, um par de arreios e uma pequena chácara nos subúrbios da cidade, cuja extensão desconhecemos, mas que era insuficiente para a manutenção e reprodução do rebanho, conforme informa seu inventariante:

E porque os gados referidos estejam completamente magros e em risco de com a aproximação invernal morrerem alguns, e não tendo a herança campo onde os conserve e nem meio para pagar arrendamento de costeiro dos referidos gados, que pastam no logradouro público, vem o suplicante, para evitar a perda desses gados, que além do exposto constantemente fogem em busca de pasto, requerer licença para vender os animais.<sup>108</sup>

---

<sup>106</sup> Inv. 297, mç. 23, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1870, APERS.

<sup>107</sup> Inv. 572, mç. 43, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1888, APERS.

<sup>108</sup> Inv. 6, mç. 1, Cartório da Provedoria, Quaraí, 1884, APERS.

O inventariado possuía poucos animais, segundo a avaliação “em mau estado” e uma pequena chácara nos subúrbios do município de Quaraí. Para garantir a alimentação necessária ao seu pequeno rebanho, dependia das pastagens costeiras aos “corredores”<sup>109</sup> e estradas próximas a sua casa. David Antônio Centeno era muito pobre, mas certamente não o mais despossuído desta sociedade profundamente excludente onde a morte de centenas de homens e mulheres não gerou nenhum inventário que nos possibilite ter acesso à camada da população que possuía apenas as roupas e instrumentos de trabalho. Nenhum inventário revela esse perfil, mas podemos supor sua existência frente a um universo rural profundamente excludente.

No entanto, essa característica da fonte não descarta seu uso quando tentamos perceber a existência e a representatividade da camada mais pobre da população em uma dada sociedade. De forma aparentemente contraditória, é justamente essa característica da fonte que a torna adequada para a construção argumentativa que aqui se pretende. Se os inventários *post-mortem*, pela sua natureza de produção, sub-representam os mais pobres, encontrar através desta fonte um índice expressivo de inventariados que não legaram nenhuma cabeça de gado *vacum sequer* e/ou que foram explicitamente reconhecidos, no corpo do processo, aos olhos de seus contemporâneos, como “pobres”, constitui-se enquanto um argumento muito forte quando se pretende trazer à luz esta camada da população.

Com tudo isso quero afirmar, enfaticamente, que não aponto a sub-representação das camadas mais pobres da população como uma “falha” dessa fonte. Em primeiro lugar por não compartilhar do entendimento de que existam fontes com “falhas” e fontes “boas”. Entendo que existem fontes adequadas ou não para um objeto de pesquisa. O Registro Paroquial de Terras, por exemplo: excelente fonte para entendermos em que medida a população de uma paróquia cumpriu as determinações da Lei de Terras e cumprindo tal lei, quais estratégias adotou. É, porém, inapropriado, por sua

---

<sup>109</sup> *Corredores* ou *corredores públicos* referem-se aos caminhos existentes na zona rural, as pequenas estradas que davam acesso aos estabelecimentos rurais.

natureza de produção, para ser utilizado com o objetivo de retratar a estrutura agrária de qualquer sociedade. No caso desta fonte, não é a diversidade encontrada de paróquia para paróquia que dirá se é possível utilizá-la ou não para este fim. Não importa o quanto o Registro Paroquial traga informações a respeito da extensão das terras, forma de apropriação, ou qualquer outro dado que o pároco ou declarantes tenham decidido privilegiar em cada paróquia: a declaração era o primeiro passo que poderia levar, ou não, à legitimação da área de campo desejada. A lei e o decreto que regulamentam a produção desta fonte, em nenhum momento a apontam como título de propriedade. Mesmo se, posteriormente, tenha sido utilizada retrospectivamente com esse caráter, como é o caso de Capivary, segundo Hebe de Castro<sup>110</sup>, a sua natureza de produção, qual seja, declaração espontânea e sem exigência de prova documental, impede seu uso, isoladamente, para a análise da estrutura agrária ou mesmo apenas fundiária de uma região.

Pretendo enfatizar, com tudo que foi dito acima, que para os objetivos aos quais esse trabalho se propõe o inventário *post-mortem* é uma fonte muito adequada. Suas lacunas, assim como as informações que traz, serão utilizadas como base para os argumentos a serem tecidos neste capítulo. Aos que ainda insistem em polarizar a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, do século XIX, como uma região ocupada ao sul, nos campos, por grandes proprietários, e ao norte, nas florestas, por pequenos produtores, nos contrapomos utilizando os inventários para tentar revelar a existência, na Campanha rio-grandense, de uma pobreza rural. Essa fonte a sub-representa. Uma vez que pudemos observar sua presença de forma expressiva através da análise dos inventários *post-mortem*, está comprovado que a Campanha não é uma região atípica onde a classe proprietária é numericamente majoritária.

Os pobres que hoje estão lá, alijados do acesso à terra, não são uma novidade do século XX. Lá estavam desde a fundação dos municípios analisados. Isso pode parecer uma obviedade, mas comprovado com base no uso massivo de fontes seriais é capaz de questionar o discurso lacunar em defesa do latifúndio na região, segundo o qual a grande propriedade surge com

---

<sup>110</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

as sesmarias apenas (sem fraudes, apropriações indevidas e violência) e se justifica assim, legitimamente, até hoje. A polarização entre grandes e pequenos produtores rurais não era espacial no Rio Grande do Sul. Eles compunham um mesmo espaço geográfico e social, no qual a desigualdade nas possibilidades de acesso aos bens de produção e as suas decorrentes relações de poder eram a tônica.

Após essa breve reflexão acerca dos limites, possibilidades e usos da fonte privilegiada, faz-se necessária uma exposição detalhada dos critérios de seleção da amostragem utilizada. Para fins deste trabalho serão analisados todos os inventários post-mortem referentes aos anos pares das décadas de 1870 e 1880 e, em alguns momentos, serão agregados também todos os processos existentes no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul referentes à década de 1830<sup>111</sup>. Para fins de análise serial, como já apontamos, foram descartados os inventários urbanos e os que não tiveram prosseguimento, os quais serão analisados qualitativamente ao longo do trabalho, sempre que pertinente. Isso resulta em uma amostragem de 277 inventários post-mortem, assim distribuídos no tempo: 45 da década de 1830, 82 da década de 1870, 125 da década de 1880 e 25 referentes **somente ao ano** de 1890.

Como já apontamos anteriormente, este é um trabalho dedicado a investigar o universo rural da Campanha rio-grandense e, por conta disso, foram desconsiderados todos os bens urbanos (casas, escravos, terrenos) que por ventura um produtor rural possuísse na cidade. Entre os bens rurais consideramos apenas os diretamente ligados à produção, ou seja, o patrimônio produtivo: terra, benfeitorias, escravos, rebanhos, instrumentos e equipamentos. Não ignoramos a dificuldade de diferenciação entre o rural e o urbano em um período tão recuado, pelo contrário, em muitos casos foi necessária uma análise muito detida sobre um único processo e o cotejamento

---

<sup>111</sup> O fichamento dos inventários *post-mortem* referentes a esta década, bem como os demais com data anterior a 1880, foi feito durante a realização de minha dissertação de mestrado, na qual desenvolvi análise detida da estrutura agrária do período e dos conflitos de terra na mesma região. Ver: GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado (mimeo). Para fins do presente trabalho, esses processos foram revisitados sempre que necessário, com velhas e novas perguntas, de forma comparativa com os dados referentes ao período posterior a 1880.

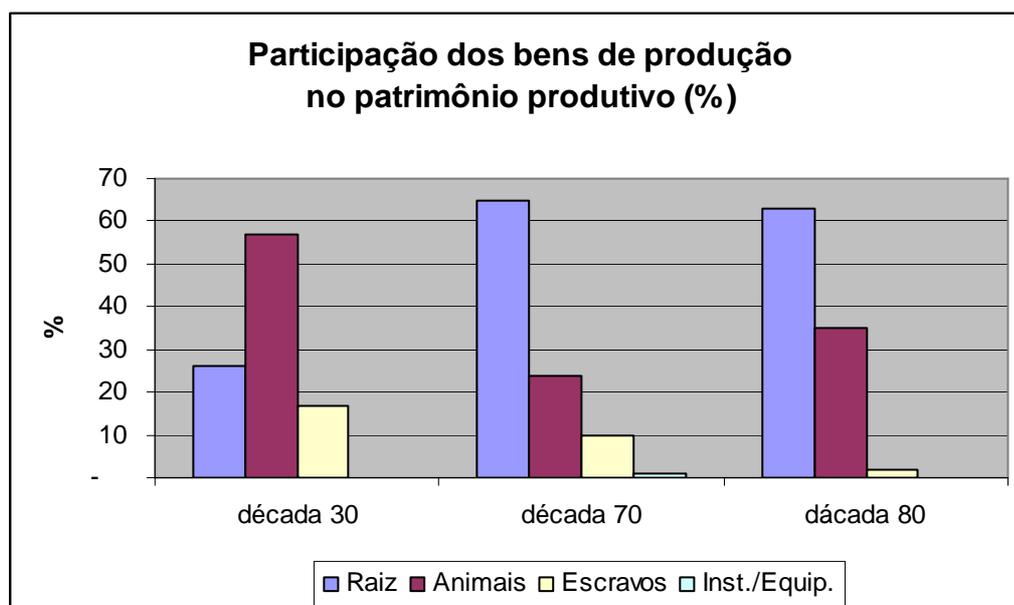
com outras fontes para incluí-lo em uma categoria ou outra. Por outro lado, em um universo predominante agrário, uma minoria de processos foi excluída por esse motivo. Já entre os bens rurais, todos relacionados ao padrão de vida (residência, mobiliário, jóias) foram descartados, seleção que não apresentou problemas devido à gritante diferenciação entre estes bens e os que compõem o patrimônio produtivo<sup>112</sup>.

Passemos agora à análise da estrutura agrária da Campanha rio-grandense, nesse primeiro momento a partir da composição dos patrimônios produtivos nos diferentes períodos analisados. É mais ilustrativo dar início a essa explicação através do gráfico a seguir:

## GRÁFICO 2

---

<sup>112</sup> Rara exceção a esta regra é o uso, pelos mais afortunados, de instrumentos de montaria feitos de prata e, algumas vezes também ouro. É interessante observar que em um universo onde a pecuária é a principal atividade produtiva e o homem, seja ele o trabalhador direto (escravo ou peão livre), capataz (o qual também poderia ser escravo) ou o próprio proprietário do estabelecimento rural, desloca-se a cavalo, o adorno da montaria com metais preciosos fosse uma forte marca de diferenciação. Um grande estancieiro, possuidor de centenas ou milhares de cabeças de gado podia ter, na zona rural, uma casa apenas “fornada” e “não assoalhada” (ou seja, de chão batido), mas certamente não usaria em seu cavalo freios, bocais e demais arreios que não fossem de prata.



Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

Através do Gráfico 2 podemos perceber muitas transformações na composição do patrimônio produtivo da região analisada, ao longo do período imperial. Começamos pela comparação entre as décadas de 1830 e 1870: os bens de raiz passam a representar mais do que o dobro que representavam na década de fundação do município. Isso se explica, principalmente, pelo processo de mercantilização da terra. Se em 1830 a terra pouco ou nada valia (há oito anos era possível adquiri-la sem desembolso monetário algum, através das doações de sesmarias pela Coroa), na década de 1870 não só seu valor aumenta vertiginosamente, como a possibilidade de estabelecer-se de forma instável em terras públicas ou “a favor” em terras alheias reduz-se consideravelmente<sup>113</sup>. Assim, para manter-se como criador de gado era necessário ter acesso à terra através da compra, o que exigiu a redução na dimensão dos rebanhos. Frente a um universo em rápida transformação (processo de mercantilização da terra e sua face jurídica, a Lei de Terras de 1850) os produtores rurais da Campanha reduziram seus investimentos em rebanhos, a fim de garantir o acesso, agora custoso, à terra. Isso que foi

<sup>113</sup> Sobre esse processo, ver: GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado (mimeo).

apontado até aqui explica o que podemos considerar praticamente uma inversão na composição do patrimônio produtivo entre os bens de raiz e os rebanhos. Na década de 1830, um produtor rural comprometia, em média, 26% de seu patrimônio em terras e mais da metade dele, ou seja, 57%, em rebanhos. Já na década de 70 essa relação mais do que se inverte: quase 2/3 do patrimônio produtivo está comprometido com a manutenção do acesso à terra (65%) e menos de ¼ dele (24%) com os animais.

O único índice que se mantém é o que se refere a instrumentos e equipamentos. São décimos que separam o seu pequeno peso em ambos os períodos, o que não significa a ausência da agricultura na região e sim o baixo valor dos instrumentos agrícolas, que pouco onerava os patrimônios. Já o índice de comprometimento em relação aos escravos decresce consideravelmente: de 17% na década de 1830 para 10% na década de 1870. O regime escravista já revelava seu cansaço. Em uma proporção bem inferior do que o revelado se compararmos os poucos anos que separam as décadas de 1870 e 1880. Passemos a essa comparação.

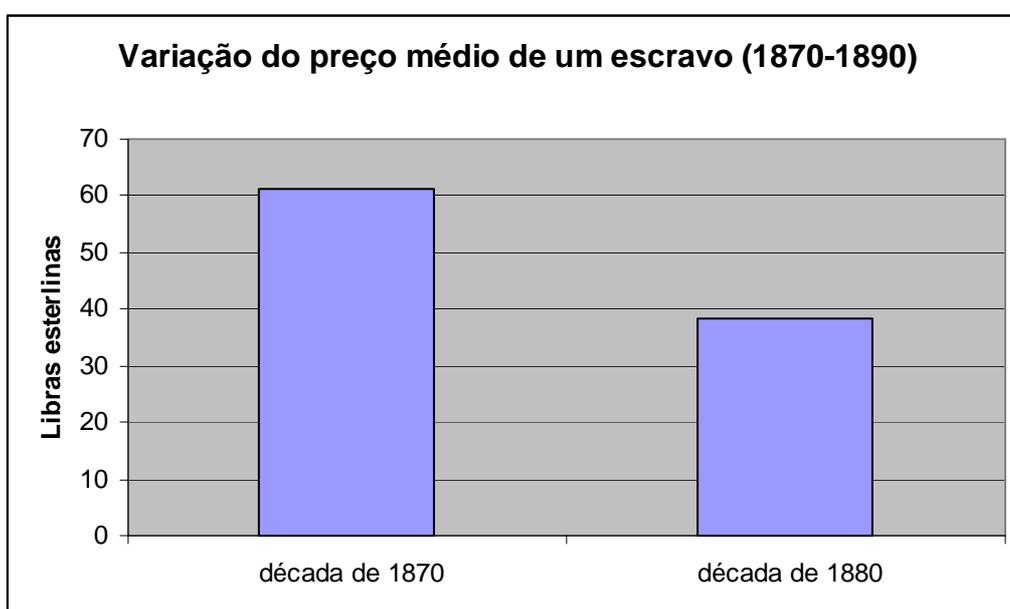
Se entre as décadas de 1830 e 1870 o peso dos bens de raiz no patrimônio produtivo mais que duplica, devido ao processo de mercantilização da terra e das diferentes possibilidades de acesso a ela nos diferentes períodos, a proporção deste bem de produção é a que se manterá mais estável entre as décadas de 1870 e 1880. Na primeira década, um produtor comprometia 65% de seu patrimônio em campos e benfeitorias. Esse índice praticamente se mantém na década seguinte, reduzindo-se em menos de 2%. O comprometimento com instrumentos e equipamentos também se mantém estável.

Porém, o mesmo não acontece com os animais. Os rebanhos, que na década de 1870 eram responsáveis por 24% do patrimônio produtivo de um estabelecimento, em média, passam a ocupar mais de 1/3 deste na década subsequente: 35%. Nada próximo aos 57% dos áureos tempos da década de fundação do município, momento no qual ainda era possível ter acesso aos rebanhos oriundos da dissolução do espaço missioneiro, ou seja, sem desembolso monetário. Mesmo assim é uma elevação alta para um espaço de tempo tão curto. Por que o patrimônio dos estabelecimentos rurais passou a

ser comprometido nessa maior proporção, com o valor dos rebanhos? Se passarmos à terceira maior faixa de investimento na década de 1870, qual seja, a dos escravos, talvez possamos responder a esta questão.

Sobre a redução drástica na proporção do valor dos escravos no patrimônio incidiram vários fatores: em primeiro lugar a redução do preço médio do escravo, como podemos perceber através do gráfico abaixo:

**GRÁFICO 3**



Fonte: Inventários *post-mortem*. Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul. APERS

O valor médio de um escravo cai 40% no período de apenas uma década. Para este cálculo consideramos todos os escravos avaliados, de ambos os sexos e todas as idades, desconsiderados apenas os com valor igual a zero (como os fugidos e os que os avaliadores “acharam nada valer” por serem muito doentes ou “imprestáveis para o trabalho”). Esse recorte coincide com a incidência do valor do escravo sobre a composição do patrimônio produtivo. Mas a redução de 10% para 2% dessa incidência em dez anos não se explica apenas pela queda do preço dos cativos, mas também pela redução numérica entre os plantéis inventariados na década de 1870 e na de 1880. Esse tema será tratado com exclusividade no próximo capítulo. Agora basta

apreendermos que na década de 1880 são alforriados centenas de escravos nos municípios analisados e que em um processo de 1884 encontramos a última herança onde um escravo foi legado. A partir deste momento, os escravos desaparecem dos inventários *post-mortem* da região. Temos então dois elementos para explicar a redução do valor dos escravos na composição dos patrimônios produtivos do período: a queda do preço dos cativos e a redução numérica de escravos legados em inventário.

Esses dois elementos, conjugados com a quase estabilidade da importância dos bens de raiz explica em parte a elevação da representatividade dos animais de 24% para 35% no patrimônio produtivo entre as duas décadas. Teriam os produtores rurais investido em rebanhos o capital antes comprometido em garantir a mão-de-obra escrava? Assim encontraríamos uma estrutura agrária transformada duplamente no período: produtores com menos escravos e maiores rebanhos. Mas para avaliarmos essa suposição é necessário compararmos os rebanhos médios de cada década.

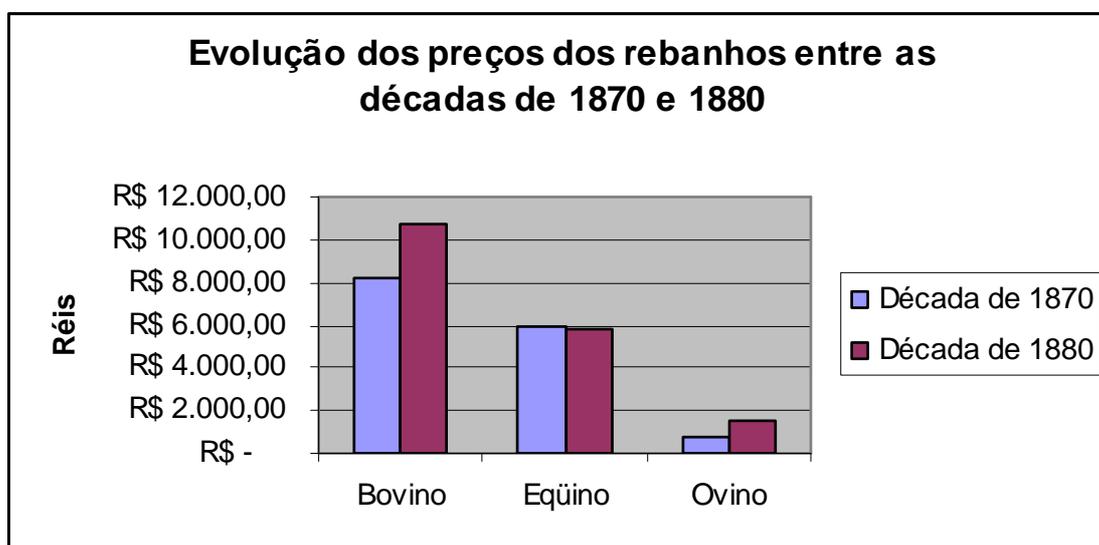
A amostragem utilizada para fins deste trabalho inclui 82 inventários da década de 1870 e 125 inventários da década de 1880. Para chegarmos ao rebanho médio de cada década excluimos, evidentemente, os produtores rurais que não possuíam gado *vacum*. Estes são 7 no primeiro período e 27 no segundo. Considerando então somente o universo de inventariados possuidores de bovinos, temos um rebanho médio de 632 cabeças de gado *vacum* na década de 1870 e de 741 cabeças para a década seguinte. Isso equivale a um aumento de 14% sobre o rebanho médio de cada década. Mais do que o aumento numérico das cabeças de gado apreendidas através dos inventários entre as duas décadas, isso revela também uma maior concentração dos rebanhos: o índice dos que não possuem nenhuma cabeça de gado mais que dobra em uma década<sup>114</sup>. Mas há ainda um elemento a ser considerado: a variação do preço<sup>115</sup> dos animais entre os dois períodos. Passemos ao próximo gráfico.

---

<sup>114</sup> Os produtores rurais sem gado representavam 9% dos inventariados na década de 1870 e passam a representar 21% no período seguinte.

<sup>115</sup> Para o cálculo da evolução do preço dos rebanhos, todos os valores foram convertidos para Libras Esterlinas e, posteriormente, deflacionados, tendo 1870 com ano base.

**GRAFICO 4**



Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

Como podemos observar, o preço médio de uma cabeça de gado bovino sofre um aumento de 31%. Com este dado, relacionado com os demais já apontados, percebe-se os motivos pelos quais os animais passam a representar mais do que 1/3 do patrimônio produtivo da década de 1880. Se, por um lado, resolvemos a questão inicialmente colocada, o gráfico acima nos coloca mais um pergunta: porque o rebanho vacum sofre um aumento tão vertiginoso na década de 1880, frente à anterior? Vamos tentar responder a esta questão a partir dos dados dos próprios inventários *post-mortem*. Ao se avaliar qualquer bem, os responsáveis consideram o estado do mesmo. Uma carreta, por exemplo, dependendo do seu estado (se é velha, nova, se está quebrada) pode receber diferentes valores em um mesmo ano. O mesmo ocorre com os animais. Na avaliação somos informados se o gado está “em mau estado”, isso ocorre porque há na sociedade um consenso sobre quanto deve valer um boi manso ou uma légua de terra ou uma ovelha. Percebe-se ao longo de alguns processos discordâncias em relação à primeira avaliação, que muitas vezes deve ser refeita por herdeiros discordarem dos avaliadores ou entre s e justificarem o motivo de sua discordância.

Em uma região de pecuária extensiva, como a da Campanha, com pouca ou nenhuma introdução técnica até a década de 1880, o valor do gado depende, acima de tudo, da qualidade do pasto e de um bom acesso à água. Depende que este gado não se “extravie”, distanciando-se do estabelecimento, o qual, lembremos, até finais da década de 1870 não possuía cercas. Enfim, depende de um bom pasto e um bom manejo. Mas é justamente no final da década de 1870 que começam a ser introduzidos diversos melhoramentos: novas raças de gado são trazidas da Europa e dos Estados Unidos, o cercamento dos campos permite que o gado se mantenha sempre “aquereciado”, facilitando seu manejo e alimentação. Além disso, novas forragens também começam a ser introduzidas. Pelo que podemos inferir através das fontes e bibliografia analisadas, esse gado sofre uma série de melhoramentos na década de 1880, os quais se refletem em sua qualidade e, conseqüentemente, em seu preço de mercado. Logicamente o aprimoramento da pecuária não é a única variável a incidir sobre a elevação do preço do rebanho bovino. Outras variáveis como a relação com o mercado consumidor do Prata e a política estatal de impostos sobre o comércio do gado também incidem sobre a flutuação de seu preço, mas esses elementos, apesar de sua importância, fogem aos objetivos deste trabalho.

Porque nas últimas páginas tratamos apenas da elevação do gado bovino e não da do ovino, ainda mais eloqüente, ou a pequena queda de 2% no preço médio de um eqüino? Porque não incluímos muares no Gráfico 4? Acaso esses animais inexistiam na Campanha rio-grandense? Em relação a estes últimos, eram sim criados na região, mas em uma escala tão insignificante que torna a análise da flutuação de seu valor insegura. Para se ter uma idéia, apenas 161 muares foram inventariados ao longo de toda a década de 1880<sup>116</sup>, frente às 54.870 cabeças de gado vacum do mesmo período. Mas a questão não é apenas numérica, tendo em vista serem os ovinos e, mais ainda, os eqüinos também muito representativos. O privilégio dado ao rebanho vacum ao longo deste trabalho se explica pela esmagadora

---

<sup>116</sup> Sempre que nos referirmos, ao longo deste trabalho, à década de 1870 ou à de 1880 estamos tratando de uma amostragem, como já apontamos, onde os processos abertos em anos ímpares foram excluídos.

representatividade de seu valor sobre todos os outros rebanhos<sup>117</sup>. Essa é uma permanência entre as duas décadas analisadas, como demonstram os gráficos a seguir:

## GRÁFICO 5

---

<sup>117</sup> A representatividade numérica do rebanho bovino sobre os demais não é apenas em relação ao valor, ela também é percebida na dimensão dos rebanhos, apesar de em menor incidência. Na década de 1870 o gado bovino representava 77% do rebanho inventariado, mantendo essa predominância na década de 1880, porém com um índice inferior, 71%.



Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

### GRÁFICO 6



Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

Ao longo deste capítulo trabalhamos privilegiadamente com índices médios, com a composição “típica” do patrimônio produtivo de um estabelecimento rural, a exemplo do que fez Juan Carlos Garavaglia em seu trabalho sobre a Campanha *bonaerense*. Ao apresentar o estabelecimento “típico”, o autor justifica sua opção:

Comenzaremos para ello con una ficción, es decir, presentaremos los datos promedio para todo el período, todas las áreas y todas las unidades productivas. Esta ficción, que llamaremos en este estudio *establecimiento “típico”* nos servirá de modelo-test para comenzar el tratamiento del resto de la información de modo comparativo. Es obvio que algunas pocas unidades productivas de determinadas áreas y en algunos períodos se asemejan efectivamente a este *establecimiento “típico”*, [...].<sup>118</sup>

Após a construção do que Garavaglia chamou de uma “ficção”, qual seja, a construção do “típico” a partir de médias aritméticas e percentuais, podemos lançar mão de outras perspectivas a fim de enriquecer a análise desse objeto. A seguir, ao tratarmos da estrutura fundiária da região analisada, teremos a oportunidade de nos aproximarmos de alguns estabelecimentos “concretos”, já que, conforme o mesmo Garavaglia, “el lector puede comenzar a preguntarse con toda justicia cuál es la relación entre este modelo y los establecimientos concretos de los diversos períodos y de las distintas áreas que hemos trabajado.”<sup>119</sup>

### **1.7 A terra: o legado da imprecisão**

Como já apontamos, mais da metade de toda a riqueza inventariada no período refere-se à terra e se considerarmos todos os bens de raiz, ou seja, campos e benfeitorias, a proporção eleva-se para dois terços. Esse é o grande legado do período. Apenas um terço de uma herança, em média, não se refere aos bens de raiz, o que justifica que analisemos detidamente este bem. Que terras são legadas? Qual sua extensão? Isso é informado? Que benfeitorias são necessárias incorporar a um campo para um bom manejo do rebanho? O que era recorrente? O que aparecia raramente? Analisemos, então, o bem

---

<sup>118</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999, p. 131.

<sup>119</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999, p. 132.

mais valioso e valorizado entre todos os que compunham a riqueza ou a pobreza de um inventariado: a terra.

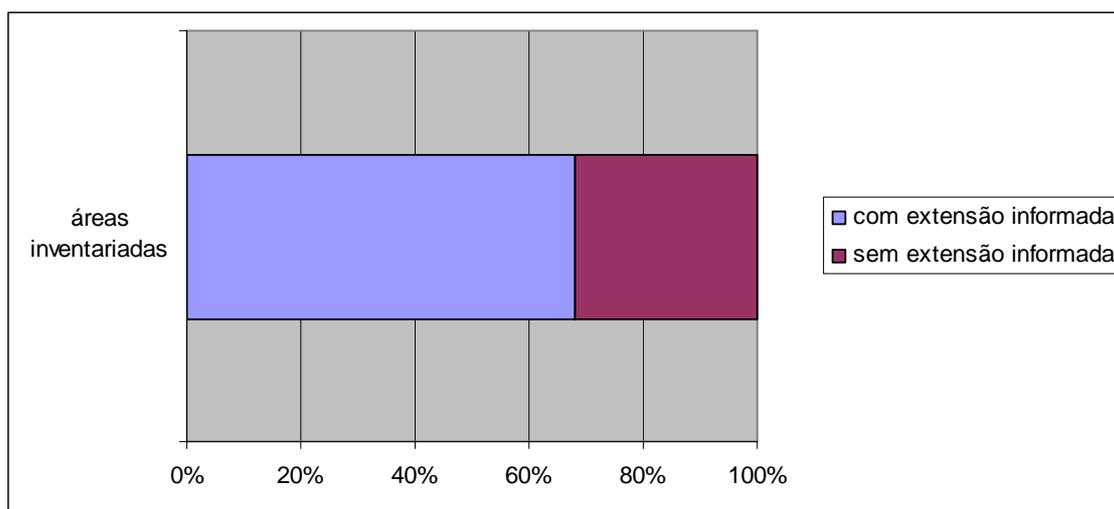
Nas duas últimas décadas do período imperial foram legadas 228 frações de terra nos municípios de Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí. Na descrição das terras inventariadas, podemos ter acesso a informações como sua extensão e forma de apropriação e, mais raramente, sobre a qualidade dos pastos e se o campo é cercado parcial ou totalmente. A localização do campo também pode aparecer, mas também esse é um dado raro e, quando presente, muito difícil de ser trabalhado, devido à forma extremamente imprecisa como é declarado. Muitas terras foram legadas simplesmente em valor. Na descrição dos bens, entre os de raiz pode constar apenas “um campo neste município”, sem maiores informações, fato que em absolutamente nenhum dos inventários analisados foi questionado por qualquer um dos interessados ou pelos demais envolvidos no processo. Isso significa que títulos de domínio, ou seja, as partilhas, muitas vezes foram geradas sem rigor ou de forma sistematicamente imprecisa, o que gerava situações potencialmente desencadeadoras de conflitos fundiários nos anos subseqüentes à divisão dos bens.

Nosso objetivo aqui é analisar exaustivamente o modo como a terra foi descrita antes de ser avaliada e legada, no período em questão. Buscamos interrogar não apenas as informações que esses processos revelam, mas também suas lacunas, assim passaremos a expor todas as informações que nos foram possíveis quantificar, sempre considerando a margem de omissão de informação em cada quesito. Assim, podemos tecer conjecturas com base nos dados revelados, mas também sobre o que não nos foi dado conhecer, bem como buscar entender as motivações dos silêncios e imprecisões, os quais, a exemplo dos dados, não são produzidos por sujeitos despidos de intenções, interesses e estratégias. Cabe ponderar que, se por um lado, reconhecemos a imparcialidade dos sujeitos envolvidos na produção da fonte documental que analisamos, por outro também não se pode imputar a esses atores uma racionalidade própria de nossa contemporaneidade e estranha àquela sociedade. Nem sempre plenos de racionalidade, como todos nós, detentores de uma racionalidade própria de seu tempo e de informações e saberes distribuídos de forma desigual, dependendo do lugar social ocupado

por cada um, aqueles sujeitos, na maioria dos casos homens, que produziram as fontes que estão sendo aqui analisadas, possuíam possibilidades e expectativas. Buscaremos não perder isto de vista ao longo de nossa análise.

Uma primeira aproximação com a forma de perceber esse espaço e declará-lo para fins de avaliação e herança, pode ser feita através da questão da extensão dos campos inventariados. Na maioria dos casos essa informação esteve presente, nem sempre de forma precisa, mas talvez a necessidade de avaliação explique porque a maior parte dos campos tenha sido legada com extensão pelo menos aproximada. Um rebanho era avaliado com base na qualidade dos animais, mas, acima de tudo, no número de cabeças de gado que o compunham. Algo similar acontecia com a terra, que era avaliada a partir da qualidade de seus pastos, existência ou não de rios, sangas ou matos, da existência ou não de cercas de pedra ou arame, mas, acima de tudo, através de sua área. Esta foi informada através de diferentes medidas agrárias. O gráfico 7 revela os índices de informação do quesito extensão das terras inventariadas, ao longo do período estudado.

**Gráfico 7**  
**Proporção de terras inventariadas com informação de extensão**  
**(1870-1891)**



Fonte: Inventários *post-mortem*. Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí, APERS.

Através do gráfico 7 percebemos que a maior parte das terras foram legadas com informação acerca de sua extensão, o que se justifica, evidentemente, como já apontamos, pela necessidade de avaliação dos campos. Mas outro aspecto não menos importante é que essas declarações serviram de base para a geração de títulos de propriedade, ou seja, as partilhas. Os herdeiros ou qualquer interessado tinha, através do inventário, as informações acerca do campo que recebeu em legítima de seus pais, avós ou demais legatários. Nesse sentido, causa espanto o índice de quase um terço, ou 32%, de terras legadas sem absolutamente nenhum tipo de informação acerca de sua extensão. Nesses casos os herdeiros receberam um campo em valor, apenas. E estamos tratando das décadas finais do período imperial, distantes já da promulgação da Lei de Terras de 1850 e seu Decreto de 1854, os quais exigiam medição e demarcação das terras possuídas sob qualquer título sob pena de, em caso de descumprimento das prerrogativas legais, estas retornarem ao domínio do Estado, ou seja, tornarem-se devolutas.

A não informação da extensão da terra inventariada não foi uma prática reprimida e nem ao menos questionada. Há um silêncio absoluto em todos os processos que se enquadram nesse perfil, seja por parte dos herdeiros, credores ou membros do judiciário: não foi uma lacuna questionada.

Além das frações de terra legadas que não trouxeram nenhum dado acerca de sua extensão, entre as que vieram acompanhadas desse tipo de informação, nada menos do que 22% delas apresentaram, ao final da descrição, o termo “mais ou menos”. Em números absolutos são 251 frações das quais 81 foram legadas sem informação da extensão, e entre as 170 que apresentaram este dado, 38 trouxeram com ele o termo citado, o qual não deve passar despercebido nessa análise. Declarar “meia quadra de sesmaria” ou “meia quadra de sesmaria mais ou menos” são atos diferenciados. Mesmo que no primeiro não haja a certeza absoluta da dimensão a ser partilhada, no segundo assume-se essa incerteza formalmente, frente aos demais herdeiros, aos membros do judiciário e, acima de tudo, semeia-se uma incerteza, que poderá ser reproduzida nas vendas e partilhas que sucederem a que está sendo realizada. O termo “mais ou menos”, quando presente na descrição e avaliação dos bens era reproduzido já na partilha daquele inventário. “Duas

léguas mais ou menos”, divididas entre quatro herdeiros, na partilha tornavam-se quatro frações de “meia légua mais ou menos”. Se um dos co-herdeiros desejasse vender sua legítima, o faria com base nessa partilha. A imprecisão era legada e comercializada, juntamente com a terra.

No entanto, esse mesmo fenômeno não se reproduzia nos balcões dos *bolichos* de beira de estrada, locais de consumo, venda e crédito. Um morador da Campanha necessitado de uma erva-mate para seu chimarrão não solicitava “um pouco de erva” ou “dois quilos de erva, mais ou menos”, e se assim procedia, o registro dessa transação excluía qualquer imprecisão. As dívidas com esses *bolichos*, frequentemente apresentadas pelos credores após a abertura do inventário a fim de que os herdeiros saldassem a dívida, era anotadas precisa e sistematicamente em folhas específicas para este fim. Ali era registrada a data da compra, o produto, seu peso e valor, bem como outras características complementares, as quais podiam ser, no caso dos tecidos, por exemplo, a cor, se eram estampados ou lisos. Algumas vezes também constava quem havia realizado a compra, principalmente se por terceiros que não o chefe da família (um de seus peões ou escravos, por exemplo).

A precisão com que a erva-mate é pesada, em frações de quilo, assim como os tecidos são medidos em metro em um *bolicho* de campanha contrasta com a imprecisão com que a terra é legada e/ou comercializada entre os membros dessa mesma sociedade. Mas por que essa diferença tão gritante? Como frações de terra são comercializadas ou legadas sem serem medidas, com omissão da extensão ou sua informação imprecisa? Como isso acontece sem gerar espanto entre juízes, herdeiros, inventariantes e compradores? A mesma família que compra meio quilo de erva-mate ou açúcar, o mesmo *bolicheiro* que as pesou, compram, vendem e legam terras com pouca ou nenhuma informação sobre a área superficial. O sistema métrico é aplicado seletivamente pelos habitantes da Campanha? É inegável o conhecimento do mesmo e sua aplicação cotidiana nas transações comerciais de mercadorias de uma casa de comércio. Não se vende “um pedaço” de tecido como se vende “uma parte de terra”.

No dia 15 de outubro de 1886, Domingos Cavalli, residente no terceiro distrito do município de Alegrete, dirigiu-se até a casa de comércio Farias & Almeida, onde adquiriu os seguintes produtos: 2 dúzias de botões, 7e ½ kg de açúcar branco, 1 barra de sabão com 3.672 gramas, 1 dúzia de velas, 1 garrafa de canha (aguardente). Sua compra ficara registrada em detalhes na conta que tinha neste *bolicho*<sup>120</sup>: quantidades, descrições dos produtos e valores. Esta não foi uma transação atípica entre Domingos Cavalli e Farias & Almeida, que mantinham relações comerciais comprovadamente desde agosto daquele ano, conforme documentos anexados no inventário da esposa de Cavalli. Nas vinte e duas vezes que esteve naquele estabelecimento comercial, repetiu-se um padrão de negociação exemplificado acima. Aparentemente a casa comercial Farias & Almeida não estava habituada a vender “uma porção de botões” ou simplesmente “açúcar”. Os botões, as velas e a garrafa de canha foram contados, e registrados em unidades enquanto que o açúcar e o sabão foram pesados e registrados em quilos e gramas.

Neste mesmo ano, 1886, foi aberto o inventário de Maria Joaquina Gomes<sup>121</sup>, residente no local denominado “Rincão de São Miguel”. Na descrição dos bens deixados pela inventariada consta uma área de terras, a ser legada entre seus herdeiros, descrita da seguinte forma: “uma parte de campo sito no 1º distrito deste termo, no 14º quarteirão, havido por herança do pai da inventariada avaliada então em 32 contos de réis a légua”. O que temos aqui? A localização aproximada do campo, sua forma de aquisição e seu valor no ano que foi legado à Maria Joaquina. Porém não há absolutamente nenhuma informação acerca da extensão do campo. E o valor, como refere-se a um período anterior e não informado, não permite que cheguemos a uma área aproximada. Não sabemos a extensão exata ou aproximada do campo legado neste inventário. Seus herdeiros receberam um campo com uma localização aproximada e em valor. Em caso de venda, poderiam comercializar o que lhes tinha sido legado: uma área imprecisa de terra.

Já Domingos Cavalli, no dia 13 de setembro de 1886, voltava para casa com algumas compras realizadas na mesma casa de comércio citada. Esse foi

---

<sup>120</sup> Inv. 553, mç. 1, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1886, APERS.

<sup>121</sup> Inv. 120, mç. 4, Cartório Cível e Crime, Alegrete, 1886, APERS.

um dia de especial fartura e, entre os bens adquiridos, vários tecidos, precisamente medidos e descritos: 2,5 metros de pano merino, 5 metros de morim, 8 metros de alpaca, 2 metros de pano merino, 1 metro de chita fina, 1 metro de chita fina preta.<sup>122</sup>

Se, por um lado, isso refuta a imagem de um mundo rural arcaico e avesso à incorporação de novas formas de comércio, por outro salienta uma grande contradição entre a precisão e imprecisão das medidas dos bens comercializados. A resposta a isso pode ser uma aparente, mas só aparente, obviedade: a terra não era percebida enquanto mercadoria na mesma medida que a erva-mate ou o tecido, por exemplo.

Estamos tratando de práticas de comércio e transmissão de propriedade em um mesmo período e região, entre os mesmos agentes. A imprecisão com que a terra é comercializada e legada não se deve, absolutamente, a um “caráter arcaico” dessa sociedade. No mundo rural pampeano o sistema métrico não é desconhecido. Ele simplesmente é pouco ou nada aplicado nas transações que envolvem a terra<sup>123</sup>. Isso talvez se explique pelo simples fato da terra ainda não ter adquirido, naquele momento, o caráter pleno de mercadoria. O processo de mercantilização da terra estava em andamento e, gradativamente, as transações que a envolvem tendem a ser mais precisas do que foram nos primeiros anos do Império. Mais precisas, porém não plenamente. A terra, no alvorecer da República, ainda era comercializada e legada de forma imprecisa, como podemos perceber através da análise dos inventários *post-mortem* referentes ao ano de 1890.

Joaquim Pereira da Luz faleceu em 1890<sup>124</sup> e legou para seus herdeiros uma chácara<sup>125</sup>, assim descrita: “uma chacara no suburbio desta cidade, com

---

<sup>122</sup> Inv. 553, mç. 1, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1886, APERS.

<sup>123</sup> Entre as 255 frações de terra legadas entre 1870 e 1891, segundo nossa amostragem, 169 trazem a informação de sua extensão e destas apenas 16 são informadas através do sistema métrico decimal. Todas são em metros quadrados, nenhuma em hectare. A primeira declarada dessa forma data de 1874 e as demais são assim distribuídas no tempo: 1876, 1878, 1880, 1882, 1882, 1882, 1884, 1884, 1886, 1888, 1890, 1890, 1890, 1891 e 1891. As medidas agrárias utilizadas nas declarações serão explicitadas e analisadas devidamente mais adiante, ainda neste capítulo.

<sup>124</sup> Inv. 59, mç 3. Provedoria. Alegrete, 1890. APERS.

<sup>125</sup> “(...) O termo *chacra*, na região do Rio da Prata, refere-se à pequena propriedade dedicada especialmente à agricultura, mas algumas vezes também pode designar unidades mistas, tendo como atividade complementar a pecuária, porém em pequena escala. Na campanha de

um pequeno terreno com o cercado de arame caído, a casa em mau estado, sem arvoredo”. Terra e benfeitorias são descritas conjuntamente e não há informação nenhuma sobre a extensão de sua chácara. Estamos na República e Joaquim Pereira da Luz deixa simplesmente uma chácara para seus herdeiros. Não sabemos qual o alcance da herança colonial no que diz respeito à imprecisão dos campos legados, bem como à prática de avaliá-los conjuntamente com as benfeitorias, como neste caso, já que nossa análise termina justamente nesse período de transição do Império para a Primeira República. Mas podemos afirmar, com certeza que, ao menos na região estudada, ela pode ser percebida ao longo de todo o período imperial.

Há outra variável, não menos importante, a ser considerada quando tratamos da forma imprecisa pela qual a terra é comercializada e legada, nesse momento. A imprecisão pode também ser uma estratégia para ampliação de domínios sobre terras vizinhas ou devolutas. O recorrente “mais ou menos” incluído após a informação de uma aproximada extensão da terra pode ser mais do que o desconhecimento de sua área. Pode sugerir uma opção por não limitar a propriedade a uma extensão precisa. Uma quadra de sesmaria será fracionada, entre herdeiros, como *uma quadra de sesmaria*. Gerando títulos de domínio (a partilha) sobre uma fração precisa de quadra de sesmaria. Mas uma quadra de sesmaria “mais ou menos”, avaliada e partilhada entre os herdeiros, gera o título de domínio sobre *uma fração de quadra mais ou menos*.

A imprecisão é legada juntamente com a terra, o que possibilita que os seus sucessores, entre eles geralmente o inventariante, responsável pela

---

Buenos Aires, durante o período colonial, as *chacras* eram, em geral, menos valorizadas do que as *estancias*, mas não representavam, necessariamente, unidades de baixo valor, chegando a ter mais da metade do valor médio de uma estância. Dedicadas principalmente à atividade agrícola, em especial à produção de alimentos para suprimento do mercado consumidor urbano, grande parte do valor das *chacras bonaerenses* residia em suas árvores, cercados, edifícios e instrumentos agrícolas, contrapondo-se, neste sentido, às *estancias*, grandes unidades produtivas nas quais os animais representavam o valor mais importante em relação ao total de seu patrimônio produtivo. No Rio Grande do Sul, o uso do termo ‘chácara’ na documentação do período colonial refere-se, juntamente com as designações ‘campo’, ‘data de terras’ e ‘sítio’, às menores e menos valorizadas propriedades rurais. E, a exemplo das *chacras* da campanha de Buenos Aires, também se diferenciavam das grandes estâncias por serem unidades produtivas menores, nas quais viviam os setores menos abastados dos produtores rurais. Essas unidades dedicavam-se principalmente à produção agrícola, mas também à criação de animais, ainda que em menor escala do que as estâncias. (...)”. Chácara. GARCIA, Graciela Bonassa. In: MOTTA, Márcia (org). *DICIONÁRIO DA TERRA*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

descrição, dilatam seus domínios sobre terras alheias. Isso também é favorecido pela escassez de informações no que se refere à localização das terras legadas. Uma “parte de campo” com “meia légua mais ou menos”, localizada “entre os rios Caverá e Ibirapuitã” pode ser muitas coisas, ter diversas áreas e localizações... Isso vai depender do poder que o legatário tem de fazer seus campos avançarem ou não sobre os demais, bem como de se estabelecer favoravelmente em locais propícios, a fim de otimizar o desenvolvimento de sua(s) atividade(s) produtiva(s). Quando afirmamos que a imprecisão possibilita esse tipo de estratégia, de expansão de domínios, não estamos concluindo que toda omissão tenha sido intencionalmente gerada para este fim, o que seria rasteiro e equivocado. Mas podemos supor que, muitas vezes, tenha sido utilizada para este fim, principalmente se cruzarmos esse fenômeno com as motivações dos conflitos fundiários desencadeados no período, a maioria deles tendo como base justamente a imprecisão dos legados e escrituras de compra e venda. A imprecisão gerou conflitos e disputas em um momento de transição no qual, nunca é demais lembrar, o processo de mercantilização da terra estava em andamento. A gestão desses conflitos poderia acontecer muito antes, há dez, vinte, trinta anos atrás, em uma descrição de bens ou na partilha de um inventário. E é interessante perceber que no alvorecer da República não só esses conflitos, decorrente de uma imprecisão pretérita, estavam acontecendo, mas também a própria gestação de novos conflitos continuava a ser feita, a exemplo das décadas anteriores.

Em 1890, *Dona Rosa Caminha Ferreira Bicca* morre deixando dez filhos. Ao contrário de Joaquim Pereira da Luz, citado acima, que legou apenas a chácara e uma carreta, Rosa Bicca deixou para seus filhos um rebanho de mais de mil cabeças e um razoável pedaço de campo: catorze quadras de sesmaria *mais ou menos*. A imprecisão não parecia se nortear pelo montante da herança. Joaquim e *Dona Rosa*, ele um pequeno chacareiro dos subúrbios da cidade, ela, além do título de distinção, carregava o sobrenome Bicca, grandes estancieiros estabelecidos no local denominado “Itapororó”. A imprecisão, no caso dos campos de *Dona Rosa*, não se explica pelo desconhecimento dos avaliadores, já que um deles, Basílio de Oliveira Bicca,

pertencia a sua parentela. Pode-se relativizar o uso do termo *mais ou menos* como indício de imprecisão para algumas medidas, principalmente as que se referem a pequenas superfícies, como a braça de sesmaria (equivalente a 1,45 ha). Realmente, em “catorze braças de sesmaria *mais ou menos*” a margem de imprecisão sugerida é pequena. A descrição, evidentemente, não precisa ser verdadeira, mas verossímil aos olhos do judiciário e demais partes interessadas no processo. Assim, “catorze braças de sesmaria *mais ou menos*” podem se tornar, por ardilosos caminhos, através de uma escritura de compra e venda futura, 16, 18 braças de sesmaria, mas dificilmente 30, o que significaria, no caso da adoção de uma estratégia de incorporação de terras alheias ou devolutas, uma expansão de poucos hectares. Já com o campo descrito no inventário de *Dona Rosa* a situação é completamente diferente. Catorze quadras de sesmaria equivalem a 1.219,68 hectares. Legadas de forma imprecisa possibilitam a incorporação de uma porção de terras razoável. Suponhamos que sejam incorporados 100 hectares: 10% das frações legadas no período analisado não atingiam essa extensão. Se a imprecisão assemelha os casos de Joaquim e *Dona Rosa*, outro elemento os distingue, além dos bens possuídos: Joaquim não possuía filhos e sua irmã foi sua única herdeira. Não havia disputa dessa herança. Já *Dona Rosa*, como já foi dito, deixou dez filhos entre 1 e 18 anos. Na medida em que atingiram a maioridade, receberam de seu tutor, provavelmente seu pai, a fração de campo que lhes coube em legítima materna: “0,7 quadras de sesmaria *mais ou menos*”. Esses filhos e seus cônjuges teriam que definir, nos anos subseqüentes à partilha, não só a localização de sua fração de campo, mas onde terminava a imprecisão de um e onde começava a do outro. Caso algum decidisse cercar o seu campo, esse seria o momento de definir precisamente a propriedade de cada co-herdeiro. Inúmeros conflitos foram desencadeados dessa forma e, por não terem sido solucionados dentro da parentela, chegaram até nós por terem sido mediados pelo Estado.

Mas, lembremos: este é um momento de transição. Nele encontramos a declarações precisas e imprecisas, bem como a incorporação de novas práticas ao mesmo tempo em que as antigas permanecem. Não há uma evolução linear nessa narrativa, porque tampouco é linear a “grande obra da

propriedade. Aqui, tratando-se do processo de mercantilização da terra, ao nos aproximarmos dessa sociedade, buscando entender a forma como seus agentes maneжaram os novos elementos que se apresentavam e o choque destes com as conhecidas práticas sociais, há de se reconhecer que as relações estabelecidas possuem um ritmo próprio, diferenciado, difícil de apreender. Buscamos, acima de tudo, nos aproximarmos dessa sociedade através dos indícios deixados nas fontes analisadas. Pequenos indícios, não apenas os dados quantitativos. Quantificar sim, mas sem abdicar da possibilidade de uma observação em escala diferenciada, através da qual podemos perceber elementos que em uma análise macro passariam despercebidas<sup>126</sup>. Por isso trazemos ao leitor os dados numéricos, os índices e os critérios de coleta, mas também o caso único<sup>127</sup>. Ele nos diz muito. Como o Joaquim Pereira da Luz, *Dona Rosa Bicca* e de Adelaide Ribeiro da Cunha, que passaremos a apresentar: nele essa transição a qual estamos nos referindo aparece claramente<sup>128</sup>.

Adelaide falecera no ano de 1890, no segundo distrito do município de Alegrete, deixando um rebanho de 1.500 cabeças de gado bovino e uma fortuna de aproximadamente 8.000 libras esterlinas. Entre seus bens, quatro frações de campo, o que aqui nos interessa investigar:

[a] Uma parte de campo no segundo districto deste Termo, contendo tres quartos de legoa *mais ou menos*, no lugar denominado Jacaquá, ainda não medido, havido por compra

[b] Uma outra parte de campo, no segundo districto deste Termo no lugar denominado Lageado, contendo a area superficial de *mais ou menos* de tres quartos de legoas

---

<sup>126</sup> REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 203-224. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

<sup>127</sup> REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>128</sup> Inv. 591, mç. 44, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1890, APERS.

[c] Uma outra parte de campo denominada Capella, na sesmaria de São João, a margem esquerda do Jacaquá, cuja area é calculada em quadra e meia

[d] Uma outra parte, no Rincão de São Miguel no decimo quarto quarteirão do primeiro Districto deste Termo, contendo vinte e quatro quadras de sesmaria, medido extra-judicialmente.<sup>129</sup>

Na citação acima podemos perceber que apesar de tratar-se de um mesmo inventário, as descrições não possuem um mesmo padrão. Um dos fatores explicativos é que as próprias frações de terra não foram, ao longo da vida de Adelaide, tratadas da mesma forma. Enquanto que a fração “d” já fora medida extra-judicialmente, as demais ainda não receberam o mesmo tratamento. Outro elemento, muito comum entre os casos analisados: o uso de mais de um tipo de medida agrária em um mesmo inventário: duas frações são descritas em léguas e duas em quadras<sup>130</sup>. A imprecisão, sugerida pelo termo *mais ou menos*, aparece em duas das quatro frações. Até aí nada de novo, porém em uma delas (fração “a”) o inventariante a justifica: “ainda não medido”. No inventário não há nenhum questionamento acerca da imprecisão da declaração, como nunca houve em absolutamente nenhum dos processos analisados, mesmo assim, por algum motivo, neste, o inventariante decide justificar-se. No entanto, as frações “a” e “b” foram legadas e partilhadas com uma extensão aproximada. Juntas somam nada menos do que 6.534 hectares “mais ou menos”. Os treze filhos de Adelaide herdaram a terra e também essa imprecisão. Manteriam um consenso ao longo de suas vidas? Comercializariam a imprecisão? Dariam abertura a processos de despejo ou ações possessórias? Podemos supor que as 24 quadras de sesmaria, medidas extra-judicialmente antes da morte de Adelaide, tenham causado menos problemas aos herdeiros no momento da divisão dos quinhões.

Aquela sociedade, que há algumas décadas pôde receber terras em mercê, da Coroa, medi-las “a olho” e comercializá-las sem muito rigor, gradativamente será pressionada a dar respostas a uma nova ordem que se impunha. As exigências legais, como vimos, foram sistematicamente

---

<sup>129</sup> Sem grifos no original.

<sup>130</sup> Uma légua de sesmaria equivale a 4.356 hectares, enquanto que uma quadra de sesmaria ou uma quadra de campo equivale a 87,12 hectares.

descumpridas. Aquelas pessoas tinham, além das novas leis, práticas costumeiras<sup>131</sup> a considerar em todas suas trocas, fossem elas comerciais, matrimoniais ou de qualquer espécie. A forma de medir as coisas a serem legadas ou comercializadas variou dentro de um mesmo período, entre os mesmos sujeitos sociais. Havia uma prática diferenciada a ser exercida em relação à terra, que distinguia as transações que a envolviam das demais mercadorias. A terra era comprada, vendida, trocada, legada, mas não possuía o mesmo *status* de mercadoria do que os produtos expostos nas prateleiras dos *bolichos* rurais. Ela não era uma propriedade plena e individual, tal como a conhecemos hoje.

O comércio e transmissão da propriedade da terra por herança são práticas que, ao serem investigadas, tendem a nos revelar aspectos dessa fase de transição, na qual a contradição aparece em quase todos os atos. Era de se esperar que uma mercadoria, quanto mais valor possui, mais rigor exigisse em sua medição para uma transação comercial. Como entender que uma porção de terra, cujo valor é superior à soma de todas as mercadorias existentes em um *bolicho*, seja comercializada simplesmente como “um pedaço de campo”, em um mesmo momento no qual é possível adquirir cereais em frações de quilo? Em todo estabelecimento comercial rural, mesmo os mais simples, havia uma balança, passagem obrigatória dos produtos que entravam e saíam da casa. Também uma fita métrica para medir os tecidos, rendas e fitas comercializados. Porém, poucas vezes a terra foi legada, na Campanha, em metros quadrados. Isso ocorreu pela primeira vez em 1874,<sup>132</sup> e depois disso somente mais quinze frações de terra foram legadas com a extensão informada através do sistema métrico decimal. Apenas dez das 255 frações inventariadas, o que representa um número muito pequeno. Se analisadas isoladamente, poderíamos aceitar a explicação de que não havia informação, ou seja, eles não conheciam o sistema métrico decimal. Mas eles o conheciam: homens e mulheres livres ou cativos o manejavam cotidianamente, embora não o aplicassem na medição da terra. Esta não era uma mercadoria como as outras.

\*

---

<sup>131</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>132</sup> Inv. 365, mç. 29, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1874, APERS.

Passemos agora à análise do que nos foi dado conhecer, além dos silêncios e imprecisões.

### 1.7.1 Muita terra e pouco dono

*Sem ter direito de comer nem o que planto,  
só não entendo é tanta terra  
e pouco dono.*

(Da terra nasceram gritos, Jaime Caetano Braun)

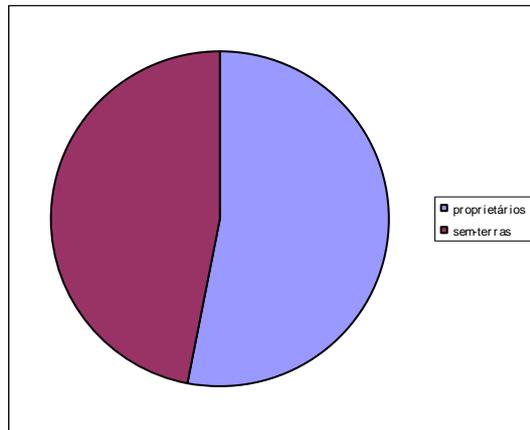
O imenso território de Alegrete, que originou além de seu atual homônimo, os municípios de Quaraí e Rosário do Sul, os quais em conjunto formam o recorte espacial analisado neste trabalho<sup>133</sup>, foi elevado à categoria de Vila em 1831<sup>134</sup>. Na década de fundação do município quase metade da população inventariada (47%) não possuía terra. Tratavam-se de produtores rurais “sem-terra”. Entre 1870 e 1889 o índice de produtores rurais “sem-terras” reduz-se consideravelmente: nas duas últimas décadas do Império sua proporção cai para 21%. Este índice permanece estável ao longo do período, como podemos verificar se o dividirmos por década. O índice da década de 1870 é o mesmo da de 1880, não havendo oscilações entre as duas, por isso decidimos unificar esse período, para fins desta análise específica. Também decidimos criar um terceiro grupo, além da década de 1830 e do período de 1870-1888, a fim de tentarmos perceber em que medida os processos relacionados ao esgotamento do regime imperial, em especial o fim da escravidão, podem ter incidido sobre as possibilidades de reprodução social de um produtor rural “sem-terras” na região. Passemos, inicialmente, à análise comparativa dos gráficos 8, 9, 10 e 11.

---

<sup>133</sup> Ver Mapa 2.

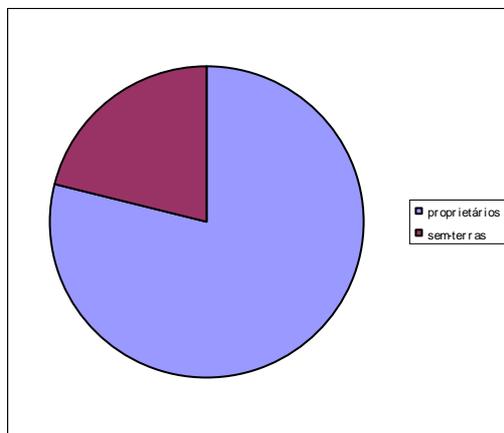
<sup>134</sup> O território de Alegrete é um desmembramento do município de Cachoeira. Foi elevado à categoria de vila em 1831 e a de município em 1834 (*De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censos do RS: 1803 a 1950*. Porto Alegre: FEE, 1986. p. 11).

**Gráfico 8**  
**Proprietários e “sem-terras” (1830-1839)**



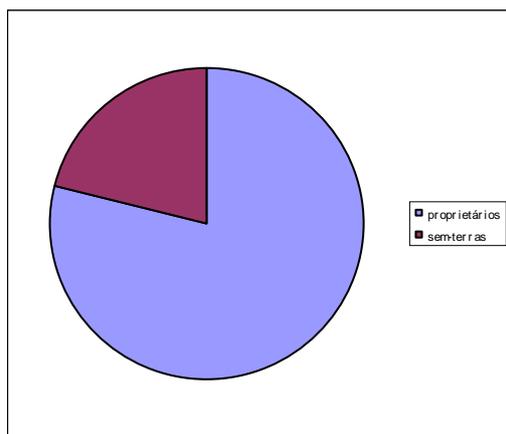
Fonte: Inventários *post-mortem*. Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí, APERS.

**Gráfico 9**  
**Proprietários e “sem-terras” (1870-1879)**



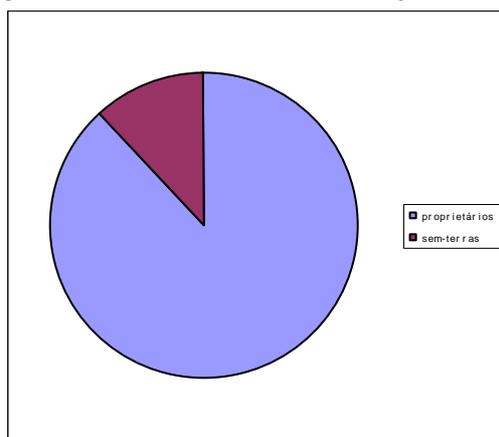
Fonte: Inventários *post-mortem*. Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí, APERS.

**Gráfico 10**  
**Proprietários e “sem-terras” (1880-1889)**



Fonte: Inventários *post-mortem*. Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí, APERS.

**Gráfico 11**  
**Proprietários e “sem-terras” (1890-1891)**



Fonte: Inventários *post-mortem*. Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí, APERS.

Como podemos perceber, a estrutura agrária da Campanha foi marcada, ao longo de todo o período imperial, pela existência de produtores rurais que não tinham a propriedade da terra. Tinham acesso à ela, isso é certo. De outra forma não poderiam ter deixado os bens que legaram em inventário. Seja em terra alheia, *a favor*, através de arrendamento, agregados de parentes, compadres ou estancieiros para quem trabalhavam sazonalmente (figuras que poderiam confundir-se em uma só pessoa), como *posteiros*<sup>135</sup> em campos não

<sup>135</sup> “Posteiro: Homem que mora no limite ou divisa de uma fazenda; o vigia do gado.” LIMA, Hildebrando e BARROSO, Gustavo (Orgs.) *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. Em uma região de pecuária extensiva onde os limites

cercados ou até em corredores públicos, nas estradas entre as propriedades, de alguma forma tiveram acesso, mesmo que precário, à terra. Assim puderam garantir pasto aos seus rebanhos, praticar agricultura com seus instrumentos agrícolas inventariados, construir uma casa e demais benfeitorias para manejo do gado e demais atividades produtivas realizadas no estabelecimento. Estes homens e mulheres excluídos da propriedade da terra estavam lá desde a origem do município. Os “sem-terra” da Campanha rio-grandense nasceram com o latifúndio e explicam-se mutuamente.

Além de sua existência e permanência, podemos perceber também, através da análise comparativa entre os gráficos anteriores, uma redução gradativa nas possibilidades de reprodução social por parte desta camada da população. Se na década de 1830, o acesso à terra sem título de propriedade era razoavelmente facilitado ao grupo que deixou bens a inventariar (quanto aos que não compuseram esse grupo nada podemos dizer), nas duas últimas décadas do Império isso se tornara bem mais difícil. As possibilidades de se estabelecer em campos alheios foram reduzidas a menos da metade: nesse momento 21% da população inventariada não possuía a propriedade da terra. O que ainda não chega a ser pouco, já que significa dizer que um em cada cinco produtores rurais não possuía terras.

É importante salientar que não estamos tratando aqui dos produtores rurais que não possuíam a extensão de campo necessária para garantir a sua sobrevivência e de sua família, apesar de possuírem um pequeno lote, mesmo que insuficiente. Este índice, de 21%, não incorpora as famílias possuidoras de pequenas extensões de campo, mas apenas aquelas não possuidoras de terra. Há de se considerar também a possível margem de proprietários de terra que possuíam frações insuficientes para sua reprodução social autônoma, porém estes não estão aqui representados.

Repetimos: entre 1870 e 1888, um em cada cinco produtores rurais não possuía um palmo de terra sequer. No período imediatamente posterior, ou

---

naturais não eram suficientes, evidentemente, para limitar precisamente o perímetro dos estabelecimentos rurais, o estabelecimento de *postos* a fim de criar uma “barreira humana” nos limites da propriedade era extremamente necessário. Sobre o estabelecimento de *postos* e a figura do *posteiro* trataremos mais adiante, no capítulo 3.

seja, nos dois primeiros anos da República, o índice de produtores rurais “sem-terra” sofre novamente uma queda drástica, desta vez num período de tempo bem menor. Se na última década do Império 21% dos estabelecimentos inventariados são de produtores que não possuem o título de propriedade da terra, nos dois anos seguintes o índice é de apenas 12%.

Mas quem são estes produtores rurais “sem-terra”? Na maioria das vezes não nos foi dado conhecer, através dos inventários *post-mortem*, suas formas de acesso à terra, já que esta informação nem sempre era relevante para fins de avaliação e partilha dos bens. No entanto, ora para argumentar acerca da pobreza de uns, ora para justificar o extravio de gados em campos arrendados, esta informação foi registrada, o que nos permite ter acesso, em alguns casos, às diferentes possibilidades de acesso à terra por parte da população que a ela fora alijada da propriedade. Na tabela a seguir (Quadro 2) podemos observar o conjunto dos produtores rurais “sem-terra” de nossa amostragem, referentes ao período de 1870 a 1890. São 44 casos e, como já afirmamos, diversas são as formas de garantir o acesso à terra por parte deste grupo. Na maioria das vezes, através dos inventários, não foi possível sabermos se o inventariado era agregado, arrendatário ou se contava com relações de parentesco para estabelecer-se em campos alheios. No entanto, os inventários podem nos revelar outros aspectos acerca das estratégias de sobrevivência destas famílias. Passemos, primeiramente, à apresentação dos dados sistematizados no Quadro 1 e, a partir deles, à investigação mais intensiva de alguns casos específicos.

**Quadro 1: Produtores rurais “sem-terra” na Campanha rio-grandense (1870-1890)**

Nome	Sobrenome	Ano	Município	Número de escravos	Monte-mor (€):	Rebanho bovino	Forma de acesso à terra				Considerados “POBRES”	Arrendam seus gados a terceiros
							sem informação	agregado	relações de parentesco	arrendatários		
Maria Eleuteria		1870	ALE	0	745,13	108	■					
Pedro Lucio	Caminha	1870	ALE	2	413,09	310		■				
Silverio Alves da	Silva	1870	ALE	1	251,71	100	■				■	
Theodoro da Silva	Pinto Filho	1870	ALE	15	943,26	-			■			
Joaquim Marcellino de	Vasconcellos	1872	QUA	0	616,98	10	■					
Jose	Rodrigues	1872	ALE	0	91,28	138	■					
Prudencio Luiz da	Rocha	1872	ALE	0	306,48	351		■			■	
Jorge	Lautert	1874	ALE	0	635,46	104	■					
Maria do Carmo	Oliveira	1874	ALE	2	944,20	533			■			
Vasco Candido da	Rosa	1874	ALE	1	2.266,12	1.793	■					
Delfino Alves	Gavião	1876	ALE	2	1.278,59	222	■					■
Luiz Manoel de	Quadros	1876	ALE	5	380,56	102	■					
Egracia Teixeira de	Mello	1878	QUA	0	71,99	58	■					
Maria Mancia da	Silva	1878	QUA	5	1.180,35	636	■					
Bernardina Cabral de	Souza	1878	ALE	0	136,90	100		■			■	
Firmina de Vargas	Rozado	1878	ALE	0	293,90	222	■					
Candido Rodrigues	Garcia	1878	ALE	1	568,44	474	■					
Anna Leocadia	Ferreira	1880	ALE	0	8.724,01	1.312	■					
Anna Alves dos (Dona)	Santos	1880	ALE	0	547,90	308					■	
Alexandrina Roza de	Oliveira	1880	ALE	0	181,14	75					■	

Nome	Sobrenome	Ano	Município	Número de escravos	Monte-mor (€):	Rebanho bovino	Forma de acesso à terra				Considerados "POBRES"	Arrendam seus gados a terceiros
							sem informação	agregado	relações de parentesco	arrendatários		
Emerenciano Soares da	Silva	1880	ALE	0	124,72	73	■				■	■
Gaspar Candido do	Nascimento	1880	ALE	0	106,10	57	■				■	
Hilario Pinto da	Silva	1880	ALE	1	262,21	131	■					■
Manoel Placido dos	Santos	1880	ALE	0	140,54	94	■					■
Rita Rodrigues	Coelho	1880	ROS	0	1.315,64	416				■		
Joaquim Lopes	Baptista Filho	1880	ROS	0	91,27	104	■				■	
Martins Guilherme	Mendes	1880	ROS	2	293,35	129	■					
Alexandrina Xavier	Agacha	1882	ALE	0	54,05	40	■					■
Eulalia Nunes de Miranda e Nicolau	Polis	1882	ALE	0	101,47	83	■					■
José Francisco de	Oliveira	1882	ALE	0	120,13	64	■					■
Maria Jose do Amaral	Rocha	1882	ALE	0	106,37	68	■					■
Francisco Alves de	Lima	1884	ALE	0	217,05	214	■					
Maria Jose Silveira	Borges	1884	ROS	1	781,83	735	■					
Luiz Moreira	Guedes	1884	ROS	0	599,61	538	■					
Carolina Maria	Guedes	1884	ROS	0	733,93	850	■					
Mariana Nunes	Machado	1884	ALE	0	62,23	20	■					■
David Antonio	Centeno	1884	QUA	0	177,83	18	■					
Daniel Ferreira dos	Santos	1886	ALE	0	23,62	-	■					■
Senhorinha Maciel	Castanho	1886	ALE	0	623,20	811					■	■
Alfredo Nunes de	Miranda	1888	ALE	0	15,37	-	■					

Nome	Sobrenome	Ano	Município	Número de escravos	Monte-mor (£):	Rebanho bovino	Forma de acesso à terra				Considerados "POBRES"	Arrendam seus gados a terceiros
							sem informação	agregado	relações de parentesco	arrendatários		
Pedro	Schmitz	1888	ALE	0	342,72	46	■					
Ferniano Antonio da	Silva	1890	ROS	0	173,52	156	■					
Calisto	Ortiz	1890	ALE	0	76,09	35	■				■	
Maria da Gloria	Menezes	1890	ALE	0	67,68	80	■				■	

Fonte: Inventários post-mortem, 1870-1890. Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí. APERS.

Antes de tudo é necessário esclarecer alguns critérios de elaboração e apresentação de informações no Quadro 1. As colunas “nome” e “sobrenome” referem-se aos inventariados e a coluna “ano” refere-se à abertura do inventário. Foram abertas quatro colunas para a forma de acesso à terra: “sem informação”, “agregado”, “relações de parentesco” e “arrendatários”. Consideramos como fazendo parte de alguma das três últimas categorias os inventários que explicitamente informaram a condição do inventariado. A categoria “relações de parentesco” é uma variante da condição de agregado. Esta, diferente das demais, que poucos vestígios deixaram nas fontes pesquisadas acerca das mediações entre o proprietário e o inventariado (“sem-terra”), revela de forma mais explícita as relações que garantiam o acesso à terra por parte daquele produtor que não detinha o título de propriedade.

Muitos inventários não tiveram prosseguimento após a descrição e avaliação dos bens por que os herdeiros foram considerados “pobres” pelo juiz, curador de órfãos ou outras autoridades envolvidas no processo. Ou tiveram prosseguimento de forma sumária, com a descrição e avaliação no mesmo auto, para reduzir as custas do processo. Sempre que isso ocorria, justificava-se que estava sendo feito em função da “insignificância da herança”. Todas as vezes que esse argumento foi levantado por alguma das partes e acatado pelo juiz, incluímos o inventário na categoria “considerados pobres”. Significa dizer que aquele legado *era considerado de uma família pobre aos olhos de seus contemporâneos e conterrâneos*. Já a última coluna, “arrendam seus gados a terceiros”, tem o objetivo de demonstrar a difusão dessa prática por parte dos produtores rurais “sem-terra”, os quais, sem ter campos nos quais colocar o seu rebanho a pastar, arrendavam seus animais anualmente por um valor fixo.

Através do Quadro 1 podemos nos aproximar deste grupo que, para fins deste trabalho, denominamos de “sem-terra”, ou seja, produtores rurais que não tinham a propriedade da terra. Diferentemente dos *Sem Terra* de hoje, os 44 apresentados na tabela anterior tiveram acesso à terra, apesar de não possuírem nenhum título de propriedade. Nas duas últimas décadas do período imperial ser “sem-terra” não significava, necessariamente ser pobre, como bem demonstra o caso de Anna Leocadia Ferreira<sup>136</sup>, possuidora de um rebanho de

---

<sup>136</sup> Inv. 444, mc 35, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1880. APERS.

1.312 cabeças de gado e que legou uma fortuna de quase 9 mil libras para seus herdeiros. Neste caso específico não sabemos se tratava-se de uma arrendatária ou agregada em campos de familiares, mas certamente Anna Leocadia possuía uma das maiores fortunas do período. Apesar disso, não legou terras no município de Alegrete.

Apesar do caso citado e de mais 7 inventários de produtores “sem-terra” que legaram um rebanho bovino superior a 500 cabeças, estes eram minoritários. Talvez fosse inviável economicamente manter um rebanho acima dessa dimensão via arrendamento, e improvável contar com a tolerância de um proprietário que concordasse com o estabelecimento de tantos animais em campos de sua propriedade. Na grande maioria, 2/3 dos produtores “sem-terra”, possuíam até 250 animais. Essa parece ser a dimensão de um rebanho viável para aqueles que dependiam de terras alheias para estabelecerem-se com seus gados. Apenas 6 (13%) dos 44 produtores “sem-terra” possuíam mais de 568 cabeças de gado bovino, o rebanho médio do período. Como já dissemos, não ter a propriedade da terra não significava, *necessariamente*, ser pobre, mas com certeza, para a grande maioria desses homens e mulheres as condições de vida eram bem mais difíceis. Além da instabilidade que o estabelecimento em terras alheias trazia, principalmente nos casos de arranchamento *a favor*, tratava-se de um grupo com menos recursos econômicos a serem manejados na busca por seus objetivos.

Um em cada três “sem-terra” foi considerado *pobre* pelos seus pares, qualificação registrada no corpo do inventário. Suas heranças foram adjetivadas de “insignificantes”, “fracas”, “de pouca monta” e eles próprios de “pobres”, vivendo em “miséria” ou “extrema pobreza”. Qualificações acatadas pelos funcionários do judiciário, que só tinham a perder com essa adjetivação, pois, em consequência dela se procederia de forma sumária ao processo, ou não se daria prosseguimento a ele, reduzindo-se assim as custas a serem pagas ao escrivão e oficial de justiça, por exemplo. O conceito de pobreza é extremamente difícil de ser aplicado, por conta do risco de cometermos anacronismos. Dessa forma, optamos por adotar a classificação dos próprios contemporâneos, tentando minimizar, dessa forma, a margem de equívoco. Um em cada três produtores do Quadro 1 foram considerados pobres pelas

autoridades judiciais, mas lembremos que os absolutamente despossuídos, não deixaram inventários e, portanto, não podem estar representados no Quadro 1 ou em qualquer outra representação elaborada a partir de nossa amostragem, por conta da natureza de produção da fonte utilizada.

Há de se chamar a atenção para outro aspecto não menos importante do Quadro 1: a questão do arrendamento de gados por parte dos produtores rurais “sem-terra”. Um índice nada desprezível de 25% dos inventários traz a informação dessa prática, sendo que esse dado é oferecido de forma espontânea, não é, ao contrário da descrição dos bens, item obrigatório do processo. Podemos abordá-lo, portanto, como uma margem mínima de recorrência. A dimensão do rebanho não está diretamente relacionada a esta prática. Como podemos observar através do quadro, possuidores de 35 a 811 cabeças arrendam seus gados. Não o rebanho em sua totalidade, pois o número de cabeças arrendadas nem sempre foi informado, mas quando o foi, percebeu-se que o rebanho poderia ser parcial ou totalmente arrendado, para uma ou mais pessoas. O arrendamento de animais não era uma exclusividade dos produtores “sem-terra”, apesar de neste grupo ser, proporcionalmente, mais incidente. O arrendamento geralmente era anual, mas poderia também ser por dois ou três anos. Ao final do período estipulado o arrendatário deveria devolver o número de vacas, bois, touros arrendados, juntamente com o valor total do arrendamento, calculado por cabeça, tipo e tempo.

Como o inventário é um retrato de um momento da vida de um certo núcleo familiar, há de considerar-se a questão do ciclo de vida para tentar explicar a adoção da prática de arrendamento de gados por parte dos produtores rurais “sem-terra”. Podemos supor que o investimento em gados além do que o campo alheio no qual se está estabelecido pode suportar, seja inviável economicamente, principalmente se considerarmos os períodos de secas e a concorrência do gado do agregado com o do proprietário pelas raras *aguadas* do campo em épocas de estio. No entanto, talvez esses produtores não tenham tido condições de manter a propriedade da terra. *Tornaram-se* “sem-terra”. E, nessa nova situação, a estratégia de arrendar animais a terceiros poderia ser muito exitosa. É uma suposição, apenas. Não podemos,

com os dados que temos, avançar nesse sentido. Passemos então à questão das formas de acesso à terra.

São 44 produtores que, apesar de terem legado bens rurais, não possuíam campos. Infelizmente, na maioria esmagadora dos casos (80%), não temos nenhum tipo de informação acerca das estratégias adotadas por estes produtores a fim de garantir o acesso à terra sem título de propriedade. Em poucos inventários essa informação aparece: são 10 casos entre os 44 apresentados no quadro. Tentaremos nos aproximar de alguns destes poucos que deixaram essa informação: 5 deles informam claramente que não possuem campos e que estiveram até então arranchados ou estabelecidos em campos de seus pais ou sogros ou filhos, são os casos mediados por relações de parentesco. Mas não foram apenas os laços familiares que garantiram o acesso à terra para aqueles produtores rurais que não detinham a sua propriedade. Sob o termo “agregado” encontramos diversas relações sociais, as quais, o que têm em comum é estar-se “arranchado” em terras de propriedade de terceiros. Entre os inventários que informaram a forma de acesso à terra, temos, finalmente, 3 casos de arrendamentos. Um deles, curiosamente, combina duas categorias: agregado e arrendatário. Como explicar? Mais uma vez a análise mais aproximada de casos específicos traz ganhos à nossa explicação.

Bernardina Cabral de Souza deixara 10 filhos entre 5 e 20 anos de idade<sup>137</sup>. O viúvo solicita que a avaliação e partilha sejam feitas em um mesmo auto “com quanto os bens do casal fossem de pequena insignificância que não comportão os termos d’um inventario solemne”. Graças a essa solicitação, podemos saber um pouco da trajetória de vida de sua família:

(...) O Suplicante sempre pobre, nunca possuiu bens de raiz, viveu de agregado de [?] Ortiz d’Araujo em Parové, o qual vendendo seu campo a Urbano Guedes da Luz, vio-se o Suplicante na contingencia de arrendar uã pequena parte para ahi ter sua pequena criação, como de facto arrendou, do novo proprietário(...)

---

<sup>137</sup> Inv. 419, mç 33, Cartório de Órfãos e Ausentes, 1878, Alegrete, APERS.

Esse caso é especialmente exemplar por trazer um apelo do viúvo, que se diz pobre, para que o inventário seja breve a fim de que as custas não onerem a herança, o que é perfeitamente compreensível. Pertenciam à meação da inventariada apenas 50 reses, 40 ovelhas, 6 animais cavaleiros e 9 cavalos mansos a serem repartidos entre seus dez filhos! O pedido foi deferido pelo juiz. Mesmo assim, na melhor das hipóteses, cada filho receberia 5 cabeças de gado vacum e nenhum palmo de terra sequer. O caso de Bernardina também é esclarecedor no sentido de demonstrar o quanto as categorias de análise criadas para fins deste trabalho (agregado, relações de parentesco, arrendatário) podem ser combinadas estrategicamente em um mesmo núcleo familiar. Essa combinação, no caso de Bernardina, se deu por conta da venda dos campos onde ela e sua família eram agregados, fato que modificou as relações estabelecidas até então. Com o antigo proprietário dos campos em Parové, Ortiz d'Araujo, foi possível estabelecer uma relação através da qual a família de Bernardina mantinha-se como agregada. No entanto, a partir do momento em que Urbano Guedes da Luz torna-se proprietário daquelas terras, o viúvo de Bernardina se vê “na contingência de arrendar uma pequena parte [de campo] para aí ter sua pequena criação”, ou seja: por algum motivo não é possível àquela família manter-se em terras alheias sem desembolso monetário. Um mesmo grupo familiar, que antes garantia o acesso à terra na condição de agregados, agora passa à categoria de arrendatários. Mais uma vez a questão do ciclo de vida, raramente explícito no inventário, mas que sempre deve ser considerado, nos ajuda a perceber essa sociedade de uma forma menos estática e mais complexa.

Pedro Lúcio Caminha falecera no terceiro distrito do município de Alegrete em 1866. No entanto, o inventário só teve abertura no ano de 1870<sup>138</sup>, nada muito excepcional para o período. Não deixara campos para seus quatro

---

<sup>138</sup> Inv. 306, mç. 24, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1870, APERS. De acordo com o processo, “o campo ainda não foi partido pelos herdeiros do mesmo Azevedo”, o que nos permite supor que o seu falecimento, ocorrido em data desconhecida, não tenha gerado um inventário *post-mortem*, como a lei assim o exigia. No caso do campo ter sido legado e mantido pró-indiviso, a referência seria aos “campos pertencentes aos herdeiros do falecido José Francisco de Azevedo” e não da forma como consta na fonte citada. Podemos inferir por esses indícios, portanto, que a viúva de Pedro Lúcio Caminha não tenha recebido judicialmente o nenhum campo em legítima paterna até a abertura do inventário de seu falecido marido.

filhos, todos menores com idade entre 6 e 17 anos, os quais aparentemente tampouco ficaram desamparados. Herdaram um rebanho de aproximadamente 500 cabeças de gado, dos quais mais de 300 bovinos, 2 escravos, além de

uma morada de casas com paredes de pedra, coberta de telha, com quarenta palmos de frente e vinte ditos de fundo, edificada em campos pertencentes ao falecido José Francisco de Azevedo, pai da inventariante.<sup>139</sup>

Pedro Lúcio não possuía terras, mas neste caso e talvez em tantos outros similares, as relações familiares permitissem ao produtor rural que tivesse a possibilidade de contar com um acesso à terra relativamente estável através de seus laços de parentesco, o investimento neste bem de produção não era necessário. Pedro Lúcio e os demais genros de José Francisco de Azevedo sabiam que aqueles campos lhes caberiam por sucessão. Essa expectativa, baseada nas relações de parentesco, parece ter sido suficiente. No caso de Pedro Lúcio, ela efetivou-se. Não sabemos por quanto tempo Pedro Lúcio esteve estabelecido naqueles campos com sua família, rebanhos e escravos. Mas com certeza o tempo suficiente para considerar que era vantajoso construir uma casa com paredes de pedra, de telhas, ou adquiri-la, sobre campos alheios.

Balbina de Lima Pinto também contou com as relações familiares depois do falecimento do seu marido na Guerra do Paraguai. Não sabemos quais foram as estratégias de sobrevivência dessa família até então. Theodoro da Silva Pinto Filho falecera entre 1864 e 1865, sua viúva não soube precisar exatamente a data. O inventário, a exemplo do analisado acima, foi aberto com bastante atraso, somente em 1870<sup>140</sup>. Entre os bens, nenhuma terra ou benfeitoria. Balbina vivia de favor com o cunhado que, segundo ela, “a recebeu e a manteve”. De Balbina sabemos pouco. Não teve filhos, nem terras. Foi acolhida pela família de seu falecido marido, que a sustentava. Possuía uma

---

<sup>139</sup> Sem grifos no original.

<sup>140</sup> Inv. 308, mç. 24, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1870, APERS.

manada de 32 éguas e um surpreendente plantel de 15 escravos<sup>141</sup>. No caso de Balbina que, diferentemente de Pedro Lúcio, não contava com a expectativa de direitos sucessórios naquele lugar, seu valioso plantel pode ter sido mais uma variável, juntamente com os laços de parentesco, a incidir favoravelmente sobre sua situação junto à parentela de seu finado marido.

Mas o que dizer sobre os 35 produtores rurais “sem-terra” que não deixaram vestígios em seus inventários acerca das estratégias adotadas para garantir o acesso à terra? Como e nos campos de quem vivia Maria Eleutéria<sup>142</sup>, sem terra nem sobrenome? E Joaquim Marcellino de Vasconcellos<sup>143</sup>? Nenhum escravo, nenhum campo, dez bovinos. Maria Mancia da Silva<sup>144</sup>: um monte-mor não desprezível (1.180,35 libras esterlinas) e um rebanho acima da média para o período: 636 cabeças de gado vacum. Arrendatários? O ser “sem-terra”, para alguns, seria apenas o retrato de um rápido momento da vida ou nunca tiveram acesso à propriedade? Não saberemos. Mas podemos afirmar com segurança que essas pessoas existiram, deixando vestígios do que não tinham.

Mas, retomemos: no final do período imperial, às vésperas da abolição da escravidão, é muito mais difícil manter um estabelecimento rural sem um título de propriedade de terra do que havia sido na não distante década de 1830. No entanto, após a abolição, em quase 90% dos casos ser um produtor rural significa ter um pedaço de campo. Se a redução do índice de produtores rurais “sem-terra” de 47% para 21% entre a década de 1830 e a de 1870 já é profundamente drástica, o que dizer da queda ainda mais rápida e profunda das possibilidades de reprodução social deste grupo entre os últimos anos do

---

<sup>141</sup> Um plantel dessa dimensão chama a atenção nesse período, independentemente da fortuna da qual faz parte. Na década de 1870 um plantel de 15 escravos era algo raro na região analisada. Considerando o caso de Balbina de Lima Pinto, é ainda mais instigante, devido à pobreza desta viúva. Um legado composto por 32 éguas, nenhuma terra ou benfeitoria e 15 escravos? Como explicá-lo? Dos 15 escravos de Balbina, 12 são filhos das três escravas mais velhas. Um índice de natalidade excepcional e não encontrado em nenhum outro inventário de nossa amostra. As escravas Felipa, de 46 anos, Joaquina, de 38 e Maria Isidora, de 26, eram mães de, respectivamente, 2, 6 e 4 escravos que compunham o plantel. O inventário não traz mais nenhuma informação além das idades e filiação. Como é anterior a 1871, também não traz a matrícula dos escravos em anexo, o que poderia nos ajudar a entender melhor esse caso atípico. Na ausência de maiores informações e também pelo tema desviar-se da questão central que estamos tratando, não nos sentimos autorizados a avançar em suposições.

<sup>142</sup> Inv. 304, mc 24, Cartório de Órfãos e Ausentes, 1870, Alegrete, APERS.

<sup>143</sup> Inv. 11, mc 1, Cartório de Órfãos e Ausentes, 1872, Quaraí, APERS.

<sup>144</sup> Inv. 34, mc 4, Cartório de órfãos e Ausentes, 1878, Quaraí, APERS.

Império e os primeiros da República? Os inventários referentes aos anos de 1890 e 1891 revelam um índice de apenas 12% de não proprietários de terra entre os produtores rurais. Estamos aqui insistindo na hipótese da redução das possibilidades de reprodução social por parte desta camada da população, mas não seria o inverso? Estariam os produtores rurais da Campanha rio-grandense, gradativamente, tendo mais possibilidades de acesso à terra, na medida em que se aproximavam do final do século XIX? Esta estaria mais disponível? Isso explicaria, evidentemente, a redução gradativa no índice de não-proprietários. A análise da evolução do preço da terra pode nos ajudar nessa reflexão.

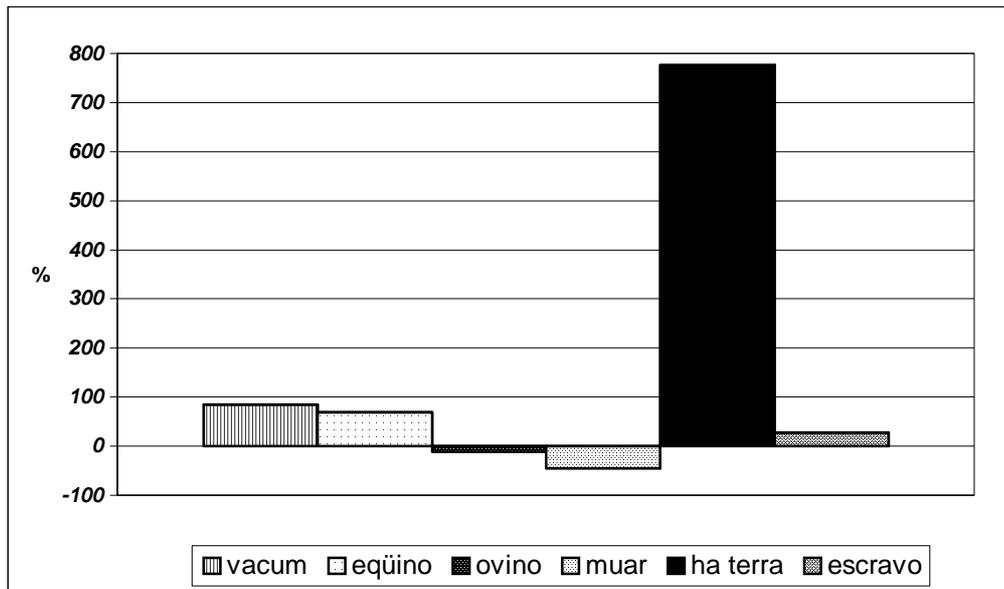
Ao analisarmos a variação dos preços dos bens de produção entre as décadas de 1830 e 1870, em trabalho anterior<sup>145</sup>, pudemos demonstrar que a valorização da terra foi profundamente rápida, intensa e diferenciada dos demais, como demonstra o gráfico a seguir:

**Gráfico 12**  
**Variação percentual dos preços dos bens de produção**  
**entre as décadas de 1830 e 1870 (£)<sup>146</sup>**

---

<sup>145</sup> Sobre as transformações na estrutura agrária da Campanha rio-grandense entre as décadas de 1830 e 1870, ver “Terra e Trabalho: a estrutura agrária de Alegrete em um período de transição”. In: GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de Mestrado (mimeo), p.19-67.

<sup>146</sup> GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de Mestrado (mimeo), p. 25.



Fonte: Inventários *post-mortem*, Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí. APERS.

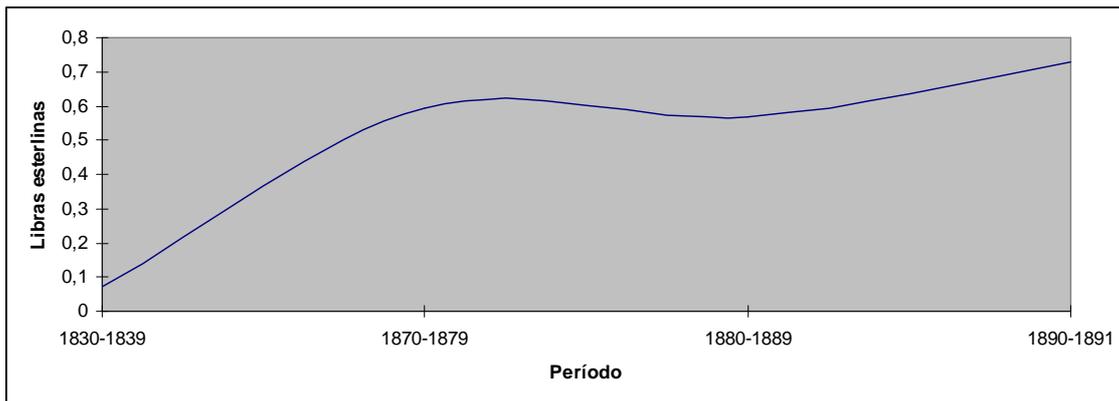
O gado *vacum* era o mais valorizado entre todos os rebanhos e também o predominante em número de cabeças, ao longo de todo o período imperial. Apesar de a agricultura ser uma atividade quase sempre presente nos estabelecimentos, a pecuária era a atividade produtiva que gerava lucro e, portanto, em torno dela giravam os investimentos dos estabelecimentos produtivos. Poderíamos buscar na valorização dos bovinos, portanto, a explicação da elevação do preço da terra, mas esta não é uma variável suficiente. É evidente, como podemos perceber, que este rebanho valoriza-se muito, praticamente dobrando de valor entre as décadas de 1830 e 1870. Mas a terra atinge uma valorização de aproximadamente 800% no mesmo período. Isso não foi um reflexo, somente, da valorização dos bovinos, frutos da principal atividade produtiva desenvolvida naqueles campos.

Há de se considerar que estamos em pleno processo de mercantilização dos campos. E talvez seja mais acertado tratarmos em termos de aquisição de valor do que aumento de preço. A terra, no período imediatamente anterior à década de 1830, como já apontamos ao abordarmos a questão do processo de apropriação do território por parte da Coroa portuguesa, poderia ser apropriada de forma não monetária, através das doações de sesmarias ou ampliação de domínios sobre terras devolutas ou alheias. Na década de fundação do município de Alegrete, portanto, valia muito pouco. Um hectare de terras valia

menos do que um único ovino, o menos valorizado entre todos os rebanhos. O acesso a ela era razoavelmente fácil para a população que não tinha o título de propriedade, tendo em vista o alto índice de produtores rurais “sem-terra” no período, de 47%. Naquele momento a propriedade da terra não era pré-requisito necessário para se ter um estabelecimento rural com rebanhos, plantações e demais benfeitorias.

Porém, na medida em que o processo de mercantilização da terra toma fôlego e esta, gradativamente, passa a adquirir valor e ter seu preço de mercado elevado a cada década, as possibilidades de estabelecimento de um produtor “sem-terra” em campos alheios também se reduzem. Há uma relação entre estes dois processos, isso é evidente. Mas será que o espantoso aumento do preço da terra em um período tão curto de tempo permanece sendo uma variável a incidir sobre a gradativa redução nas possibilidades de reprodução social por parte dos produtores rurais “sem-terra”, também nos primeiros anos da República? Lembremos que o índice deste grupo reduziu-se de 21% para 12% entre a década de 1880 e os primeiros anos da República, como demonstramos (ver gráficos 10 e 11). Então, agora, investiguemos a evolução do preço da terra incluindo este período. A comparação com a não tão distante, mas em termos de estrutura agrária profundamente diferente década de 1830 com a de 1870 já foi feita. Demonstramos o quanto a variação do preço da terra foi diferenciado dos demais bens de produção entre a década de fundação do original município de Alegrete e o início do recorte temporal desta pesquisa. Agora, vejamos: o valor da terra seguiu evoluindo da mesma forma ou estabilizou-se? Observemos o gráfico a seguir.

**Gráfico 13**  
**Variação do preço da terra (ha) em libras esterlinas**

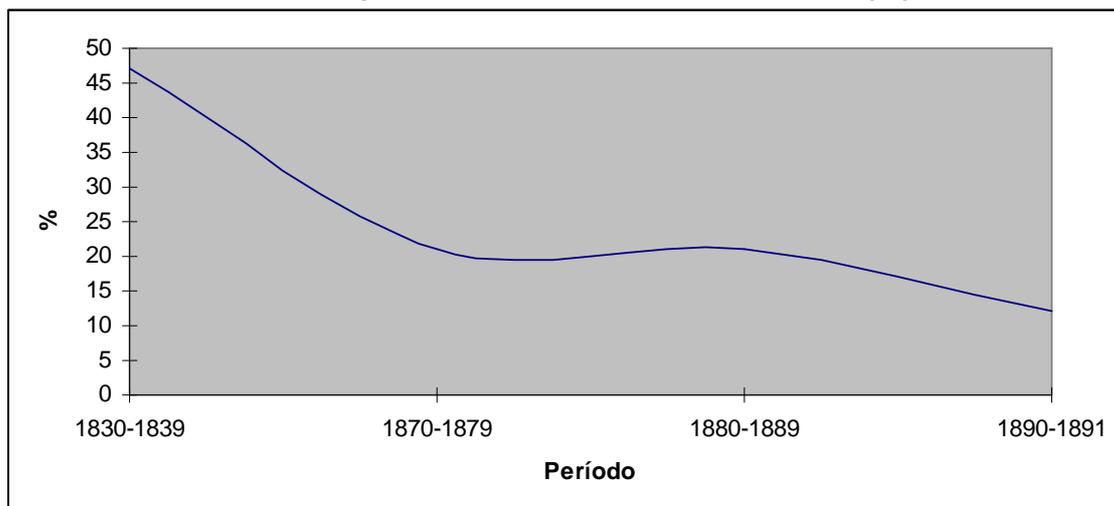


Fonte: Inventários *post-mortem*. Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí. APERS.

Como podemos perceber o preço da terra manteve-se praticamente estável entre as décadas de 1870 e 1880. A variação foi mínima se comparada ao período anterior: o valor médio de um hectare de terra na década de 1870 era de £ 0,59, passando a valer £ 0,57 na década seguinte. Já nos dois primeiros anos da República os campos voltam a sofrer um aumento vertiginoso em seu valor: 30,35% em relação à média dos anos de 1880 a 1889. Portanto, o quadro que temos é o seguinte: nas duas últimas décadas do Império o valor da terra se mantém praticamente estável e nos dois anos iniciais da República sofre um rápido aumento de 30%. Isso nos remete imediatamente ao índice de produtores rurais “sem-terra”, o qual sofreu uma oscilação semelhante, porém proporcionalmente inversa. Na década de fundação do município de Alegrete, quando o valor da terra era baixíssimo, a representatividade deste grupo em relação aos inventariados era alta, chegando a atingir aproximadamente metade dos produtores. Entre as décadas de 1830 e 1870, quando a terra valoriza-se sobremaneira, o índice desse grupo reduz-se a menos da metade em um curto período. Já no período de 1870 e 1880 a proporção de “sem-terras” entre os produtores rurais inventariados se mantém estável, assim como o preço dos campos. Nos dois primeiros anos da República, quando a terra volta a valorizar-se, novamente o índice de não-proprietários entre os inventariados volta a cair: os 21% encontrados nas décadas de 1870 e 1880 caem para 12%.

#### **Gráfico 14** **Varição no índice de “sem-terra”**

### entre os produtores rurais inventariados (%)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí. APERS.

Através do gráfico acima, analisado comparativamente com o gráfico 13, podemos perceber a relação entre a evolução do preço da terra e as possibilidades de reprodução social por parte das camadas da população que não tinham acesso a este bem de produção através de título de propriedade. Podemos descartar, portanto, a possibilidade de que a redução gradual de produtores rurais “sem-terra” significaria um também acesso gradativo da população rural, antes excluída da propriedade dos campos, a esse bem. O que podemos concluir, a partir do exposto, é que na medida em que os campos valorizavam-se, reduzia-se também a tolerância dos proprietários em relação aos “sem-terra”. Na verdade, essa tolerância não era uma dádiva despreziosa, como já apontamos. Segundo Garavaglia,

En realidad, la ‘tolerancia’ de los propietarios o de los arrendatarios hacia estos agregados se comprende muy bien cuando se descubre que éstos se sentían ‘moralmente’ obligados a ayudar a sus albergadores en los momentos más importantes del calendario ganadero y agrícola.<sup>147</sup>

<sup>147</sup> GARAVAGLIA, J. C. Ecosistemas y tecnología agraria. Elementos para una historia social

Nos anos imediatamente posteriores à abolição, os contratos de prestação de serviços que mantinham os libertos nos estabelecimentos onde até então haviam sido escravos extinguiram-se. O cercamento dos campos, iniciado em meados da década de 1870 caminhava a passos largos, dispensando a necessidade de posteiros no perímetro das estâncias. Havia mão-de-obra livre em uma proporção muito superior aos anos anteriores. Por parte dos proprietários, manter agregados já não era tão interessante. Já para os agregados, manter-se em campos alheios tornava-se tarefa cada vez mais difícil. Ao longo das décadas de crise da escravidão uma nova sociedade estava sendo gestada. Novos agentes sociais estavam assumindo lugares naquelas comunidades. Era necessário rever as estratégias adotadas até então. As práticas costumeiras sobre as quais eram ajustadas as regras sociais estavam sendo modificadas por uma nova conjuntura em relação a qual era necessário dar rápidas respostas a fim de alcançar sucesso ou, pelo menos, não fracassar totalmente.

Aqueles sujeitos estavam inseridos em um contexto de profundas transformações no que se refere à estrutura agrária da Campanha, onde a variação desigual dos preços dos bens de produção e a rápida e profunda valorização dos campos, bem como a crise da escravidão foram responsáveis por uma mudança intensa na composição dos patrimônios produtivos da região. A redução das possibilidades de acesso à mão-de-obra escrava, bem como no preço médio dos cativos altera significativamente o perfil das fortunas inventariadas, bem como exige a adoção de estratégias a fim de que essa crise seja superada. O cálculo e implementação destas não são unilaterais, ao contrário, cada grupo social tece suas próprias estratégias de superação, a partir de conflitos, negociações e a combinação entre ambos, a fim de tirar o melhor proveito possível sobre os demais.

Passemos, então, à análise detida dessa conjuntura de crise, no que se refere à escravidão, às vésperas da extinção do regime escravista.

---

de los ecosistemas agrarios rioplatenses (1700-1830). *Desarrollo Económico*. 112 (28), Buenos Aires, 1989, p. 570.



## CAPÍTULO 2

### ESCRavidÃO E PECUÁRIA: CRISE E ESTRATÉGIAS DE SUBSTITUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NA CAMPANHA RIO-GRANDENSE

Até meados do século XX, a historiografia tradicional sobre o Rio Grande do Sul, não reconheceu a importância da escravidão na região, negando-a ou minimizando-a. De acordo com esta corrente, no sul do Brasil o peso do escravismo teria sido diferenciado, “a escravidão não teria tido tanta importância como nas províncias agro-exportadoras mais importantes.”<sup>148</sup>

Segundo Helen Osório,

A obra do General Borges Fortes sobre os casais açorianos, publicada originalmente em 1932, na qual praticamente nega a presença africana na formação do Rio Grande, é emblemática nesse sentido. Como esse autor, mas com diferentes matizes de racismo, toda uma corrente de historiadores de ampla circulação regional afirmaram a pouca significação da escravidão, a origem ariana da população e o igualitarismo das relações sociais (...).<sup>149</sup>

Esta historiografia a que se refere a autora foi sucedida por uma nova geração de trabalhos que abordaram a questão da escravidão no Rio Grande do Sul, reconhecendo sua relevância, porém limitando-a ao espaço das charqueadas. O trabalho pioneiro nesse sentido, que inspirou outros posteriores<sup>150</sup>, é o de Fernando Henrique Cardoso, de 1962, baseado de forma

---

<sup>148</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002, p. 105.

<sup>149</sup> OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: UFF, 1999. Tese de Doutorado (mimeo), p. 15.

<sup>150</sup> CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1983. (Dissertação de mestrado); MAESTRI FILHO, Mário.

privilegiada em relatos de viajantes e cronistas: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*.<sup>151</sup> Escrita em 1962, a obra discute o processo de formação e desenvolvimento da escravidão no Rio Grande do Sul, dando ênfase em sua presença nas charqueadas e estâncias, baseada especialmente em relatos de viajantes e cronistas como Auguste de Saint-Hilaire e Nicolau Dreys.

O uso desses relatos, de viajantes e cronistas, como fonte, em si, não é um problema, evidentemente. No entanto, nesse caso específico - e é importante que ele seja salientado, tendo em vista a forte influência da obra de Cardoso sobre toda uma geração de trabalhos que trataram sobre a escravidão no sul do Brasil -, não houve um esforço adequado de decodificação e contextualização da documentação utilizada. Isso teve como consequência pelo menos dois grandes equívocos para os estudos referentes à escravidão: um de ordem teórica e outro de ordem historiográfica. Ambos de grande fôlego. O primeiro refere-se à abordagem do escravo enquanto *coisa* e é analisado por Sidney Chalhoub em *Visões da Liberdade*:

(...) Saint-Hilaire estava procurando descrever aquilo que ocorria nas mentes dos escravos: os negros se comparavam aos animais, e se contentavam ao perceber sua superioridade sobre. É lógico, todavia, que a tentativa de Saint-Hilaire em adivinhar o pensamento dos escravos acaba sendo principalmente uma explicitação dos preconceitos culturais e do racismo do próprio viajante. Era *ele*, Saint-Hilaire – branco, europeu, e com ilusões de superioridade natural – quem aparentemente imaginava os negros mais próximos das bestas do que de si próprio. Cardoso, no entanto, incorpora a observação do viajante na sua literalidade: como os negros se comparavam “aos

---

*O escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre e Caxias do Sul: EST e UCS, 1984; entre outros.

<sup>151</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

animais e não aos homens livres”, estava comprovada “a alienação essencial do escravo”.<sup>152</sup>

Chalhoub está criticando a forma como Cardoso se apropria do relato de Saint-Hilaire e, nas páginas seguintes, também de Dreys:

Cardoso pensa que a passagem de Dreys é tão transparente, tão obviamente confirmadora da “reificação objetiva” do escravo, que ele não acha sequer necessário explicitar as mediações entre a leitura que faz da fonte e o precipício teórico no qual decide mergulhar; sendo assim, o trecho de Dreys figura no trecho de Cardoso sem qualquer comentário ou esforço sistemático de decodificação.<sup>153</sup>

De acordo com o autor, o fato de ainda ser necessário, em fins da década de 1980, contestar Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional, é “por si só uma prova de sua força e da influência de seus procedimentos”<sup>154</sup>. O que dizer 21 anos depois?

Para responder tal questão faz-se necessário pensar na permanência de seus escritos. No caso da bibliografia acerca da escravidão no Rio Grande do Sul sua obra teve uma influência muito grande e por um longo tempo. Agora, portanto, passaremos a tratar do equívoco de ordem historiográfica ao qual nos referimos. Ao “reconhecer espacialmente” a escravidão no Rio Grande do Sul, em uma obra com o impacto de *Capitalismo e escravidão*, Cardoso não rompeu frontalmente com a historiografia tradicional que negava a importância da escravidão na região. Foram necessárias mais três décadas para que surgissem trabalhos baseados em fontes e metodologias diferenciadas, com o fôlego necessário para o rompimento com a historiografia tradicional.

A obra de Paulo Zarth representa um corte historiográfico em relação às anteriores, quando o autor, apoiado em fontes primárias como inventários *post-*

---

<sup>152</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 39.

<sup>153</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 40.

<sup>154</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 40.

*mortem* e correspondência de câmaras municipais, pôde avançar sobre a questão do papel dos escravos na pecuária: “como resultado, podemos afirmar que a presença do escravo nas atividades rurais era mais importante do que se imaginava.”<sup>155</sup> O autor é categórico: “Nas grandes estâncias, é certo que existiam escravos; nas pequenas ou médias, nem sempre”<sup>156</sup>. Em uma das passagens de seu livro, ele exemplifica aquela assertiva, descrevendo a escravaria do estancieiro Felisberto Pinto Bandeira, falecido em 1831 no município de Rio Pardo:

Dos 64 escravos, 12 eram campeiros; 2 domadores; 20 roceiros; 1 canoeiro; 1 alfaiate; 1 cozinheiro; 1 sapateiro; 26 dividiam-se entre mulheres de serviço doméstico, crianças, velhos e doentes, sem identificação de profissão. 14 escravos estavam ligados diretamente à atividade pastoril (campeiros e domadores). Os roceiros encarregavam-se de abastecer a estância com produtos agrícolas e, certamente, auxiliavam nas horas de pico das atividades pastoris propriamente ditas.<sup>157</sup>

Podemos perceber, através desta breve descrição, a presença de escravos nas mais diversas atividades de um estabelecimento rural. E, o mais importante: o autor demonstra, através dela, que 14 dos 64 escravos estavam diretamente envolvidos nas atividades pecuárias.

Esse trabalho foi escrito há dezesseis anos, mas apesar dele e de vários que o sucederam, que igualmente comprovaram a existência e importância dos escravos na pecuária no Rio Grande do Sul, abordar o tema da escravidão nessa região, ainda hoje, exige, pelo menos, alguns parágrafos introdutórios. É necessário, antes de tudo, falar ao leitor sobre a existência da escravidão nas estâncias sulinas, comprovar através de citações bibliográficas ou fontes primárias, discutir com uma historiografia tradicional que por décadas e décadas negou essa existência e depois com uma nova geração que avançou

---

<sup>155</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002, p. 111. Tese de doutoramento defendida junto ao PPG em História da UFF em 1994.

<sup>156</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002, p. 112.

<sup>157</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002, p. 112.

parcialmente, reconhecendo-a, mas apenas nas charqueadas. É assim no texto escrito, é assim nas apresentações orais de pesquisas. Não sabemos por mais quanto tempo a narrativa dos que tratam dessa temática iniciará, invariavelmente, com a abordagem/comprovação da existência da escravidão na pecuária, a exemplo do que estamos fazendo aqui. Mas, independentemente disso, esse tempo já passado e que ainda há de vir (que, esperamos, seja muito breve), revela o fôlego do discurso da “democracia racial” no Rio Grande do Sul. Felizmente muitos são os trabalhos que, nos últimos anos, abordaram a questão da escravidão nesta região ou dedicaram-se especificamente a esta temática. Ao leitor interessado, remeto às obras citadas abaixo<sup>158</sup>.

Aqui, neste trabalho, não se parte da escravidão nas estâncias e nas atividades diretamente relacionadas à pecuária como uma hipótese a ser comprovada, já o fizemos em trabalho anterior<sup>159</sup>. O conjunto de pesquisas já realizadas não deixa margem para questionamentos. O tema da escravidão interessa a esta pesquisa na medida em que nos ajuda a entender a crise do sistema escravista. O que significa dizer que não temos o objetivo de esgotar a temática da escravidão na Campanha. Esse não é o tema central do capítulo. Este trata da crise da escravidão. Evidentemente, é impossível analisar a crise sem conhecermos minimamente as principais características da população escrava da Campanha, sua representatividade numérica em relação aos livres daquela sociedade, o perfil dos proprietários e não proprietários de escravos, a

---

<sup>158</sup> Entre outros: ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002; ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997; OSÓRIO, Helen. *Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul. 1765-1825*. XIX Jornadas de Historia Económica. Asociación Argentina de Historia Económica, Universidad Nacional del Comahue. San Martín de los Andes, Neuquén, 2004; OSÓRIO, Helen. *Estancieros, Lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: UFF, 1999. Tese de Doutorado (mimeo); MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008; GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005; FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007; OLIVEIRA, Vinicius P. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST Edições, 2006.

<sup>159</sup> GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de Mestrado (mimeo).

evolução do preço dos cativos ao longo de período analisado, entre outros aspectos a serem desenvolvidos a seguir.

Porém, antes de darmos início a nossa análise, é necessária uma importante ressalva. Esses homens e mulheres que habitaram a Campanha ao longo do período imperial, os quais não eram livres, mas propriedade de outros homens e mulheres, só deixaram os vestígios que possibilitam nossa análise justamente por isso: por serem considerados propriedade.

E, enquanto propriedade, foram arrolados juntamente com os bois, cavalos e ovelhas, como *bens semoventes*, nos inventários. Isso é uma obviedade para qualquer pesquisador familiarizado com a fonte, obviedade que não deve ser naturalizada. Como bens foram arrolados, mas cotidianamente, na sociedade na qual viveram, agiram como sujeitos históricos e teceram suas próprias estratégias<sup>160</sup>, as quais, algumas vezes, nos foi possível conhecer. Ao longo desse capítulo veremos que as informações sobre os escravos são abundantes nas fontes analisadas, o que nos possibilitou elaborar muitas perguntas acerca deste grupo no período. Nem sempre pudemos respondê-las, porque qualitativamente as fontes, como sempre, mostraram lacunas e apresentaram silêncios que por vezes não nos foi possível preencher com o cruzamento de outros fundos documentais ou conjecturas.

Tentamos nos aproximar o máximo possível dessa sociedade nas últimas duas décadas do regime escravista. Dados populacionais e sua evolução, a comparação com outras regiões no mesmo período, o perfil dessa população escrava e sua transformação no tempo. Investigamos os preços dos escravos, os tipos de cartas de alforria concedidas, as tentativas de controle senhorial e as estratégias de conquista de liberdade tecidas pelos escravos. Tudo isso em um período, mais uma vez vale lembrar, de profundas

---

<sup>160</sup> Ver: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; LARA, Silvia H. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; GOMES, Flávio dos S. *A hidra e os pântanos – mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII – XIX)*. São Paulo: Editora UNESP e Ed. Polis, 2005; MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994; SOARES, Mariza de C. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; WISSENBAACH, Maria Cristina C. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

transformações na estrutura agrária da Campanha rio-grandense. Transformações estas que motivavam e eram motivadas pela questão da crise do regime escravista.

Passemos à análise desse conjunto de homens e mulheres, cativos e libertos, que nas duas décadas que antecederam a Abolição foram atingidos pelas mudanças sofridas pela estrutura agrária daquela região, ao mesmo tempo em que agiram sobre ela de modo transformador.

## 2.1 Escravidão e alforria: as condições da liberdade

A Paróquia de Alegrete possuía 8.987 habitantes, segundo o Censo de 1872<sup>161</sup>. Deste universo, 1.344 tratavam-se de escravos, o que resulta em um índice de 15%. Nesse mesmo momento e de acordo com a mesma fonte, 15,6% da população da província era escrava. Ao menos quantitativamente, a escravidão no município nada tinha de atípica em relação à média geral da província, como podemos observar pelo quadro a seguir.

**Quadro 2**  
**População livre e escrava**  
**Província de Rio Grande de São Pedro e Paróquia de Alegrete (1872)**

	RS	%	Alegrete	%
livres	367.022	84,4	7.643	85%
escravos	67.791	15,6	1.344	15%
total	434.813	100	8.987	100

Fonte: Censos do IBGE. Rio Grande do Sul, ano de 1872.

Se recuarmos a análise dos índices populacionais em 13 anos<sup>162</sup>, percebemos a mesma tendência: enquanto a população escrava da província,

<sup>161</sup> Censos do IBGE. Rio Grande do Sul, ano de 1872.

<sup>162</sup> *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1986.

em 1859, era constituída por 70.880 indivíduos, o que resulta em um índice de 25%, Alegrete possuía um contingente semelhante de escravos, 24%.

Os dados que temos para a segunda metade do século XIX, no que se refere à contagem da população livre e escrava demonstram, portanto, que o município dependia tanto da mão-de-obra escrava quanto a média geral da província. Estes revelam também uma redução drástica no índice de escravos, tanto no município de Alegrete quanto na província, em um período pouco superior a uma década.

Entre 1872 e 1884, 450 escravos foram alforriados em Alegrete<sup>163</sup>. Considerando que a Lei do Ventre Livre é anterior ao referido Censo e que, portanto, a reprodução endógena estava descartada nesse período, podemos supor que as possibilidades de redução do número de escravos eram superiores às de aumento ao longo do período citado. Os dados revelados pelos Relatórios de Presidentes de Província do período subsequente corroboram a suposição da redução drástica de escravos no município, em números absolutos. Segundo eles, Alegrete possuía apenas 30 escravos matriculados em 1885<sup>164</sup> e nenhum em 1887<sup>165</sup>. De qualquer forma, se considerarmos isoladamente a dimensão da população escrava em 1872 e o número de manumissões concedidas desde então, temos um significativo índice de 1/3 da população escrava do município que adquiriu sua liberdade através da concessão de Cartas de Alforria nos últimos anos do regime escravista. É importante esclarecer que estamos tratando aqui do número absoluto de alforriados, e não do de cartas de alforria propriamente ditas. A

---

<sup>163</sup> Para a obtenção deste dado, bem como todos os subsequentes, relacionados às Cartas de Alforria dos municípios analisados, foi utilizado o *Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade* (Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade – acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006). Trata-se de uma publicação produzida pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, que contém verbetes de todas as Cartas de Alforria sob a guarda desta instituição.

<sup>164</sup> *Quadro numérico dos escravos matriculados nos diversos municípios desta Província em agosto de 1885*. Relatório apresentado ao S. Exmo. o Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos 2º vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul pelo Exmo. Sr. Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros ao passar-lhe a Presidência da mesma Província em 19 de setembro de 1885. Doravante “Relatório de 1885”. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u762/000002.html>

<sup>165</sup> Relatório apresentado ao Ilmo e Exm. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villa Nova Vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul pelo Conselheiro Bento Luiz de Oliveira Lisboa por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 25 de abril de 1887. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/919/000002.html>

diferença entre esses dois grupos existe, apesar de pouco expressiva: são 677 manumissões e 707 escravos alforriados no período de 1831 a 1888, em Alegrete. Essa diferença se deve a alguns casos, onde vários escravos foram alforriados através de apenas um documento. Para compararmos o índice de alforriados com o de escravos existentes, optamos, evidentemente, por considerar o universo de indivíduos, e não o de documentos.

O aumento vertiginoso no número de cartas de alforria concedidas nos últimos anos da escravidão não é novidade na historiografia; ao contrário, inúmeros são os trabalhos que apontam para esta tendência. Peter Eisenberg, ao trabalhar com as alforrias de Campinas no século XIX<sup>166</sup>, percebeu um aumento bastante significativo no percentual de alforrias das décadas de 1870 e 1880. Segundo o autor, na primeira metade do século XIX a taxa de crescimento do número de manumissões era proporcional ao crescimento das escravarias, enquanto que nas últimas décadas da escravidão, as alforrias dispararam, diferentemente do contingente de escravos, que apresentava acentuado declínio. O autor localiza, para Campinas, 141 alforrias entre 1859-1868, enquanto no período de 1879-1888 estas somam 1518, um aumento vertiginoso. Eisenberg chega à conclusão de que, na época das campanhas abolicionistas, a prática da alforria havia mudado, visto que esta refletia “a correlação de forças na sociedade sobre a questão da legitimidade da escravidão”.<sup>167</sup>

Hebe Mattos, ao refletir sobre as mudanças na interpretação do fim da escravidão no Brasil na década de 1880, sugere que é fundamental perceber que, seja do ponto dos agentes econômicos ou políticos, o principal elemento em questão era encaminhar o fim iminente da escravidão sem desorganizar a produção, ou seja, encontrar uma alternativa viável para o determinado processo. Analisando o caso do sudeste escravista, Mattos constata a existência de um “estranho encontro entre abolicionistas e antigos lavradores

---

<sup>166</sup> EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: *Estudos econômicos*. Vol. 17, nº 2, Maio-Agosto, 1987.

<sup>167</sup> EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: *Estudos econômicos*. Vol. 17, nº 2, Maio-Agosto, 1987, p. 179.

escravistas”<sup>168</sup>, relacionados ao interesse comum em organizar a produção. Ainda de acordo com a autora:

Considero que as milhares de alforrias, inicialmente condicionais, concedidas nos últimos meses da instituição escravista, prática que pioneiramente se generalizou em São Paulo e em algumas províncias do Sul, para além do evidente cinismo senhorial que encobriam, prepararam o solo sobre o qual se produziu aquele encontro, acabando por mostrar-se mais relevante para a compreensão do processo.<sup>169</sup>

A tentativa de controle senhorial fica clara no movimento das alforrias em Alegrete. Conforme já mencionado, 1/3 destas encontram-se localizadas na década de 1880. Mattos sustenta que, para o sudeste escravista, a opção das alforrias condicionais em massa mostrou-se como uma clara política de domínio senhorial sobre o elemento servil, na medida em que esta funcionava como uma forma de fixar o liberto nas unidades produtivas “pela gratidão”<sup>170</sup>. De certa forma, a concessão de alforrias ainda se mostrava como medida preventiva contra a tendência de deserções e ou instabilidades sociais inerentes à desagregação produtiva que poderia ser gerada pela crise do escravismo.

A década de 1880 na Campanha foi intensamente marcada pela atuação dos clubes emancipadores de Alegrete e Quaraí, que, em geral, passaram cartas de liberdades à maioria dos escravos alforriados, sob a condição de que servissem aos seus senhores pelo prazo de 7 anos<sup>171</sup>.

---

<sup>168</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p. 243.

<sup>169</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p. 244.

<sup>170</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p. 247.

<sup>171</sup> Sobre a atuação dos Clubes emancipadores no Rio Grande do Sul ver: Bakos, Margareth M. *O Abolicionismo no Rio Grande do Sul. Caderno de História* nº 29. Porto Alegre, 2004. Segundo a autora: “Dada a impossibilidade de separar, no Rio Grande, durante a década de 80, o republicanismo da ideologia positivista, pode-se atribuir a posição radicalmente antiescravagista do grupo à influência do positivismo, o que a diferencia da postura adotada pelos republicanos do resto do País. O abolicionismo do PRR caracterizava-se pela adoção de uma fundamentação filosófica, de cunho positivista, embasada no pensamento de Augusto

Devemos perceber que esta prática ganha espaço na sociedade ao mesmo tempo em que as possibilidades de compra das alforrias pelos escravos diminuía, em função do processo de cercamento dos campos que se encontrava em curso na região, o qual dificultava a sobrevivência de uma economia autônoma dos escravos através de concessão e formas costumeiras de acesso à terra, conforme veremos adiante.

Assim como as variáveis já elencadas até o momento estiveram relacionadas à concessão das alforrias, é importante situar os próprios escravos como sujeitos históricos ativos neste processo. Se por um lado as manumissões representavam a face de uma política de domínio senhorial, por outro também significavam conquista por parte dos escravos. Para Sidney Chalhoub,

a carta de alforria que um senhor concedia a seu cativo deve ser também analisada como o resultado dos esforços bem-sucedidos de um negro no sentido de arrancar a liberdade de seu senhor.<sup>172</sup>

Silvia Lara também contribuiu nesta questão, compartilhando a idéia de que os escravos poderiam agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Segundo a autora:

Evidentemente, trata-se, aqui, de uma visão senhorial dos 'direitos e obrigações' contidos na relação senhor-escravo. Entretanto, ainda que tal concessão fosse formulada 'de cima para baixo' não deixava de ser acionada também pelos escravos, especialmente nas pendências que tinham com seus próprios senhores. A observação das várias ocasiões e modalidades de manumissão oferece elementos importantes para a discussão deste aspecto.<sup>173</sup>

---

Comte (1798 – 1857), que evidenciara as diferenças entre a escravidão antiga, desenvolvida pela necessidade de, ao poupar a vida dos vencidos, organizar a produção, e a escravidão moderna, fruto apenas de avidez européia no processo de ocupação do continente americano. O abolicionismo castilista fundamentava-se nessa perspectiva: *a escravidão moderna era um crime praticado pela humanidade contra ela mesma.*” p. 17.

<sup>172</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 23.

<sup>173</sup> LARA, Silvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitanía do Rio de Janeiro, 1750-1808.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 252.

Os senhores se sentiam pressionados a tomar certas atitudes por medo de perder o controle de seus dependentes, já que estes, com o passar dos anos, estavam a conquistar mais espaços de autonomia na sociedade. Como nos mostra Kátia Mattoso<sup>174</sup>, a alforria condicional, ao retardar o pleno gozo da liberdade, deixa o escravo à sua espera, condição que suscita comportamento diferenciado, visto não ser liberto mas, ao mesmo tempo, não ter o mesmo *status* de escravo.

As alforrias podem ser localizadas nesta tentativa de manutenção do domínio senhorial, visto que não significava o rompimento com uma política de domínio. Por outro lado, não se deve deixar de lado as tensões sociais e revoltas escravas que também caracterizaram a década de 1880<sup>175</sup>.

Antônio Henrique Duarte Lacerda, a respeito do município de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira também percebeu um grande aumento do número de alforrias na década de 1880. Segundo o autor,

A década de 80 do século XIX foi pródiga na concessão de alforrias em massa, atingindo plantéis inteiros, predominando os escravos do eito e, portanto, descaracterizando a questão se considerada em conjunto com os demais períodos.<sup>176</sup>

Na Campanha rio-grandense não foi diferente, mas para demonstrarmos isso de forma mais ampla é necessário agregar à análise também os dados revelados pelas Cartas de Alforria dos municípios de Quaraí e Rosário do Sul, os quais foram desmembrados do território antes pertencente a Alegrete em 1875 e 1877, respectivamente<sup>177</sup>. Assim, contamos com um contingente de

---

<sup>174</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

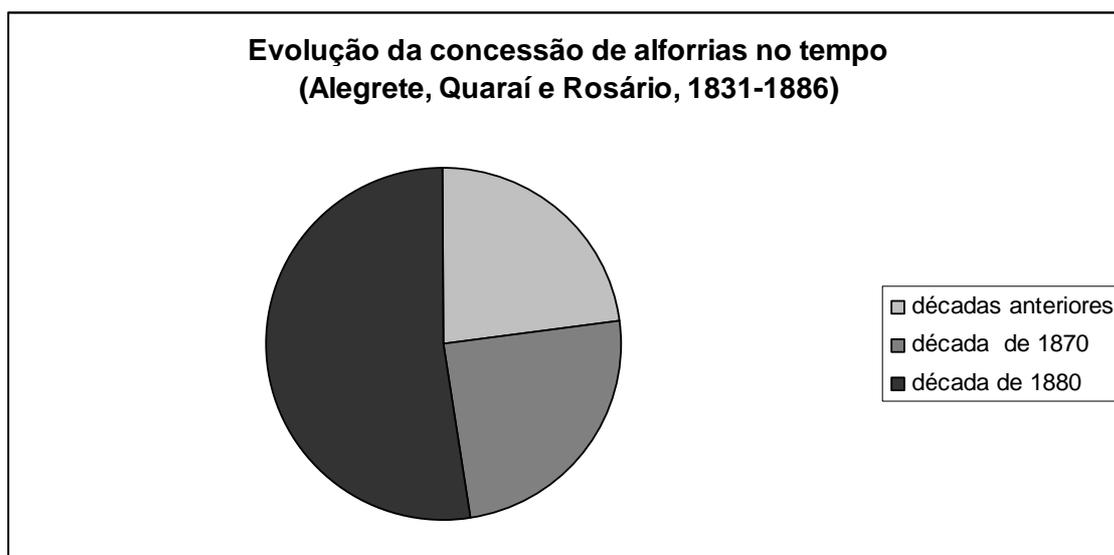
<sup>175</sup> Para essa discussão ver: MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987 e MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

<sup>176</sup> LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, (1844-1888)*. São Paulo: FAPEB: Annablume, 2006, p. 19.

<sup>177</sup> Quaraí foi desmembrado de Alegrete em 1875, momento no qual foi elevado à categoria de Vila e sede de município, através da Lei nº972, de 8 de abril de 1875. Já a instalação do

1052 escravos que adquiriram sua liberdade através de manumissões, entre os anos 1831 e 1886 (não houve mais nenhuma concessão no último biênio do regime escravista). Na década de 1880 foram concedidas mais alforrias nos municípios analisados do que nas cinco décadas anteriores, conforme revela o gráfico a seguir:

**GRÁFICO 15**



Fonte: Cartas de Alforria. *Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade*, APERS.

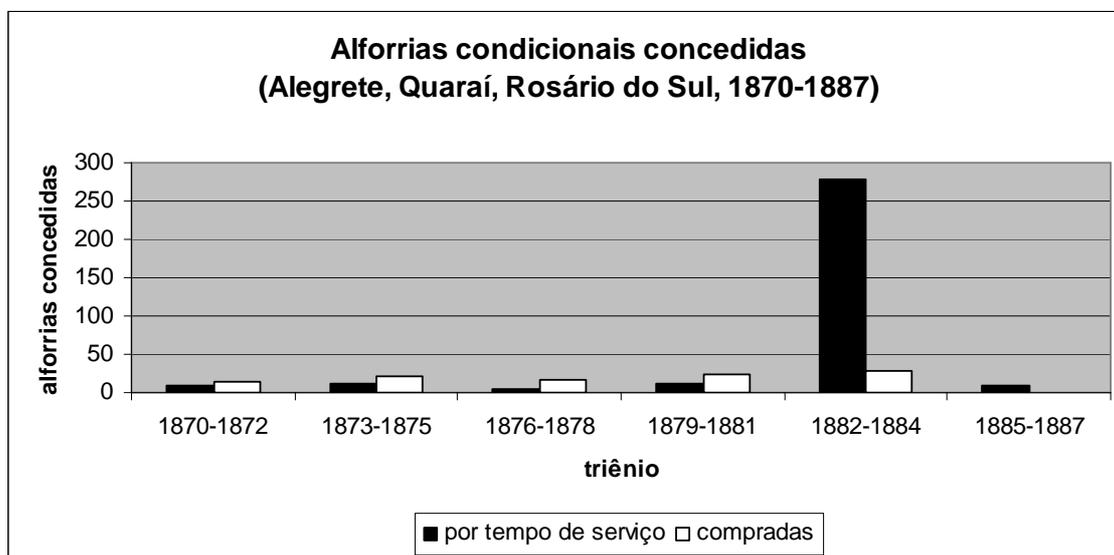
Ao analisarmos esta fonte, percebemos não apenas mudanças quantitativas no padrão de concessão de alforrias, mas também qualitativas. A concessão de manumissões condicionadas à prestação de serviços no triênio

---

município de Rosário do Sul acontece em 1877, a partir da elevação do território à Vila e sede do município no ano anterior através da Lei nº 1.020 de 19 de abril de 1876.

de 1882-1884 é esmagadora e destoa completamente do período anterior, no qual esta vinha se mantendo, relativamente, estável.

**GRÁFICO 16**



Fonte: Cartas de Alforria. *Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade*, APERS.

Os dados apontados acima não esgotam as possibilidades de análise das Cartas de Alforria na região. Estas, além de revelarem a forma pela qual está sendo concedida a liberdade ao escravo (se condicional ou incondicional,

se gratuita ou onerosa)<sup>178</sup>, trazem inúmeros outros dados interessantes de serem analisados, com diferentes graus de omissão de informação para cada um, assim como aspectos da ideologia senhorial e das relações entre escravos e seus senhores. Como este trabalho não tem o objetivo prioritário de estabelecer os padrões das alforrias em Alegrete, tendo em vista que o tema nos interessa na medida em que nos auxilia a explicar o fim do trabalho escravo e suas relações com o processo de cercamento dos campos, informações como naturalidade, cor, ocupação e idade dos escravos alforriados não serão analisados aqui.<sup>179</sup>

Por ora nos interessa, acima de tudo, apontar a questão da concessão em massa de alforrias condicionadas à prestação de serviços como uma entre as estratégias adotadas pela sociedade em estudo, em um momento de crise e fim iminente da escravidão.

O entendimento da alforria como estratégia de controle senhorial não é recente na historiografia. Manuela Carneiro da Cunha<sup>180</sup> percebeu que a alforria era duplamente determinada: tanto como concessão senhorial quanto como conquista escrava, no sentido de arrancá-la de seu senhor a partir de pressões. A autora ainda argumenta que resguardando a alforria na esfera do relacionamento privado entre senhor e escravo, se mantinha o sentimento de obediência e subordinação deste e as relações de dependência pessoal, fundamentalmente relacionadas à manutenção da escravidão. Neste aspecto, Chalhoub também argumenta que uma das grandes características das alforrias no Brasil seria a tentativa de produção de dependentes<sup>181</sup>.

---

<sup>178</sup> Jacob Gorender, em *O escravismo colonial*, sustentou que a alforria nunca foi gratuita ou incondicional, visto que eram muito presentes as afirmações do tipo “bons serviços”, “lealdade”, “obediência”, que, de certa forma, condicionavam o comportamento do escravo para a obtenção da manumissão. Ver: GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

<sup>179</sup> Manoel Batista do Prado Junior realizou análise mais detida desse conjunto documental recentemente: PRADO JUNIOR, Manoel Batista. *As formas da liberdade: alforrias e experiências sociais de cativos na Campanha rio-grandense (Alegrete, 1870-1888)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Monografia de conclusão de curso.

<sup>180</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei. Lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986.

<sup>181</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

Hebe Mattos, tratando do poder moral dos senhores no Brasil argumentou que

Uma aproximação com a experiência de liberdade, no interior do cativo, e a miragem da alforria foram moedas sabiamente administradas pelos senhores, no reforço de sua ascendência moral sobre os cativos.<sup>182</sup>

A argumentação que Robert Slenes faz de algumas “concessões” senhoriais é semelhante à de Mattos. O autor, refletindo acerca da família escrava, localiza-a como fundamental para a tentativa de conquista de uma alforria, através do estabelecimento de redes de compadrio e reciprocidade. Entretanto, entende que esta poderia tornar os cativos reféns de seus próprios anseios, na medida em que estava inserida em um sistema paternalista de incentivos senhoriais, que tinham como contrapartida comportamentos esperados pelos senhores.<sup>183</sup>

Pode-se argumentar que a consequência da adoção da prática da alforria como estratégia senhorial reflete-se na possibilidade de se ter acesso ou não à mão-de-obra escrava na região. Ter acesso a um escravo na década de 1880, na Campanha rio-grandense, era um privilégio de poucos, como podemos perceber no gráfico abaixo<sup>184</sup>.

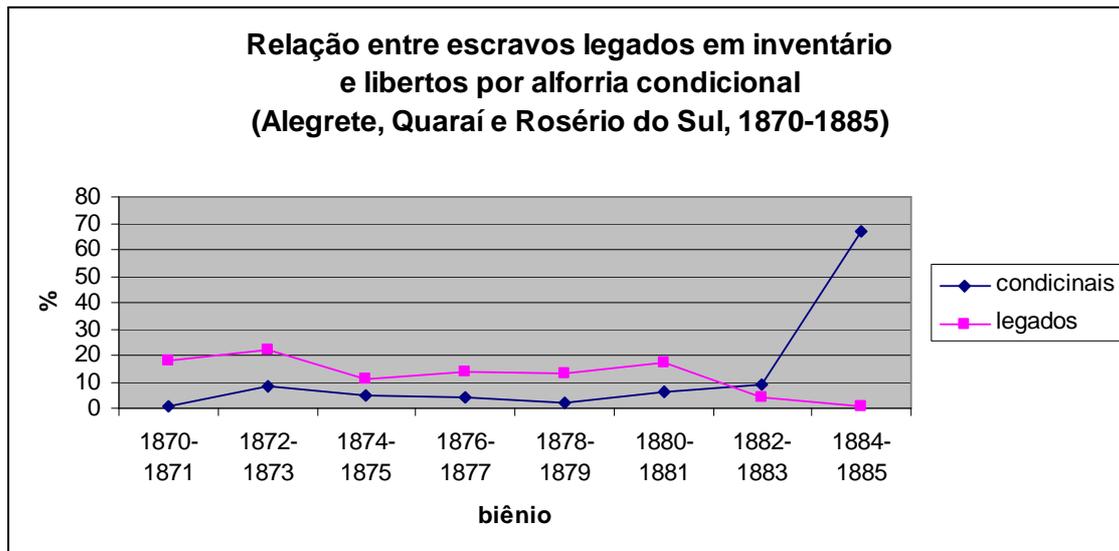
## GRÁFICO 17

---

<sup>182</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p. 212.

<sup>183</sup> SLENES, Robert W. *Senhores e subalternos no oeste paulista*. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil: a corte e a modernidade imperial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

<sup>184</sup> Hebe Mattos chama a atenção para a ligeira concentração que a mão-de-obra escrava sofre ao longo da segunda metade do século XIX, fruto do tráfico interno para o Sudeste (região cafeeira), como também da gradativa diminuição do contingente de escravos. De acordo com a autora, esta questão promoveu reflexos diretos sobre a legitimidade da escravidão na sociedade. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.



Fonte: 976 Cartas de Alforria. *Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade*, APERS.

Segundo os inventários *post-mortem*, o acesso à mão-de-obra escrava caiu vertiginosamente no município entre as décadas de 1870 e 1880. É necessário problematizar os dados revelados por esta fonte, já que as alforrias condicionadas à prestação de serviços tornavam o ex-escravo juridicamente livre, mas não significavam, necessariamente, que o antigo senhor perdesse o acesso gratuito à mão-de-obra do recém-liberto. No momento adequado desenvolveremos essa reflexão de forma mais profunda. Por enquanto trabalharemos apenas com o acesso dos produtores rurais do município de Alegrete a este “bem”, nos anos que antecederam a abolição da escravatura.

Se na década de 1870, 68% dos inventariados não só contavam com a mão-de-obra escrava como puderam legar os cativos como parte de seu patrimônio, apenas 20% deles tiveram essa possibilidade na década seguinte. A possibilidade de legar um ou mais escravos a seus filhos e demais herdeiros reduz-se a menos de 1/3 em 10 anos. Isso não se deve, certamente, a um aumento no preço dos escravos, tendo em vista que o valor médio dos mesmos também se reduz de 61,26 libras esterlinas na década de 1870 para 38,42 na de 1880.

Os dados expostos até aqui apontam para a seguinte conjuntura: nos últimos anos da escravidão percebemos a redução do número absoluto de escravos na Campanha, do acesso à mão-de-obra escrava por parte dos produtores rurais, bem como do preço médio dos cativos inventariados. Essa é a face do fim da escravidão na região. Dos 18 produtores rurais que legaram escravos na década de 1880, 11 possuíam apenas 1 ou 2 escravos. Entre os 14 inventários urbanos da década, absolutamente nenhum inclui escravos entre seus bens.

O cansaço do regime escravista atinge seu ápice e, como em qualquer conjuntura de crise, exige, por parte dos proprietários e trabalhadores diretos, a adoção de estratégias para sua superação. Essas estratégias, a princípio paliativas, como a concessão da alforria condicionada à prestação de serviços, é necessário explicitar, não são planejadas e executadas por uma classe dominante, de forma isolada. São o resultado de negociações, conflituosas ou não, entre todos os grupos envolvidos.<sup>185</sup>

Margaret Marchiori Bakos, em 1982, relaciona diretamente a concessão em massa de alforrias condicionais, com cláusula de prestação de serviços, no biênio 1883-1884 à implementação da lei estadual de 1883, que obrigou os senhores ao pagamento de uma taxa anual de 4\$000 réis por escravo e a seu posterior aumento para 12\$000 réis. Segundo a autora,

Uma das leis mais importantes do Rio Grande do Sul é relativa à criação, em 1883, do imposto de 4\$000 sobre todos os escravos não sujeitos à taxa geral. Ela equivale a um golpe certeiro na escravidão, pois atinge diretamente aos proprietários de escravos rurais que, até então, gozavam de isenção do pagamento dessa taxa. A elevação

---

<sup>185</sup> E. P. Thompson, em seu trabalho sobre a Inglaterra no século XVIII, adota o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, para explicar a complexidade das relações entre os diferentes grupos sociais e enfatizar a ação de todos como variável incidente sobre o processo histórico. Segundo Thompson, o conceito de *habitus* seria “um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelam possibilidades, normas e sanções tanto da lei como das pressões da vizinhança”. O autor complementa: “No contexto desse *habitus*, todos os grupos procuravam maximizar suas vantagens. Cada um se aproveitava dos costumes do outro. Os ricos empregavam os seus bens, todas as instituições e o temor respeitoso da autoridade local. Os fazendeiros medianos, do tipo pequeno proprietário rural, influenciavam os tribunais locais e procuravam redigir regulamentos mais rigorosos que servissem de barreira aos grandes e pequenos abusos (...). Os camponeses e os pobres empregavam atos furtivos, o conhecimento de cada arbusto e atalho, e a força de seu número”. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 90.

do mesmo imposto para 12\$000 fez com que muitos senhores libertassem os seus escravos para evitar a despesa.<sup>186</sup>

O brasilianista Stephen Bell, em 1997, em sua obra *A Campanha Gaúcha: A Brazilian Ranching System, 1850-1920*, adota a mesma reflexão da autora e concorda com ela:

In 1883, Rio Grande do Sul established a general tax on slaves of 4\$000 per capita; the subsequent tripling of this tax had a decisive effect on abolition in Campanha counties.<sup>187</sup>

No entanto, diferentemente de Bell, discordo de Bakos quando a mesma afirma que a cobrança da taxa teria sido um duro golpe para os grandes proprietários de escravos, já que o valor cobrado não era significativo para os possuidores de um rebanho razoável. A mão-de-obra escrava era fundamental para as atividades pecuárias e, frente a isso, a taxa tornava-se viável. Com a venda de apenas uma cabeça de gado vacuum ao ano um proprietário poderia pagar o imposto sobre um escravo em idade produtiva, sem problemas. Manter a mão-de-obra de um cativo ao custo de uma cabeça de gado vacuum ao ano era, certamente, um bom negócio para um produtor rural, por não ser onerosa a um médio ou grande proprietário.

Se apenas os pequenos produtores rurais tivessem adotado a estratégia da concessão de alforrias condicionadas à prestação de serviços, poderíamos supor que a implementação da Lei de 1883 e conseqüente cobrança da taxa anual sobre os escravos teria sido algo decisivo para o desencadeamento da grande onda de manumissões. Afinal, para um produtor como Ignácio Rodrigues Vianna, que possuía apenas um escravo, 85 animais cavalares, 115 ovelhas, 7 cavalos mansos e nenhuma cabeça de gado vacuum, seria oneroso a seu patrimônio manter seu único escravo às custas da dilapidação anual de

---

<sup>186</sup> BAKOS, Margaret M. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 21.

<sup>187</sup> BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: A brazilian ranching system, 1850-1920*. California: Stanford University Press, 1998, p. 141.

seu pequeno rebanho<sup>188</sup>. No entanto, as alforrias foram concedidas por todos os grupos sociais. A adoção desta estratégia foi comum aos possuidores de rebanhos, terras e plantéis de todas as dimensões.

Além disso, é conveniente lembrar que o fenômeno de concessão em massa de alforrias na década de 1880 não foi exclusivo à Província do Rio Grande do Sul, logo é forçoso tentar explicá-lo superestimando a importância de uma legislação específica, provincial. Se sua manifestação reforça uma tendência percebida também em outras regiões do Império, há de se buscar elementos comuns à crise da escravidão em vários espaços, que nos auxiliem a dar conta desta problemática.

Outra questão bastante pertinente de ser colocada frente ao argumento da autora é o entendimento da lei, seja qual for, imposta ou geradora, por si e de forma unilateral, de conjunturas sociais. Essa abordagem ainda é, infelizmente, bastante recorrente na historiografia. As datas de 1830, 1851, 1883, bem como a de 1888 são significativas, assim como suas leis, é inegável, não apenas por gerarem um novo aparato jurídico, mas por refletirem um processo histórico dinâmico, conforme afirma Thompson:

[...] a lei em ambos os aspectos, isto é, enquanto regras e procedimentos formais e como ideologia, não pode ser proveitosamente analisada nos termos metafóricos de uma superestrutura distinta de uma infra-estrutura. Embora isso abarque uma grande parcela evidente de verdade, as regras e categorias jurídicas penetram em todos os níveis da sociedade, efetuam definições verticais e horizontais dos direitos e *status* dos homens e contribuem para a autodefinição do senso de identidade dos homens. Como tal, a lei não foi apenas imposta de cima *sobre* os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm se travado.<sup>189</sup>

A implementação da lei, em meu entendimento, foi, portanto, mais uma variável a incidir sobre o fenômeno de concessão em massa de alforrias

---

<sup>188</sup> Inv. 47, mç. 2, Cartório Cível e Crime, Alegrete, 1882, APERS.

<sup>189</sup> THOMPSON, E. P. *Senhores & Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 358.

condicionais à prestação de serviços, mas não a única e tampouco a mais importante.

Antes de tudo é necessário considerar que sujeitos e estratégias estavam em jogo, nesse momento, no que se refere à crise da escravidão. O fim do regime escravista era latente, realidade esta percebida, tanto pelos senhores, quanto pelos escravos. A concessão de uma carta de alforria condicionada à prestação de serviços certamente era uma tentativa de manter o ex-escravo no estabelecimento produtivo de origem, como mão-de-obra gratuita, como afirma Théo Lombarinhas Piñeiro ao tratar sobre a questão da concessão massiva de alforrias na década de 1880:

Théo Lombarinhas Piñeiro (1989:75) destaca que a exclusividade dos senhores em alforriar seus homens escravizados consistiu numa forma de manter uma relação de subordinação pessoal à vontade do mesmo, gerando trabalhadores libertos dependentes e também reforçando o contingente de elementos para o controle dos cativos.<sup>190</sup>

Por outro lado, a concessão massiva a qual viemos nos referindo, não deve ter sido motivada apenas por interesses que satisfaziam aos cálculos dos senhores. Também o acirramento dos conflitos envolvendo senhores e escravos, ações de resistência individuais ou coletivas igualmente motivaram a concessão de alforrias, como afirma o mesmo autor:

[...] Théo Lombarinhas, quando ressalta a importância das revoltas e fugas de cativos no crescimento do número de alforrias nos anos finais do escravismo. Para o autor, a eclosão de fugas e revoltas de escravos forçaram os proprietários a concederem alforrias aos seus cativos, com cláusulas condicionais de prestação de serviços que

---

<sup>190</sup> LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-1888*. São Paulo: FAPEB; Annablume, 2006, p. 37.

objetivavam mantê-los nas propriedades, obviamente mantendo-os sob controle e em estado de submissão.<sup>191</sup>

Se, por um lado, os senhores concederam as cartas para manter o ex-escravo de forma subordinada e dependente, por outro essa concessão foi o resultado de pressões de sujeitos históricos que, através de suas estratégias, tornavam a manutenção do cativo insustentável a médio e longo prazo.

Agressões físicas, fugas individuais ou coletivas, assassinatos, certamente significavam uma ameaça bem maior, a um senhor de escravos, do que a possível dilapidação do patrimônio pela cobrança anual da taxa sobre a escravaria. Além disso, devemos considerar que o processo de mercantilização e privatização da terra, reduzia gradativamente as possibilidades dos libertos e *homens livres pobres* estabelecerem-se de forma autônoma em terras públicas ou alheias. A manutenção do cativo, cada vez mais difícil devido à resistência escrava, pressões internas e externas ao Império, também se tornava menos necessária, à medida que o trabalhador direto é impedido de ter acesso aos meios de produção pela introdução do arameado e definição mais precisa dos limites entre as propriedades. Fronteiras antes “porosas” entre uma estância e outra, que poderia ser um capão de matos ou uma coxilha, onde uma família pobre poderia estabelecer-se e garantir sua subsistência, agora eram substituídas pela precisa e fina linha reta do arame.

Há que se destacar, porém, que apesar de ser muito importante, o início do processo de cercamento dos campos não pode ser considerado um impedimento absoluto ao acesso à terra pelas camadas pobres da população. Certamente dificultou, como podemos perceber pelo aumento no número de processos de despejo, mas não o impediu absolutamente.

Há várias nuances nesse processo. A concessão de alforrias condicionais não significou, necessariamente, o cumprimento da cláusula de serviços por parte dos ex-escravos. Já que, novamente citando E. P.

---

<sup>191</sup> LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-1888*. São Paulo: FAPEB; Annablume, 2006, p. 38.

Thompson, “na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume”<sup>192</sup> e, a partir dele, a capacidade dos escravos, enquanto sujeitos históricos, de traçarem estratégias (exitosas ou não) frente a uma imposição jurídica que se impunha a partir da concessão da alforria condicionada à prestação de serviços. A possibilidade de descumprimento dessa exigência estabelecida pela Carta de Alforria, por parte dos escravos urbanos e rurais, era uma preocupação entre os ex-senhores, como revela a fala do Presidente da Província Rodrigo de Azambuja Villanova, em 1887<sup>193</sup>:

Uma grande parte dos libertos de 1885, violando a fé dos contractos e a todos sorprendendo pela sua ingratição, abandonaram precipitadamente a casa de seus benfeitores tão depressa estiveram da posse da carta de alforria; outra não tardou muito a ser despedida como meio de se livrarem os senhores dos aborrecimentos das constantes infidelidades de seus criados.

Mais de duas terças partes dos contractados daquelle tempo andam vagando pela cidade maltrapilhos, sem abrigo e sem pão, frequentemente hospedes da cadeia e do hospital.

Na campanha a situação não é diferente; os libertos vivem em correrias, vagando durante o dia pelas estradas e tabernas e repartindo a noute entre o deboche e a rapina.<sup>194</sup>

É provável que o Presidente estivesse exagerando na dimensão dessa conjuntura, na tentativa de reforçar retoricamente a necessidade da implementação de leis coercitivas ao trabalho, a qual ele considera urgente, em trecho imediatamente posterior ao citado acima:

Chamo pois para o exposto a mais acurada atenção de V. S., [...] que cōnscio da gravidade do assumpto e

---

<sup>192</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 86.

<sup>193</sup> Segundo Rodrigo Weimer, “Tomando alguns relatórios de presidentes provinciais, é possível ter um contato com as expectativas e temores das elites políticas em relação à liberdade dos cativos. Apesar de não ser possível estabelecer uma relação direta entre as perspectivas estatais e as da classe senhorial, neste caso as preocupações eram correlatas, especialmente na manutenção da ordem pública e dos ex-escravos sob controle”. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 90.

<sup>194</sup> *Relatório de 1887*, p. 71

estudando-o em todas as suas relações, providenciará desde logo na órbita de suas atribuições, no sentido de chamar ao trabalho os vagabundos e reprimir a libertinagem, propondo a esta província as medidas que julgar necessárias e que da mesma ou do governo dependam.<sup>195</sup>

Podemos supor o possível exagero de Villanova também através do levantamento da Correspondência da Câmara Municipal e da Sub-delegacia de Polícia de Alegrete<sup>196</sup>, nas duas últimas décadas da escravidão. Ambas as fontes trazem relatos de problemas locais, dificuldades a serem superadas a partir do apoio da Presidência da Província (a necessidade de construção de uma ponte, o mau estado do prédio da cadeia, a falta de professores), mas em nenhum momento há referência ao descumprimento generalizado da referida cláusula pelos libertos do município. Através das fontes analisadas para fins deste trabalho, portanto, podemos supor<sup>197</sup> que o não cumprimento generalizado da cláusula de prestação de serviços, por parte dos escravos de Alegrete, mereceria um espaço privilegiado na Correspondência, tendo em vista a situação caótica que causaria, muito mais relevante de ser informada à Presidência da Província do que o atraso no pagamento dos professores ou as más condições do prédio da Cadeia municipal.

Se, por um lado, muitos libertos puderam descumprir as exigências legais a ponto de isso tornar-se um problema merecedor de ocupar páginas no Relatório de Presidente de Província, outros se mantiveram nos estabelecimentos rurais. Agora não mais como escravos, mas ainda como trabalhadores diretos e necessários para a pecuária e demais atividades econômicas da região, como podemos perceber pelo ilustrativo caso abaixo.

---

<sup>195</sup> *Relatório de 1887*, p. 72. Sem grifos no original.

<sup>196</sup> Esses fundos documentais encontram-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

<sup>197</sup> É importante salientar que estamos inferindo, com base nos dados e evidências revelados pelas fontes analisadas, e não afirmando a inexistência de um descumprimento generalizado, tendo em vista a possibilidade de extravio de parte da Correspondência que contenha esse relato. O Relatório do Presidente da Província cita a capital, Porto Alegre, e também a Campanha, entendida ali como áreas rurais da província. Não cita outros municípios, o que nos impede de realizar uma afirmação mais enfática a respeito.

O inventário de Manoel Ignácio de Souza e de sua mulher, Senhorinha Maria de Souza, de 1886, revela entre os bens arrolados “os serviços de sete escravos sadios” avaliados “a 8\$000 réis por mês e pelo resto do tempo de contrato de 7 anos que é de 4 anos e 7 meses 3:080\$000”<sup>198</sup>. Antes de tudo, o que chama a atenção é o fato de Josefa, Adão, José, Maria, Cristóvão, Joaquina e Leandro serem chamados de *escravos* e não *libertos*. Apesar da concessão da carta de alforria condicional à prestação de serviços por 7 anos, eles foram considerados como *escravos* pelo inventariante, pelos avaliadores e demais membros do judiciário por quem passou o referido processo. Há dois anos e cinco meses, precisamente, essas sete pessoas adquiriram, juridicamente, sua liberdade, mas permaneciam sendo consideradas como *escravos* pelos seus antigos senhores, para os quais ainda trabalhavam.

O ano era 1886. Nenhum inventário nesse ano ou nos posteriores legou *escravos* em Alegrete ou nos municípios vizinhos de Quaraí e Rosário do Sul. Menos de dez cartas de alforria foram concedidas, “tardiamente” nos anos de 1885 e 1886 nesses municípios. Aparentemente a região havia se libertado da “mácula” da escravidão, conforme alardeavam os Relatórios de Presidentes de Província. Mas Josefa, Adão, José, Maria, Cristóvão, Joaquina e Leandro continuavam trabalhando para os filhos de seu antigo senhor.

Com tudo isso que apontamos, queremos afirmar que a concessão em massa de alforrias em 1884 não significou uma “abolição precoce” da escravidão, baseada nos ideais de progresso e humanitarismo demagogicamente alardeadas pelos ex-senhores e pelos próprios Presidentes de Província:

Á imprensa e ás associações abolicionistas muito deve a grande causa humanitária, pela constancia e esclarecida dedicação com que procuravam vibrar todas as cordas do coração em prol dos míseros *escravos*, invocando religião, pátria, justiça, interesse do trabalho, da colonização e de todos os progressos morais e materiais.<sup>199</sup>

---

<sup>198</sup> Inv. 52, mç 01, Cartório da Provedoria, Rosário do Sul, 1886, APERS.

<sup>199</sup> *Relatório de 1885*, p.177.

Juridicamente livres, estiveram cotidianamente presos a uma cláusula de prestação de serviços que os mantiveram enquanto mão-de-obra gratuita nos estabelecimentos rurais da região.

Os escravos, em Alegrete, tão necessários no decorrer de todo o período imperial<sup>200</sup>, não foram substituídos pelos imigrantes italianos ou alemães. Somaram-se à camada dos homens livres pobres, agora como libertos, e buscaram garantir de diferentes formas sua subsistência em uma conjuntura pouco favorável à aquisição de sua autonomia produtiva e econômica.

Ao analisarmos quantitativa e qualitativamente as Cartas de Alforria concedidas nas duas últimas décadas da escravidão, nos municípios de Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí, portanto, podemos perceber que a libertação de um escravo em 1884, mais do que um simples gesto de generosidade coletiva, organizado a partir do clube abolicionista de um dos municípios, foi mais uma estratégia de superação, por parte dos antigos senhores, de alternativas à mão-de-obra escrava, a qual, perceptível a eles, era uma possibilidade com a qual não podiam contar a longo prazo. Segundo Peter Eisenberg, as alforrias condicionais servem justamente para demonstrar a inexistência do caráter humanitário na concessão de manumissões no Brasil.<sup>201</sup> Estas, na maioria esmagadora dos casos, com cláusula de prestação de serviços, libertavam relativamente o escravo, mantendo-o em suas atividades usuais por mais 4 a 7 anos, na maioria dos casos.

O fim da escravidão era latente. Era necessário buscar alternativas. A libertação condicionada à prestação de serviços foi uma delas, mas não a única. Neste mesmo contexto, o processo de cercamento dos campos ganha fôlego e com ele a expressiva camada da população que, empobrecida e sem título legal da terra, cumpria função de fronteira viva nos limites dos grandes estabelecimentos, passa a ser, sucessivamente, expulsa de suas posses. Por

---

<sup>200</sup> GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de Mestrado (mimeo); FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

<sup>201</sup> EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: *Estudos econômicos*. Vol. 17, nº 2, Maio-Agosto, 1987.

enquanto basta ter claro que a concessão de alforrias condicionais à prestação de serviços foi uma das principais estratégias dos pequenos e grandes criadores de gado do município, em um momento de crise da mão-de-obra escrava, mas que não foi a única.

Outras estratégias foram traçadas com o objetivo de superação dessa crise, por parte dos proprietários de terras, assim como pelos escravos e pelos recém libertos. Conforme Reis e Silva,

Na verdade, escravos e senhores manipulam e transigem no sentido de obter a colaboração um do outro; buscam – cada qual com seus objetivos, recursos e estratégias – os ‘modos de passar a vida’, como notou Antonil.<sup>202</sup>

Em meio a uma análise serial, buscávamos o perfil dos poucos senhores que mantiveram escravos na década de 1880 e, entre eles, os que possuíam escravos campeiros. Essa investigação tinha o objetivo de buscar quais os produtores rurais que haviam obtido mais êxito frente à crise da mão-de-obra escrava, no que se refere à manutenção de escravos, para, a partir daí, traçarmos o perfil de seu patrimônio produtivo e compararmos com os demais, a fim de tentar encontrar alguma singularidade que explicasse o seu sucesso, ou melhor, as estratégias senhoriais que garantiram esse êxito. No entanto, a amostragem era muito pequena para uma análise quantitativa e tentamos ampliar os casos, fazendo um recorte em torno de um novo grupo: os possuidores de escravos masculinos, sadios, de 14 a 50 anos. Mesmo assim restaram pouquíssimos casos: apenas quatro produtores na década de 1880, o que tornava a amostragem muito frágil.

Para perseguir aqueles objetivos, alterei a escala de observação. Ao invés de buscar o perfil dos produtores rurais que mantiveram escravos campeiros na década de 1880, via dados quantitativos, tentei encontrar a estratégia de manutenção desses valiosos escravos, examinando esses quatro casos detidamente. No entanto, um deles, o de Delfino de Freitas, possibilitou

---

<sup>202</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 16.

uma análise de maior fôlego, por ter deixado mais vestígios documentais: dois inventários e um testamento, além de dados privilegiados acerca das relações de parentesco entre os membros de sua escravaria. O resultado deste esforço foi muito esclarecedor, como apontaremos a seguir.

O caso a ser analisado não se trata de um levante coletivo, de um quilombo, suicídio ou assassinato de um senhor ou capataz. Nada disso. Trata-se de uma família: Victória e seus seis filhos.

Os escravos também não enfrentavam os senhores somente através da força, individual ou coletiva. As revoltas, a formação de quilombos e sua defesa, a violência pessoal, conviveram com estratégias ou tecnologias pacíficas de resistência. Os escravos rompiam a dominação cotidiana por meio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural. A própria acomodação escrava tinha sempre um teor ambíguo. “Correntezas perigosas e fortes passavam sob aquela docilidade e ajustamento”, percebeu o historiador Eugene Genovese.<sup>203</sup>

## **2.2 Victorino, escravo campeiro, filho de mãe liberta**

Um dos 4 senhores que conseguiu manter campeiros na década de 1880 devia se sentir muito satisfeito por se diferenciar tanto dos demais. Afinal, naquela década só um em cada 5 produtores inventariados possuía escravos. Eram 29 "felizardos", que não só mantiveram escravarias tão qualificadas quanto seus pares da década anterior, como as aprimoraram. Delfino de Freitas era um dos 4 senhores deste seleto grupo de 29 que possuía escravos campeiros. Os *seletos dentro dos seletos*. Ele também possuía a maior escravaria do período, 11 escravos. Era uma fortuna "velha". Quando faleceu, em 1880<sup>204</sup>, deixou filhos entre 25 e 45 anos, todos casados. Delfino teve muito

---

<sup>203</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 32. Sem grifos no original.

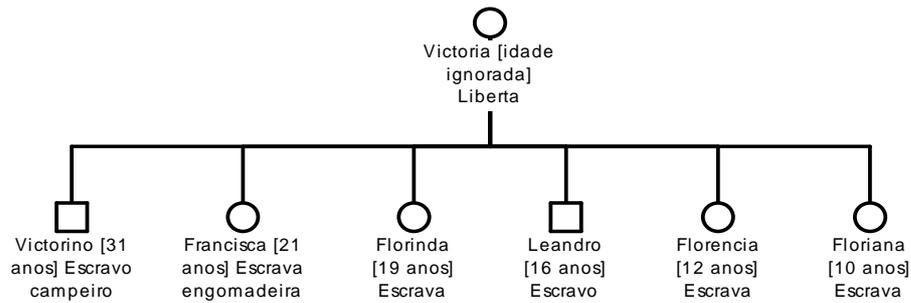
<sup>204</sup> Inv. 41, mç 2, Cartório da Provedoria, Alegrete, 1880. APERS.

tempo para acumular bens e experiência em gerenciá-los da melhor forma possível.

Delfino era viúvo e deixou um testamento. Através dele libertou Vicente e Joanna e deixou a eles e a Victoria, crioula já liberta, meia quadra de campo (aproximadamente 45 ha), além de dez cabeças de gado para cada um. A terra era para todos. Porém, no mesmo inventário onde escravos tornam-se libertos e recebem bens, outros ainda são legados como bens. Estamos em 1880 e 11 escravos são arrolados no processo. Dois são libertos em testamento, incondicionalmente, sendo que um deles, Vicente, era campeiro. Rosa, a única escrava a não ser avaliada por impedimento legal (seu nome não constava na matrícula de escravos apresentada pelo inventariante), além de 8 avaliados e legados na condição de escravos. Entre estes, dois campeiros e Leandro, de 16 anos, que é avaliado pelo mesmo valor dos primeiros, apesar de não ter informada a sua profissão. Certamente era capaz de cumprir as atividades exercidas por Manoel e Victorino, os campeiros. Margarida era cozinheira e Francisca era engomadeira. Florinda, Florencia e Floriana completavam o conjunto de escravos de Delfino de Freitas, no qual não havia crianças. Margarida era mãe de Rosa, a que não foi avaliada por não constar na matrícula e, por conta disso, não poderia ser legada com escrava. Teria permanecido ao lado de sua mãe ou o *status* de liberta teria possibilitado a Rosa outro destino? E se possibilitou, Rosa sairia de perto de sua mãe que, diferentemente dela, permanecera como escrava dos Freitas?

Já Francisca, Florinda, Florencia, Floriana, Leandro e Victorino eram todos irmãos, filhos de Victória, a crioula liberta a qual Delfino se referira em seu testamento, para a qual deixara um pedaço de terra e "uma ponta de gado".

### **Gráfico genealógico 1 Família da liberta Victoria em 1880**



Fonte: Inventário *post-mortem* e Testamento de Delfino Rodrigues de Freitas. Inv. 41, mç 2, Cartório da Provedoria, Alegrete, 1880. APERS.

Para eles a situação era inversa à de Rosa: eram todos escravos e a mãe era liberta. Victória recebera uma porção de terras no estabelecimento de Delfino de Freitas, assim como Joana e Vicente, campeiro como Victorino, filho de Victoria. É provável que os laços de parentesco e experiências compartilhadas que ligavam Vicente, Joana, Victória e Margarida, parceiros de cativo, pelo menos desde o início da década de 1870, fosse uma variável a incidir sobre a permanência daqueles que atingiram o *status* de libertos no estabelecimento senhorial de origem.

Delfino, ao libertar um campeiro de forma incondicional em pleno alvorecer da década de 1880 não estava retribuindo apenas, como deixou registrado em testamento, os “bons serviços prestados, sempre com fidelidade e amizade”. Ele também tinha um objetivo com aquela doação. Evidentemente as possibilidades de mobilidade espacial de Vicente e Joanna eram mínimas. Ela, segundo o inventário da segunda mulher de Delfino, em 1872, já era muito doente. A fração de terra doada, irrisória frente ao patrimônio fundiário dos Freitas, e o pequeno rebanho de 20 cabeças de gado bovino, não eram suficientes para garantir a subsistência autônoma daquele casal, ainda mais considerando que 1/3 da terra doada devia ser entregue a Victória. Vicente, campeiro experiente e qualificado, habilidades reconhecidas pelos avaliadores da herança, agora não era mais escravo e possuía um pedaço de terra. Poderia seguir prestando serviços aos Freitas, agora não mais gratuitamente, pois gozava do *status* de homem livre. No entanto, a sua liberdade, apesar de juridicamente incondicional, não era irrestrita na prática, já que havia uma

reciprocidade a ser considerada: a terra que era sua, aquela “pontinha” de gado, a liberdade concedida, mesmo que tardiamente, a ele e sua adoentada Joana.

Vicente poderia sim prestar serviços a outro estancieiro da vizinhança, é provável que suas habilidades fossem reconhecidas também pelos pares de seu falecido senhor. Legalmente nada o impedia. Não havia cláusula restritiva, nem na libertação, nem na doação da pequena parte de terra e rebanho. Não sabemos se Vicente fez isso. Teria laços de sangue ou compadrio com Victória ou os filhos desta, que permaneceram no cativoiro, sob o domínio da família Freitas? Nada disso nos foi dado conhecer, mas o que podemos afirmar é que sobre a liberdade de Vicente, como a de qualquer homem, pesavam restrições que deviam ser consideradas no cálculo anterior às suas ações. E a concessão de sua liberdade, da de Joanna, a doação da terra e do gado eram fatos que deviam ser considerados, quando Vicente tivesse que optar para quem servir. A doação que recebera não garantia sua autonomia. Vicente não poderia, naquele momento, decidir não servir a ninguém. Deveria trabalhar para a família Freitas ou para outros. A doação de Delfino certamente criava laços de dependência de Vicente para com seus herdeiros. Vicente agora era livre. O cálculo de Delfino não era, de forma alguma, a garantia de que seus filhos poderiam seguir contando com a qualificada e experiente mão-de-obra de Vicente. Mas sem a doação e com a abolição que se aproximava, as chances seriam bem menores.

Alegrete, 1880: Victorino, preto, campeiro, 31 anos. Até então compartilhara as lidas campeiras com Vicente sob a mesma condição social, ambos eram escravos. Evidentemente isso, em si, não fazia deles dois iguais. Vicente era mais velho e casado. Poderia ser seu tio ou seu padrinho, são conjecturas, mas de qualquer forma pertencia a uma geração anterior, o que certamente exigia um tratamento diferenciado por parte de Victorino. Agora havia mais um sinal de diferenciação entre ambos: Vicente era livre. Victorino, campeiro como Vicente, não tivera a mesma sorte deste: permanecera escravo após a morte de seu senhor. Victorino, como escravo campeiro, tinha boa montaria. Isso era necessário para os afazeres cotidianos da estância. Também era necessário uma faca na cintura, além do laço e boleadeiras. Um

escravo campeiro montado num cavalo forte e resistente, com uma faca na cintura não devia causar estranheza numa sociedade dedicada majoritariamente à pecuária. Além disso, Victorino estava a poucos quilômetros da fronteira com o Uruguai, recente nação onde a escravidão havia sido abolida há algumas décadas. Não estava sob constante vigilância de seu senhor, já que as atividades campeiras em um estabelecimento de aproximadamente 2.600 hectares lhe exigiam constantes e longas ausências da sede do estabelecimento. Poderia, com sorte, alcançar a fronteira a cavalo. Porém Victorino não fugia. Pelo menos não fugira até os 31 anos<sup>205</sup>, depois disso não encontramos mais nenhum vestígio documental seu.

Victorino era o mais velho entre os filhos de Victória. Sua mãe, liberta entre os anos de 1870 e 1872, recebera agora um pequeno pedaço de terra e dez cabeças de gado do seu antigo senhor, porém nenhum de seus filhos e filhas nascidos até 1870 dividia com ela a experiência de ser livre. Floriana, com apenas 10 anos, permanecera cativa dos Freitas após a morte do seu senhor. Além dela, mais 4 irmãos menores de Victorino eram, como ele, escravos dos Freitas. Ele era o único claramente identificado como campeiro entre toda a parentela. Devia gozar de alguns privilégios por conta disso. Não recebera a liberdade, nem terras ou gado no testamento do seu senhor, mas Vicente, que com ele trabalhara lado a lado recebera. Sua mãe, liberta já há uma década, estabelecia-se agora em terras próprias. Uma fração pequena, é certo, mas sua. Victorino percebia, evidentemente, todos esses movimentos. Sabia, mais do que nos foi dado saber, em que medida foi necessário para Victória, Vicente e Joanna avançar e ceder e em que momentos para conquistarem a liberdade e os bens. Essa conquista foi diferenciada: Victória obteve sua liberdade uma década antes do que Vicente e Joanna. Por compra ou sem ônus? Ter tido muitos filhos a teria favorecido? Victorino, sua mãe, Joanna e Vicente sabiam de todos esses detalhes, assim como seus irmãos e demais companheiros de cativeiro. Delfino de Freitas e seus herdeiros também o sabiam. Possuíam diferenciadas possibilidades de usar essas informações a seu favor e corriam o risco de acertar ou não. A nós resta a vantagem da

---

<sup>205</sup> Entre os 399 escravos inventariados entre 1870 e 1884, encontramos apenas 6 registros de fugidos. Inventários *post-mortem*: Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí. APERS.

análise retrospectiva, mas para o irremediável problema da lacuna documental, que talvez desole mais ao leitor que a nós, pelas reiteradas vezes que temos que admitir: “não sabemos”.

Victorino não fora alforriado com cláusula de prestação de serviços como foram 299 de seus pares entre os anos de 1880 e 1884 nos municípios de Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí. Delfino poderia ter adotado essa estratégia, no intuito de protelar o problema da escassez da mão-de-obra que estava colocado para quase todos os produtores, mas decidiu doar uma pequena fração das terras onde estava localizado o estabelecimento no qual o trabalho de Victorino era tão necessário, para Victória, mãe deste. A cláusula de prestação de serviços nem sempre fora respeitada e, além disso, era por tempo determinado. Para Delfino, a doação daquela terrinha a Victória certamente era o reconhecimento por uma trajetória que estava de acordo com as suas expectativas e de sua família. Mas, incluída entre suas últimas vontades, também pode ter sido um bom ajuste encontrado por Delfino frente à crise do sistema escravista e o futuro de seus herdeiros e do estabelecimento rural que agora não mais contaria com sua administração. Com a morte de Delfino, o equilíbrio antigo não necessariamente se manteria, então há um reajuste nas relações. A já liberta Victória, mãe de 6 dos 9 escravos que permaneceram no estabelecimento dos herdeiros de Delfino, recebe terra e gados. Isso envolve uma estratégia de Delfino para manter aquela família naquele estabelecimento rural que legara agora para seus filhos e netos.

Delfino desejava os serviços daqueles homens e mulheres. Por isso alforriou dois e concedeu terras para aquela que era mãe da maior parte da sua escravaria. A terra, a ponta de gado e a carga simbólica do ato de doação para Victória eram argumentos a incidir positivamente a favor dos herdeiros de Delfino, após a sua morte, sobre Francisca, Florinda, Florencia, Floriania, Leandro e Victorino, filhos de Victória. Para seu controle, enquanto escravos, mas também na tentativa de enquadrá-los em laços de dependência, quando livres, no momento em que a abolição que se alvoroçava se concretizasse também por aqueles pagos. Essa foi a herança simbólica de Delfino para seus filhos: a dívida de Victória, Vicente e Joanna com seu pai. Essa dívida pairava, silenciosamente, sobre Victorino, enquanto cavalgava longe dos olhares

vigilantes de seus novos proprietários ou quando estava muito próximo de algum deles com uma faca na cintura.

Não estou aqui, evidentemente, negando a violência física cotidiana a qual estavam submetidos esses homens, mulheres e crianças<sup>206</sup>. Estou apenas salientando que concordo com os demais autores que afirmaram que o controle sobre os cativos não se restringia à violência física, já que se fosse assim, a escravidão não se sustentaria. Segundo João José Reis e Eduardo Silva, “o sistema escravista – com qualquer outro – não poderia, evidentemente, viabilizar-se apenas pela força”<sup>207</sup>. Para eles,

Senhores e autoridades escravistas na Bahia, como em toda parte, usaram da violência como método fundamental de controle dos escravos. Mas a escravidão, como vimos nos capítulos anteriores, não funcionou e se reproduziu baseada apenas na força. O combate à autonomia e indisciplina escrava, no trabalho e fora dele, se fez através de uma combinação da violência com a negociação, do chicote com a recompensa.<sup>208</sup>

A negociação do que era considerado “aceitável”, ou não, pelas partes devia ser considerado na ação de cada grupo, sob o risco de que o frágil equilíbrio viesse a cair por terra. Isso é particularmente importante em regiões onde a atividade econômica predominante, a pecuária, exigia que os escravos campeiros - os mais valorizados e, portanto, os também mais qualificados e saudáveis da escravaria -, estivessem sobre um bom cavalo e com uma faca na cintura, um laço e uma boleadeira nos arreios. Era mesmo impossível manter o controle sobre esses homens *apenas* com a violência física.

---

<sup>206</sup> Ver: OLIVEIRA, Vinicius P. Castigos, punições, maus tratos – para além da negociação. In: *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST Edições, 2006, p. 142-152.

<sup>207</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 31.

<sup>208</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 32.

Os senhores entendiam que a acomodação era precária e quando possível procuravam negociar o prolongamento da paz. Da mesma maneira, os escravos compreendiam que o mais negociador dos senhores, ou feitores, um dia usaria com ferocidade o chicote. Na escravidão nunca se vivia uma paz verdadeira, o cotidiano representava uma espécie de guerra não convencional. Nessa guerra, tanto escravos quanto senhores buscavam ocupar posições de força a partir das quais pudessem ganhar com mais facilidade suas pequenas batalhas. É óbvio que os senhores e seus agentes detinham uma enorme vantagem inicial, baseada no acesso a poderosos recursos materiais, sociais, militares e simbólicos. Por isso os escravos tinham que enfrentá-los com inteligência e criatividade. Eles desenvolveram uma fina malícia pessoal, uma desconcertante ousadia cultural, uma visão do mundo aberta ao novo.<sup>209</sup>

A libertação de Vicente, o campeiro e de sua esposa Joanna, e a doação de terra e gados para ambos e para a já liberta Victória poderia significar muitas coisas. Era controle, por parte de Delfino, que desejava manter o equilíbrio garantido entre ele e seus escravos mesmo depois de sua morte, a fim de que seus herdeiros pudessem seguir usufruindo daquela mão-de-obra tão escassa. Era conquista, por parte de Vicente e Joanna, que agora eram livres e tinham um pedaço de terra e uma ponta de gado. Era mais uma conquista de Victória, que já liberta, agora também era proprietária de terra e gado. Essa conquista não era individual: Floriana, de 10 anos, não era uma cativa filha de outra cativa, era escrava, mas filha de uma liberta que possuía terras e algumas cabeças de gado. Isso podia lhe acenar um futuro diferenciado. Não sabemos em que medida o cálculo de Delfino teve êxito. Teriam os filhos de Victória reconhecido nos herdeiros de seu senhor uma extensão do que foi dado a sua mãe? Ou Victória e seus filhos fizeram tanto para aquela família que alimentavam uma expectativa maior em relação ao inventário de Delfino? Estavam em 1880 e compunham o maior conjunto de

---

<sup>209</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 32-33.

escravos inventariado na década. Era incomum na região. Seus pares estavam sendo alforriados. Esperavam o mesmo? A terra doada a Victória teria bastado como retribuição? Nenhum dos escravos de Delfino adquiriu a liberdade, formalmente, através de uma carta passada em Cartório. Portanto, tiveram que esperar até 1888 ou a adquiriram informalmente. Não deixaram vestígios documentais, entre as fontes consultadas, que possibilitem um acompanhamento de suas vidas após 1880.

Rodrigo Weimer encontrou, em São Francisco de Paula de Cima da Serra, um caso que talvez nos ajude a compreender o de Victória e sua família e, principalmente, a autonomia de Victorino. A partir de um processo-crime no qual constava o assassinato do capataz Calisto pelo escravo Damásio, em 1880, o autor aproximou-se do cotidiano daqueles campeiros: “A vítima era padrinho do acusado e havia sido colega de cativo de sua mãe. Viviam ambos, o forro e seu afilhado, nos campos de cima da serra, cuidando do gado de João Antônio Marques, proprietário de Damásio”.<sup>210</sup>

Calisto era liberto, Damásio escravo. Viviam, ambos, distantes da vigilância do proprietário do estabelecimento. Nos depoimentos de réu e testemunhas, o fato de ambos viverem e transitarem sozinhos naqueles campos não causava estranheza.

Chega-se, aqui, a um ponto que ajuda a entender por que os Marques aparentavam tanta tranqüilidade com a mobilidade espacial de seus cativos, com a autonomia de Damásio no seu trabalho e com a solidão de ambos. Por que não fugiam? A resposta para essa questão não estava em cima da serra, mas embaixo. Questão, aliás, que só se coloca quando se parte de um pressuposto anacrônico e limitador – de que a fuga era necessariamente a única alternativa de ação racional e desejável para um escravo. Mas não era assim.<sup>211</sup>

Weimer buscou, através de inventários e registros de batismo, os dados genealógicos de Damásio e Calisto, e pode verificar que ambos, apesar de

---

<sup>210</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 48.

<sup>211</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 55.

morarem nos *campos em cima da serra*, possuíam familiares cativos nos *campos debaixo da serra*. Calisto, assim como Vicente de Alegrete, recebera a liberdade e um pedaço de terra, por testamento de sua antiga senhora, em 1876. No entanto, sua esposa permanecia cativa, assim como sua sogra, um cunhado, duas cunhadas, duas filhas, oito sobrinhas, dois netos e sete afilhados. Entre os escravos nos campos debaixo da serra também estavam a mãe de Damásio e seus dois irmãos. Para o autor,

O enraizamento de relações comunitárias em uma outra região obstaculizava as fugas, pois não era tão simples abandonar laços afetivos duramente construídos, sobretudo quando se considera todos os significados por eles assumidos. Vê-se aqui, portanto, um exemplo da já destacada relação entre pecuária e incidência de famílias de escravos (FARIA, 1998, p. 326; OSÓRIO, 1999, p.140). Se este foi um dispositivo de controle do escravo Damásio e de manutenção de Calisto em uma relação de dependência, certamente era uma prática com seus riscos, na medida em que jogava com seus sentimentos, descontentamentos e esperanças.<sup>212</sup>

Percebe-se, portanto, que a estratégia adotada por Delfino de Freitas não era original, mas era eficaz. No caso dos Marques, de São Francisco de Paula, a concessão da liberdade e doação de terras em testamento foi suficiente para manter Calisto e Damásio, sozinhos, em um estabelecimento pecuário distante da vigilância do proprietário. Para Vicente e Victorino, em Alegrete, teria sido muito diferente? O primeiro, forro, casado e mais velho, a semelhança de Calisto. O segundo, escravo, solteiro e mais jovem, a exemplo de Damásio. Vicente e Calisto receberam a liberdade e terras em testamento. Victorino, como Damásio tinha irmãos cativos como ele na estância, além de sua mãe, que recentemente recebera um pedaço de terra, estabelecida em um rancho vizinho.

---

<sup>212</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 62.

As conquistas de Victória, sua liberdade, a terra e as poucas cabeças de gado recebidas no testamento de Delfino de Freitas pesavam como uma estratégia senhorial de controle sobre seus seis filhos, que permaneciam cativos. Já a diferenciação que gozava Victorino, em relação aos demais daquela escravaria, pelas suas habilidades de campeiro, que englobavam a possibilidade de andar armado, montar sobre um bom cavalo e permanecer durante a maior parte da jornada de trabalho distante da vigilância senhorial, da mesma forma era restringida pela permanência de suas irmãs na sede do estabelecimento. Mesmo Francisca, a mais velha entre as irmãs, não tinha a mesma mobilidade de Victorino. Como engomadeira, devia executar seus serviços na casa da estância, assim como suas irmãs que, sem profissão informada, deviam dedicar-se, provavelmente, ao serviço doméstico.

Victória, mesmo liberta, dificilmente deixaria aquele estabelecimento, aquele distrito, enquanto o preço disso fosse deixar para trás seus seis filhos ainda cativos. Juridicamente era livre, mas estava presa por laços afetivos àquele lugar. Victorino, diferente da mãe, não era livre, mas como campeiro possuía uma mobilidade que nenhum outro de sua família havia conquistado. Poderia usá-la a seu favor para sair do cativo. Poderia fugir, mas também estava preso àquele lugar por mecanismos que estavam além da violência física: os laços afetivos com os seus irmãos, companheiros de cativo e sua mãe liberta.

Vicente e Joanna não receberam carta de alforria passada em cartório. Foram libertos em testamento. Os escravos legados por Delfino de Freitas em 1880 também não deixaram registros nas manumissões registradas nos tabelionatos do município. Dos dois primeiros podemos supor que tenham se estabelecido na pequena porção de terra doada por seu antigo senhor. Apenas supor, porque como vimos, Calisto, o capataz de São Francisco de Paula, cuja trajetória fora analisada por Weimer, morreu sem nunca usufruir da terra que recebera. Já os 8 escravos que foram legados aos herdeiros de Delfino, que não apareceram nas manumissões dos anos subseqüentes, que destino tiveram? Foram alforriados oralmente? Talvez. Teriam sido vendidos? Improvável. A maior parte da escravaria era formada por mulheres, em um momento onde o valor dos escravos já era muito baixo. Vendê-los seria uma

transação sem muito sentido para aquele espólio: possuíam terras e rebanho. Eram necessários braços para trabalhar na estância. Por que desfazer-se deles por valores muito baixos? Investir no quê? Não seria mais viável mantê-los ali, juntamente com Vicente, Joanna e Victória, ampliando a comunidade de libertos com laços de dependência para com aquela família? São conjecturas; teríamos que buscar nos contratos de compra e venda de escravos do período a vitalidade do mercado em relação a este “bem” cada vez mais escasso e mais barato. Mas, podemos supor que, às vésperas da abolição, mesmo havendo vendedores, dificilmente haveria compradores de escravos. Se vender era um investimento viável, não sabemos, mas comprar um escravo entre 1881 e 1884 na Campanha rio-grandense, certamente não era um dos negócios mais desejados por um produtor rural.

Não podemos afirmar, com certeza, o destino destes homens e mulheres que foram cativos de Delfino em 1880. Mas sabemos que se libertos pelos senhores, essa ação não foi mediada pelo Estado: não deixou registro nos tabelionatos. Portanto, há de se considerar que, para além das liberdades concedidas/conquistadas através das cartas de alforria já analisadas, há um universo de destinos que tais fontes não são capazes de revelar. Destinos, como vimos, de campeiros, engomadeiras, mulheres doentes, jovens sem profissão informada ou uma menina de dez anos.

A incerteza em relação aos destinos e expectativas desses homens e mulheres, percebida pelas recorrentes vezes em que aparece na narrativa expressões como “não sabemos” ou “não podemos afirmar”, não se explica pela falta de fontes: os dados que temos não são poucos. Estamos trabalhando sobre um conjunto de 808 cartas de alforria e 296 inventários, além de relatórios de presidentes de província e censos de população. Não é uma questão quantitativa, como acertadamente observaram Reis e Silva

Não podemos, por outro lado, desconhecer que no Brasil, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, a documentação diretamente produzida por escravos parece ter sido, realmente, muito pequena. Aqui, como sabemos, menos de um em cada mil escravos sabia ler e escrever.

Por isso, a questão das fontes não parece ser tão quantitativa, mas qualitativa.<sup>213</sup>

Trata-se de reconhecer os limites das fontes utilizadas neste trabalho. Nelas, é praticamente impossível chegar à fala de um escravo ou de um liberto, mesmo que mediada por um procurador ou escrivão, como é o caso dos processos-crime, por exemplo. No inventário *post-mortem* os escravos são arrolados como um bem e como tal avaliados. Através dessa avaliação conhecemos suas habilidades e qualificações. Percebemos em que medida se diferenciava dos demais da escravaria, seja positiva ou negativamente. Podemos, assim, deduzir o status que usufruía. Algumas poucas vezes podemos saber também os laços de parentesco, informação mais comum nos formulários de matrícula anexados aos inventários a partir de 1872, os quais também foram fichados. Através das cartas de alforria sabemos se a liberdade foi comprada, concedida de forma incondicional ou se previa o cumprimento de cláusula de prestação de serviços. Assim, podemos investigar as estratégias dos senhores e escravos frente à tensa relação mantida ao longo do regime escravista. Mas, na maior parte das vezes, a relação entre dados coletados em fontes diversas, um indício, uma sugestão, são relacionados e a partir deles podemos supor algo. Ao longo deste subcapítulo, cimentamos dados esparsos sobre o grupo de escravos analisado com suposições, porque não nos restava outra alternativa. Mas tentamos fazer isso de forma adequada, atentos à estrutura agrária na qual - aquelas duas famílias -, senhorial e escrava, estavam inseridas. Isso não exclui a possibilidade de erro, absolutamente.

O pouco que temos deve ser adequadamente explorado, eis um primeiro ponto. Qualquer indício que revele a capacidade dos escravos, de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo seus interesses, deve ser valorizado. Mesmo os aspectos mais ocultos (pela ausência de discursos) podem ser apreendidos através das ações.

---

<sup>213</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 15.

Tantas vezes considerados como feixes de músculos, os escravos falam, freqüentemente, através deles. Suas atitudes de vida parecem indicar, em cada momento histórico, o que eles consideravam um direito, uma possibilidade ou uma exorbitância inaceitável.<sup>214</sup>

Também não tinha, evidentemente, como saber o que se passava na cabeça de Victorino durante suas cavalgadas, mas posso, sim, supor. Segundo Sidney Chalhoub, “o historiador, portanto, através de um esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos, pode chegar a descobrir a ‘dimensão social do pensamento’”<sup>215</sup>. Não tive essa ambição tão vasta. Busquei apenas tentar investigar quais seriam as expectativas daquele grupo familiar, especificamente, e que restrições pesavam sobre elas.

Na mesma obra, Chalhoub se refere a um artigo de Ginzburg sobre os métodos da história “Morelli, Freud and Sherlock Holmes: clues and scientific method”, 1980:

Segundo Ginzburg, nestes três casos estamos diante do chamado “paradigma conjectural”, ou seja, da proposta de criação de um método interpretativo no qual detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade; são tais detalhes que podem dar a chave para redes de significados sociais e psicológicos mais profundos, inacessíveis por outros métodos.<sup>216</sup>

Assim, relacionando a condição de Victória, seus filhos cativos e de Vicente e Joanna, e reconhecendo que Victorino conhecia a trajetória de todos eles melhor do que qualquer um de nós que possa ter acesso aos vestígios documentais que deixaram, pude supor algumas de suas expectativas e restrições. Assim também em relação a Delfino de Freitas.

---

<sup>214</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 15.

<sup>215</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 16.

<sup>216</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 17.

Mas tudo isso só foi possível pela variação na escala de observação. Quando percebi que as possibilidades de entendimento através da análise serial haviam se esgotado, já que a amostragem era muito pequena e, por conta disso, frágil, decidi analisar detidamente os inventários dos produtores rurais que conseguiram manter escravos masculinos, sadios e em idade produtiva na década de 1880. Eram apenas quatro casos. Entre eles, um era mais rico em vestígios documentais, além de ser o proprietário da maior escravaria da década: Delfino de Freitas. O qual, felizmente, para fins de pesquisa histórica, decidira deixar testamento. As informações encontradas no testamento e inventário favoreciam o mapeamento dos laços de parentesco de sua escravaria. As doações testamentárias deixaram pistas acerca de Victória, Vicente e Joanna. Além disso, a segunda esposa de Delfino falecera em 1872 e seu inventário encontrava-se em nossa amostra, o que possibilitou a inclusão de informações acerca daqueles escravos oito anos antes do falecimento de seu senhor. A não existência de nenhuma carta de alforria em nome de seus herdeiros também era reveladora. Todos esses fatores nos levaram até Victória e seus filhos.

Mas, salientemos a frase inicial do parágrafo anterior: estamos aqui valorizando a variação da escala de observação, e não realizando uma hierarquia entre ambas<sup>217</sup>. A análise de caso realizada aqui esclarece muito acerca da sociedade da Campanha rio-grandense e sua estrutura agrária, na mesma medida em que ganha mais sentido se investigado sob sua dinâmica. Naquele tempo e espaço estavam lá Delfinos e Victórias, habitando os campos da Campanha. Como refletimos ao longo das últimas páginas, laços de parentesco com cativos ou reciprocidade e dependência com antigos senhores poderiam ser um obstáculo à mobilidade dos libertos, mas também havia outro limite que estava sendo gradualmente colocado naqueles campos. A introdução esparsa do aramado, desde meados da década de 1870, anunciava o início do processo de cercamento dos campos na região. A pobreza rural da Campanha, que agora absorvia as centenas de libertos da década de 1880, tinha um obstáculo concreto para estabelecer-se nas terras pampeanas: a

---

<sup>217</sup> Uma excelente discussão acerca disso encontra-se na obra coletiva REVEL, Jacques (Org). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

cerca. Analisemos então esse fenômeno: o início do processo de cercamento dos campos na Campanha rio-grandense.

**CAPÍTULO 3:**

**O PROCESSO DE CERCAMENTO DOS CAMPOS**

**NA CAMPANHA RIO-GRANDENSE**

*A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em seqüência diversa e em épocas históricas diferentes. Encontramos sua forma clássica na Inglaterra, que, por isso, nos servirá de exemplo.<sup>218</sup>*

Para ser expropriado é necessário algum tipo de acesso prévio, por mais instável que seja, à terra. Na Campanha rio-grandense não se percebe um contexto anterior de posse comum da terra. Tal momento não existiu, segundo indicam as fontes consultadas.

---

<sup>218</sup> MARX, Karl. *O capital*. Livro 1, vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 831.

Os trabalhadores diretos, antes escravos, ao adquirirem o direito à propriedade, são dela aliados antes de qualquer acesso estável. Já os agregados, antes imprescindíveis para a grande estância, fundamentalmente por cumprirem função de *posteiros* numa estrutura agrária despida de cercas, com o advento do aramado são gradativamente expulsos de suas antigas posses. Percebe-se, a partir disso, que os *homens livres pobres*, camada social agora *inchada* pelos ex-escravos, não tiveram acesso a terras comunais, tendo em vista a inexistência das mesmas na Campanha rio-grandense.

Diferente, portanto, do modelo clássico inglês, analisado por Marx, entre as possibilidades de acesso à terra na região estudada, pelas camadas mais pobres da população, não constava a garantia da subsistência a partir de campos ou matos comunais. Havia sim imensas extensões de terras devolutas, nunca antes medidas e demarcadas que, por descumprimento das exigências legais, não pertenciam a ninguém por título legítimo. No entanto, longa é a distância entre a legalidade e a facticidade. A apresentação de uma prova documental de propriedade de uma fração de terra nunca foi, ao menos na região e período estudados, variável necessária em um processo judicial. Se na esfera estatal a apresentação de uma medição e escritura não era exigência em caso de litígio, podemos inferir que tampouco o era na resolução extrajudicial dos conflitos agrários. O poder local, o reconhecimento da propriedade pelos lindeiros, principalmente se estes tivessem força econômica e política, isso sim era determinante nas questões que envolviam a luta pela terra. Pois como bem observa Márcia Motta, a propriedade sobre os diferentes bens implicava, naquele contexto, o exercício de dominação sobre os outros; as disputas sobre frações de terra eram, ao mesmo tempo, conflitos que definiam os graus de dependência e autonomia entre os envolvidos:

A luta pela terra expressava, em suma, não somente a possibilidade de obter o domínio sobre a mesma, mas também sobre os homens que ali habitavam ou desejavam habitar. Neste sentido, resistiam em medir e demarcar suas terras porque tal limitação territorial implicava um limite ao exercício de seu poder sobre vizinhos e posseiros e uma subordinação ao poder externo, representado pela Coroa [e mais tarde pelo governo imperial]. Ser *senhor de terras* significava, antes de mais nada, ser *senhor* - e era sobretudo este domínio senhorial que não podia ser medido ou limitado.<sup>219</sup>

Em um universo rural onde os limites são porosos e no qual a existência de pequenos produtores não-proprietários no perímetro das grandes estâncias não era obstáculo, ao contrário, estes estavam sempre presentes por serem necessários, é de se supor que os conflitos tenham sido em menor número do que no período de gestação do processo de cercamento dos campos, qual seja, as décadas de 1870 e 1880. É sobre estas duas décadas que o presente trabalho pretende debruçar-se a fim de responder questões relativas às possibilidades de acesso à terra por parte das camadas mais pobres da população, à questão da concentração fundiária e formas de sucessão (legais ou não) percebidas naquela sociedade, estratégias adotadas pelos diferentes grupos a fim de garantir seu acesso à terra, as diferentes concepções de direito que os processos judiciais revelam, bem como as profundas transformações sofridas por todos esses elementos ao longo do tempo.

Trata-se de um período que engloba o início do cercamento dos campos e o fim da escravidão. Sendo assim, desde já é possível supor que esse universo rural, longe de pacato e imóvel, guarda uma dinâmica própria a qual é necessário conhecer e explicar.

Se, por um lado, o tema do cercamento dos campos não é um objeto estranho, ao contrário, presente em muitos livros didáticos de nível fundamental e médio, por outro é um tema absolutamente intocado por estudos monográficos no Brasil. A grande difusão de tal modelo explicativo, um dos

---

<sup>219</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil em meados do século XIX*. Campinas: UNICAMP, 1996. Tese de Doutorado (mimeo), p. 45.

pilares da acumulação primitiva de capital, explica-se, talvez, pela simplicidade de seus elementos. Ao antigo produtor rural, ora expropriado, não resta nada a não ser sua própria força de trabalho. Este seria o grande embrião do sistema capitalista.

No entanto, nunca é demasiado lembrar, Marx referia-se ao caso inglês. Não é possível simplesmente transferir esse modelo explicativo para a América. Pois bem. Este trabalho não busca aplicar um modelo explicativo, construído a partir de uma experiência histórica específica, para uma região da América do Sul no final do século XIX. Pretende-se partir deste modelo explicativo como uma hipótese de trabalho a ser testada com base no uso massivo de fontes primárias. Tratamos aqui de um período, região e sociedades completamente diferentes. Ao contrário da experiência inglesa, cujos carneiros *devoraram os homens*, aqui não há uma preponderância da agricultura que é superada pela pecuária como principal atividade produtiva em um dado período. É possível afirmar, com base em trabalhos recentemente produzidos sobre a região do Prata, que a pecuária não era atividade exclusiva dos grandes proprietários. Não era a atividade produtiva a definidora dos grupos sociais, já que havia pequenos e grandes criadores, assim como roçados para subsistência tanto em grandes como em pequenos estabelecimentos rurais.

Se há algo que desde já podemos apontar como semelhança entre a experiência inglesa e a rio-grandense é a gênese da cerca como momento explosivamente conflituoso e de aprofundamento das distâncias entre os grupos sociais. Isto é, erguer cercas em torno de um determinado perímetro territorial não responde apenas a motivações técnicas, encarnadas nas máximas do “melhoramento”, da “racionalização” e do crescimento dos rendimentos. Pelo contrário, tal ato responde exatamente aos interesses de determinados grupos sociais em exercer o controle sobre a imensa maioria dos produtores diretos. Segundo Rosa Congost,

la idea de que la historia del concepto moderno de propiedad de la tierra no es fruto del progreso de ideas, ni de un pensamiento más racional y más civilizado, ni del desarrollo de formas más eficaces de defensa de los derechos de propiedad, sino, sobre todo, de unas prácticas y de unos abusos impuestos arbitrariamente – así debieron percibirlo muchos – por una minoría de hombres ricos. Es por esta causa, porque el cambio significativo no consistió en una mayor racionalización de los derechos de propiedad, sino en una manera diferente de distribuir rentas e obtener beneficios – que requirió la expropiación de los más débiles -, por lo que Marc Bloch vio en las prácticas de cerramientos de fincas los orígenes de la doctrina capitalista.<sup>220</sup>

O aramado, aqui e lá, define limites precisos antes desconhecidos. Manifesta simbólica e efetivamente uma importante etapa no processo de formação da propriedade nos moldes que a conhecemos hoje. Analisar o seu surgimento em uma região específica da América do Sul, nas duas últimas décadas do período imperial, é o objetivo central deste capítulo.

### 3.1 Cercar a produção

“En un principio fue la zanja<sup>221</sup>”, afirmou Sabarra a respeito do processo de cercamento dos campos na Argentina<sup>222</sup>. Podemos dizer algo parecido sobre a Campanha rio-grandense: no início foram os valos e as cercas de pedra. Em uma região onde a pecuária extensiva convivia lado-a-lado com a produção agrícola, e os limites naturais, evidentemente, eram insuficientes para separar rebanhos e plantações, era necessário desenvolver barreiras artificiais que protegessem os roçados contra o avanço de animais. Caso contrário, seria inviável conciliar as atividades agrícolas e pecuárias. Na Campanha, a pecuária era a atividade predominante, os animais ocupavam muito mais terras no

---

<sup>220</sup> CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia: estudios sobre “la gran obra de la propiedad”*. Barcelona: Crítica, 2007, p.250.

<sup>221</sup> “Zanja: Excavación larga y estrecha que se hace en la tierra.” <http://www.wordreference.com/definicion/zanja> Acesso em 04 de fevereiro de 2010.

<sup>222</sup> SBARRA, Noel H. *Historia del alambrado en la Argentina*. Buenos Aires: Letemendia Casa Editora, 2008, p. 16.

estabelecimento rural do que a agricultura, no geral voltada para subsistência ou mercado local e regional. Assim, antes do cercamento dos campos e conseqüente confinamento do gado através da cerca de arame, o que havia era o cercamento das plantações. A agricultura era realizada em espaços cercados, enquanto que a pecuária ainda realizava-se em campos relativamente “abertos”. Relativamente porque havia os rincões, “las barreras que naturalmente formaban los ríos y los arroyos en sus confluencias o desembocaduras (...), donde los animales quedaban como enbolsados, por así decirlo”<sup>223</sup> e, além deles, uma barreira humana, os *posteiros*.

O cercamento das plantações, ao contrário do cercamento dos campos, nada tinha a ver com a questão do processo de mercantilização da terra. Os valos e cercas de pedra usados para separar animais e lavouras cumpriam o mesmo papel das mangueiras e poteiros de pedra e madeira existentes no mesmo período, usadas para manejo do gado: sua função era relacionada à viabilidade da produção. Em torno das plantações, as cercas e valos serviam de barreira aos animais, já nas mangueiras e currais permitiam o manejo cotidiano do rebanho, além das necessidades sazonais da pecuária, como marcação, castração e tosquia<sup>224</sup>, tarefas impossíveis de serem realizadas em campo aberto devido ao risco de dispersão do gado.

Portanto, a prática de cercar não surge com o processo de cercamento dos campos, ela já era conhecida nos estabelecimentos rurais e os valos e cercas de pedra faziam parte da paisagem da campanha, como podemos deduzir a partir da frequência com que são descritas e avaliadas nos inventários *post-mortem* anteriores às primeiras referências ao alambrado na região. A cerca, portanto, não foi um advento da década de 1870. A cerca de arame, usada com o objetivo de definir precisamente a propriedade privada, esta sim foi uma novidade naqueles campos, das últimas décadas do século XIX. Até então cercava-se para plantar e colher, cercava-se para manejar o gado, para realizar as lidas campeiras cotidianas e sazonais, mas raramente para definir o limite entre os estabelecimentos. Essa é a grande originalidade da década de 1870 e é esse novo uso da cerca, desta vez para impor um limite

---

<sup>223</sup> SBARRA, Noel H. *Historia del alambrado en la Argentina*. Buenos Aires: Letemendia Casa Editora, 2008, p. 16.

<sup>224</sup> Ato de tosquir o gado ovino: cortar a lã rente e, desta forma, extrair a lã.

preciso entre o que pertence a uns e outros, que desencadeará muitos conflitos fundiários na região. Até então a precisão no estabelecimento desses limites não estava colocada. Quando foi, era necessário um ajuste. E este não foi realizado pacificamente, como veremos mais adiante. Por ora nos interessa conhecer o uso primitivo da cerca, que não o da delimitação da propriedade.

Na década de 1830, muito antes dos primeiros sinais do alambrado, há cercas na Campanha.

Maria Joaquina da Silva, possuidora da maior fortuna da década de 1830, entre seus tantos bens, deixou para seus herdeiros as seguintes benfeitorias:

uma casa com paredes de pedra (...), cercado de muro de pedra, com quintal, e mangueira de pau, arvoredos dentro do mesmo quintal, tudo no mesmo campo de São Miguel (...)  
uma casa e cozinha de palha, e paredes de barro, dois currais de pedra, quintal cercado de pedra, uma mangueira grande de pau e outra pequena, tudo no mesmo campo [em Jacaquá]<sup>225</sup>

Pela descrição dos bens citada, podemos perceber que Maria Joaquina possuía dois estabelecimentos rurais: um em São Miguel e outro em Jacaquá. Apesar das diferenças entre as casas de moradia de ambos, as demais benfeitorias são semelhantes. Tratando-se de estabelecimentos rurais voltados principalmente para a pecuária (o investimento em animais absorvia 61% do valor do patrimônio produtivo da inventariada, que possuía animais bovinos, eqüinos e ovinos), onde a agricultura realizava-se paralelamente (no inventário são arrolados diversos instrumentos agrícolas: 20 machados, 15 enxadas e 6 foices), a construção de cercas era imprescindível para a realização das atividades produtivas. Sem o “cercado de muro de pedra” do estabelecimento de São Miguel, seria impossível manter o “arvoredo” existente “dentro do mesmo quintal” protegido dos animais. Era necessário cercar as árvores frutíferas e demais plantações nas quais eram utilizadas as enxadas e foices

---

<sup>225</sup> Inv. 62, mç 4, Cartório Órfãos e Ausentes, 1839, Alegrete. Sem grifos no original.

arroladas do avanço dos animais. O “quintal cercado de pedra” no estabelecimento do Jacaquá provavelmente cumpria a mesma função, apesar de não fazer referência explícita à árvores ou plantações, como podemos inferir pelo uso da palavra *quintal*<sup>226</sup>. Mas o uso da cerca nos estabelecimentos de Maria Joaquina não se restringem a separar os espaços reservados para a agricultura e para a pecuária. Em Jacaquá existem “dois currais de pedra”, “uma mangueira grande de pau e outra pequena”, e no estabelecimento de São Miguel também há, pelo menos, “uma mangueira de pau”. Podemos supor que um rebanho de 24.030 cabeças de gado bovino, além de eqüinos e ovinos, necessitasse de mais benfeitorias para seu manejo, além das descritas no inventário. Mas os currais e mangueiras descritos são suficientes para revelar a necessidade de construção de barreiras artificiais para o manejo do gado. Os rincões por ventura existentes, não eram suficientes para um manejo adequado, nem mesmo para uma pecuária extensiva com pouca incorporação técnica. A cerca era fundamental para a pecuária. Era necessário cercar espaços de diferentes dimensões, adaptados às diferentes necessidades: no estabelecimento do Jacaquá havia uma mangueira grande e uma pequena. O material utilizado também poderia variar e, pelo que podemos inferir, também de acordo com as necessidades de manutenção de cada benfeitoria. Não há referência, nesse período, a currais de madeira. Eles eram construídos, invariavelmente, de pedra, o que demandava um maior investimento inicial de mão-de-obra, mas a médio e longo prazo não exigia a manutenção e/ou substituição de uma cerca construída de madeira. Já as cercas que formavam uma mangueira, que no geral possuía um perímetro menor do que um curral, poderiam ser de madeira ou pedras.

A análise do caso de Maria Joaquina não pode nos levar ao equívoco de pensarmos que apenas as grandes fortunas do período lançavam mão da cerca para a realização das atividades produtivas ligadas à agricultura e à pecuária. Francisco Antonio de Souza não poderia ser considerado um grande criador de gado na década de 1830, no município de Alegrete, apesar de seu rebanho de 926 cabeças de bovinos, já que nesse período um produtor

---

<sup>226</sup> “**Quintal**: sm (...), hum pedaço de terra murada com árvores de fruta”. MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Officinas da S. A. Litho-Typographia Fluminense, 1922. Tomo II. Edição fac-simile da segunda edição de 1813.

possuía um rebanho médio de 2.492 cabeças<sup>227</sup>. Apesar da grande distância que o separava de Maria Joaquina, em relação à dimensão do legado de ambos, Francisco, assim como sua contemporânea, possuía um estabelecimento rural no qual realizava atividades agrícolas e pecuárias. Seu rebanho era ainda mais diversificado que o de Maria Joaquina, pois além de bovinos, eqüinos e ovinos, Francisco também possuía muares. Em seu estabelecimento, situado “na costa do Ibirapuitã”, no seio da Campanha rio-grandense – região onde a importância da agricultura foi negada durante décadas pela historiografia tradicional e que ainda hoje carece de estudos específicos sobre essa temática -, a agricultura era praticada largamente, como podemos perceber pelos instrumentos e equipamentos legados em seu inventário: 7 enxadas, 5 machados, 1 pilão, 2 foices, 2 arados, 2 tachos de cobre, 2 pedras de moinho. Para o manejo do rebanho e para conciliar a prática da agricultura com a da pecuária, Francisco de Souza, assim como Maria Joaquina, também precisou investir parte de seu patrimônio em benfeitorias, sem as quais seria impossível a realização das atividades produtivas em seu estabelecimento: “um arranchamento, valos, cercados, currais e mais benfeitorias”. Infelizmente o inventariante e avaliadores foram muito breves na descrição dos bens de raiz, mas mesmo assim podemos empreender uma análise do que nos foi dado conhecer.

Francisco de Souza possuía, no estabelecimento, além da casa de moradia, “valos”. E aqui temos um caso concreto para cotejarmos com os citados por Sbarra, quando trata das *zanjas* na Argentina. Na Campanha rio-grandense o artifício de cavar a terra a fim de construir um obstáculo à travessia dos animais também fora utilizado pelos produtores. Francisco de Souza, que possuía enxadas, foices, arados e pedras de moinho... Pedras de moinho? Não há referência a um moinho no inventário. Teria sido legado a um dos filhos quando sua esposa falecera? Dependeria de laços de reciprocidade com algum vizinho que possuísse o equipamento? Não sabemos. De qualquer forma, esse, juntamente com o arrolamento dos demais instrumentos e os tachos de cobre, são indícios de plantação de cereais. Os “valos” citados no inventário deviam servir para proteger as plantações. Segundo Sbarra, “(...)

---

<sup>227</sup> Inv. 24, mç 2, Cartório Órfãos e Ausentes, 1834, Alegrete. APERS.

cuando era menester cercar artificialmente una heredad, el modo más primitivo y rudimentario de hacerlo consistía en construir una zanja en su derredor.”<sup>228</sup>

Talvez o valo não fosse apenas o mais rudimentar, mas também o menos dispendioso entre os modos de cercar um espaço, tendo em vista que não exigia material nenhum como pedras e madeiras. Era, portanto, vantajoso, pois apesar de exigir apenas mão-de-obra e instrumentos, mostrava-se muito eficaz para cercar as plantações, prova disso é a sua ampla adoção do espaço e no tempo: na Argentina, analisada por Sbarra e na Campanha rio-grandense, que ora analisamos, desde as primeiras décadas do século XIX. Sobre o uso desse sistema na campanha argentina, o autor comenta:

La “Abeja Argentina”, verbigracia, del 15 de junio de 1822, al comentar el estado de la incipiente agricultura, dice que en la campaña se hallan esparcido pueblos a crecidas distancias unos de otros, “rodeados de pequeñas posesiones llamadas chacras o quintas, aseguradas la más con una zanja, en cuyo recinto se siembra trigo, se plantan montes de duraznos para leña y se cultivan huertas y arboles frutales”.<sup>229</sup>

A construção de valos exigia muita mão-de-obra, evidentemente. Cavar um valo com a profundidade e largura necessários para evitar a travessia de bovinos, eqüinos e ovinos era tarefa árdua, mas exigia somente instrumentos, equipamentos e a mão-de-obra especificamente para a realização daquele trabalho. Já para a construção de uma cerca de pedra era necessário, além de tudo isso, as pedras, o trabalho de retirada se seu local de origem e o transporte até o local de edificação da cerca. Francisco de Souza possuía apenas 4 escravos e sabemos em que medida ele pôde contar com a mão-de-obra familiar para compensar a pequena dimensão de sua escravaria. Não temos elementos para explicar a preferência entre valos e cercas, mas podemos afirmar com segurança que não houve uma ordem cronológica na

---

<sup>228</sup> SBARRA, Noel H. *Historia del alambrado en la Argentina*. Buenos Aires: Letemendia Casa Editora, 2008, p. 16.

<sup>229</sup> SBARRA, Noel H. *Historia del alambrado en la Argentina*. Buenos Aires: Letemendia Casa Editora, 2008, p. 17.

adoção entre ambos. Eles foram usados concomitantemente tanto na década de 1830, como ao longo das duas últimas décadas do período imperial.

Mas voltemos à breve descrição das benfeitorias existentes no estabelecimento de Francisco de Souza. Além dos valos, existiam também “cercados, currais e mais benfeitorias”. Os cercados, em inventários onde há mais informações, aparecem sempre relacionados a plantações. Francisco de Souza utilizou-se, portanto, de diferentes formas de cercar suas plantações a fim de evitar que o gado as destruísse. Já os currais, como abordamos, eram utilizados para o manejo do gado. Infelizmente não temos maiores informações. A descrição é concluída simplesmente com “mais benfeitorias”. podemos supor que entre elas estivessem incluídas as mangueiras, tão necessárias em qualquer estabelecimento pecuário.

Além dos valos, currais de pedra e mangueiras do mesmo material ou de madeira, havia também, segundo Noel H. Sbarra, a possibilidade de proteger as plantações com “cercas vivas”:

Otras veces los cercos vivos plantas espinosas y enmarañadas – fueron el valladar puesto en torno a las chacras, quintas y huertos. Hacer un “cerco vivo” requería, sin duda, mayor tiempo y más trabajo que cavar una simple sanja, pero se obtenía luego un obstáculo más firme y duradero. Para ello se usaron árboles y arbustos aborígenes – principalmente de la familia de las leguminosas y de las cactáceas, como el añapindá, el espinillo, la cina-cina, la tuna, etcétera, que debieron ser plantados *sistemáticamente* para la finalidad buscada.<sup>230</sup>

No entanto, os produtores rurais da Campanha rio-grandense, diferente dos seus pares argentinos, não lançaram mão deste expediente, ou se o fizeram, não deixaram registros nas fontes analisadas. A única referência encontrada a algum tipo de vegetação cumprindo função de cerca não nos autoriza a afirmar que foram plantadas para este fim. No estabelecimento legado por Gertrudes Silveira de Castro a seus filhos, em 1880, encontramos as seguintes benfeitorias:

---

<sup>230</sup> SBARRA, Noel H. *Historia del alambrado en la Argentina*. Buenos Aires: Letemendia Casa Editora, 2008, p. 23.

uma casa de moradia no mesmo campo, coberta de telha e com uma varanda coberta de zinco com 53 palmos de frente e 50 de fundo em mau estado, que avaliam toda ela por 1:200\$000

um rancho coberto de palha, arruinado, que serve de cozinha com 32 palmos de frente e 22 de fundo, que avaliam por 40\$000

uma quinta com 448 pés de laranjeira que avaliam a 2 mil réis cada uma e todas por 896\$000

dez pés de pinheiro que avaliam a 3 mil réis cada um e todos por 30\$000

um cercado com duas e meia quadras quadradas tapado quase todo por árvores silvestres que avaliam por 150\$000

uma mangueira velha de madeira e de má qualidade que avaliam por 20\$000<sup>231</sup>

Além da casa de moradia, a benfeitoria mais valorizada que todas as demais somadas, e do laranjal, o cercado “quase todo tapado” foi o terceiro maior investimentos em bens de raiz, além das terras. Poderíamos concluir, a partir deste caso, revelado através do inventário de Gertrudes, que o uso de “cercas vivas” unicamente ou de forma associada à *zanja* ou ao alambrado, conforme analisa Sbarra sobre a Argentina, também teria ocorrido na Campanha rio-grandense. Porém, o inventariante teve o cuidado de adjetivar essas árvores que “tapavam” as 2,5 quadras quadradas que formavam o cercado: tratavam-se de árvores *silvestres*. Podemos supor que a família tenha tirado proveito de uma ponta de um capão formado por mato fechado, ou, ainda, aberto uma clareira para plantações no interior de um dos capões de mato existentes na Campanha. Apesar de não explicar a técnica de construção daquele cercado, o inventariante não está se referindo a “cercas vivas” ou qualquer planta da família dos cactáceos entre as citadas por Sbarra. Eram árvores silvestres.

A prática da agricultura em matos era freqüente na Campanha e também em outras regiões do Brasil, o que, na ausência de cercas, gerava conflitos entre os proprietários das plantações e os proprietários dos rebanhos, que tendiam a avançar sobre as primeiras, principalmente quando os campos sobre os quais estavam acostumados a pastar sofriam com as secas ou geadas.

---

<sup>231</sup> Inv. 496, mç 1920, Cartório Órfãos e Ausentes, 1880, Rosário do Sul. APERS. Sem grifos no original.

Paulo Pinheiro Machado percebe esses mesmos conflitos ao analisar a região de Lages, em Santa Catarina. Segundo o autor,

Muitos conflitos ocorreram entre grandes criadores e pequenos lavradores.(...) Em Lages, este conflito era mais presente nas regiões próximas a São José do Cerrito, onde havia contato em vastas áreas entre as fazendas de criação e as lavouras de pequenos sítiantes. O Conselho Municipal de Lages votou, em 1904, uma lei agrária que estabelecia como “terras de cultura” as matas situadas à margem dos “campos de criar”, até 6 quilômetros em direção ao interior, o que revelava um flagrante privilégio à pecuária.<sup>232</sup>

No caso de Gertrudes Silveira de Castro, que conciliava no seu próprio estabelecimento atividades agrícolas com a criação de gado bovino e eqüino, as plantações deveriam ser protegidas não apenas dos rebanhos alheios, mas do seu próprio. A referência à fração de campo “tapado quase todo” por árvores silvestres deixa margem para dúvidas. Por um lado, a adjetivação refuta a possibilidade de que estas árvores ou arbustos tenham sido plantadas, mas, por outro, sua extensão de 2,5 quadras quadradas (ou 217 hectares) nos faz duvidar da possibilidade de se proteger plantações do avanço de rebanhos, em um espaço tão vasto, apenas através de mato fechado. Há de se ponderar que no inventário não existe referência a ovinos, os quais, evidentemente, são os animais, entre todos os rebanhos, mais difíceis de manter afastados das plantações através de “cercas vivas”. Dada sua pequena dimensão, nem mesmo o aramado em seu uso primitivo, com poucas linhas, era um obstáculo aos ovinos. Podemos concluir, portanto, da análise do inventário de Gertrudes, que no seu estabelecimento foram utilizadas árvores para cercar um espaço de pouco mais de 200 hectares, utilizados para atividades agrícolas. Porém, não podemos afirmar de que forma este obstáculo fora construído. De qualquer forma, podemos afirmar, com segurança, que a utilização de “cercas vivas” não ocorrera na Campanha na forma como Sbarra pôde demonstrar que ocorreu na

---

<sup>232</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 75.

Argentina. A única referência encontrada é o caso que acabamos de analisar e, como podemos perceber, deixa muitas dúvidas.

Thereza Joaquina de Jesus, falecida em 1834, nos deixa um caso mais complexo a ser analisado<sup>233</sup>. Legara três frações de campo a seus herdeiros. A maior delas, “uma sesmaria de campo na fazenda denominada Durasnal, com quatro mil e quinhentas braças de cerca de pedra entrando os currais”<sup>234</sup>. Neste caso, campos, cercas e currais são avaliadas conjuntamente, consideradas como um só bem por quem os descreveu e avaliou. A extensão da cerca de pedra é feita em braças, e o inventariante tem o cuidado de deixar claro que nela estão incluídos os currais, ou seja, as 4.500 braças de cerca incluem o perímetro de todos os currais existentes no estabelecimento. Porque afirmamos que Thereza nos legara um caso complexo? Por que, diferente dos já citados, a cerca de pedra descrita pode refutar a hipótese que estamos defendendo, de que o cercamento para fins de delimitação de propriedade é um advento das décadas finais do século XIX na Campanha rio-grandense. Afinal, 4.500 braças de cerca equivalem a 9.900 metros, uma extensão nada desprezível e, como a própria descrição deixa claro, inclui os currais, não se restringindo a eles. Eram necessários currais e mangueiras para um rebanho de mais de 5.000 cabeças de bovinos, eqüinos, ovinos e muares, além de cercados para as plantações, já que ali se praticava, sem dúvida a agricultura. Apesar do inventariante não fazer alusão nenhuma a valos, cercas ou cercados para as plantações, isso era necessário em um estabelecimento que contava com 9 enxadas, 4 machados, 2 pás e, pelo menos, um escravo dedicado principalmente à agricultura: Joaquim, 30 anos, roceiro. A realização da agricultura paralelamente à pecuária nos permite supor que além de currais, parte da extensão da cerca de pedra descrita cumpria a função de cercamento das plantações. Isso, além de comprovar omissões na declaração do

---

<sup>233</sup> Inv. 46, mç 3, Cartório da Provedoria, 1835, Alegrete. APERS.

<sup>234</sup> Esta prática, comum na década de 1830, dificilmente é percebida nas últimas décadas do Império. Na medida em que o processo de mercantilização da terra avança e esta passa a ser percebida como uma mercadoria como as demais que compõem o patrimônio produtivo de um estabelecimento rural, a avaliação dos campos em separado torna-se a regra. Dificilmente na década de 1880 encontraremos em um inventário a avaliação de “um estabelecimento de criação” simplesmente, onde pressupõe-se que estejam incluídas todas as benfeitorias necessárias. Nesse momento a informação do “campo alambrado” aparece da mesma forma que “campo de qualidade” ou “com excelentes pastagens”, ou seja, para justificar uma valorização diferenciada.

inventariante e reforçar o argumento da prática da agricultura na Campanha, pouco nos ajuda a explicar os 9.900 metros de cerca de pedra existentes do estabelecimento. Havia currais e também plantações que deviam estar cercadas, mas e a extensão excedente, que função cumpria naquele estabelecimento? Investiguemos.

A área de terra declarada é uma sesmaria, que legalmente deveria ser composta por três léguas quadradas, ou seja, 13.068 hectares. Sabemos que nem sempre esse limite foi respeitado<sup>235</sup> e que havia a possibilidade de expansão de domínios sobre terras devolutas ou alheias, além da grande margem de imprecisão na declaração de áreas de campo no período. Porém, supondo que o limite tenha sido considerado pela família de Thereza Joaquina e que a sesmaria declarada possuísse uma área equivalente a 13.068 hectares, sendo assim o estabelecimento descrito possuía um perímetro de, aproximadamente 55.800 metros. Assim, a extensão da cerca declarada não era, realmente, irrisória para aquele estabelecimento, mesmo considerados os currais e cercados para plantações. Como esgotamos as possibilidades de explicação através dos dados revelados pelos inventários post-mortem, decidimos buscar no Registro Paroquial de Terras algum indício que pudesse nos ajudar a esclarecer essa questão.

Os Registros Paroquiais, como já discutimos em trabalho anterior<sup>236</sup>, apesar de não se mostrarem enquanto fonte adequada para a investigação da estrutura agrária de uma região, ao contrário do que defendeu e ainda defende parte da historiografia, é uma fonte riquíssima para a investigação de questões relativas ao reconhecimento ou não entre confinantes. A busca dos registros paroquiais dos herdeiros de Thereza Joaquina e/ou seus confinantes tinha um objetivo principal: procurar aquela cerca de pedra descrita em seu inventário

---

<sup>235</sup> Sobre essa questão ver: *Senhores de terra e intrusos: os conflitos agrários no Rio Grande do Sul Oitocentista*. In: GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado (mimeo), p.101-177; MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil em meados do século XIX*. Campinas: UNICAMP, 1996. Tese de Doutorado (mimeo); OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990. Dissertação de Mestrado (mimeo).

<sup>236</sup> Ver: "A Lei de Terras e sua realização", In: GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado (mimeo), p. 68-100.

para tentar perceber se a mesma cumpria a função de delimitação de propriedade. Vamos aos resultados desta busca.

Em 1856 o Tenente João Candido Goularte<sup>237</sup> declarou, através de seu procurador, “dois quinhões de campo ainda indivisos” que “lhe tocaram por falecimento de seus sogros Agostinho Dornellas de Souza e D. Esmilinda Soares de Menezes<sup>238</sup>, na sesmaria denominada Durasnal”. Além desses dados, o declarante também informa que a sesmaria localiza-se nas imediações da Vila de Alegrete e dá suas confrontações: ao Norte com uma vertente denominada Capivari e se lança no Ibirapuitã, ao Sul outra vertente que também se lança no Ibirapuitã, a Leste com o Rio Ibirapuitã e a Oeste com a as cabeceiras da referida vertente.

No mesmo dia João Vieira da Silva<sup>239</sup> compareceu frente ao vigário para declarar um quinhão de campo no valor de 100\$000 réis, adquirido através de uma compra feita de um herdeiro dos mesmos Agostinho Dornellas de Souza e D. Esmilinda Soares de Menezes. Em sua declaração as divisas do campo declaradas coincidem com as do Tenente João Candido Goularte, porém nos dá um indício muito interessante:

Na sesmaria denominada Durasnal, nas imediações desta vila, cuja sesmaria tem os seguintes limites: ao Norte com uma vertente denominada Capivari e se lança no Ibirapuitã, a Leste o Ibirapuitã e a Oeste as cabeceiras da mesma vertente.<sup>240</sup>

O declarante não deixa margem para dúvidas: os limites declarados em seu registro, que coincidem com o anterior, não são os de seu quinhão, mas da Sesmaria do Durasnal, aquela legada por Thereza Joaquina em seu inventário em 1835. E ele explica porque os limites são da sesmaria: porque trata-se de “um quinhão de campo ainda indiviso”. Como João Vieira da Silva comprara os

---

<sup>237</sup> Registro Paroquial de Terras nº 263, 31/jul de 1856, Alegrete. APERS.

<sup>238</sup> Após o falecimento de Thereza Joaquina o seu viúvo, Agostinho Dornellas de Souza, casou-se com Dona Esmilinda Soares de Menezes. Ambos faleceram entre 1835 e 1854.

<sup>239</sup> Registro Paroquial de Terras nº 270, 31/jul/1856, Alegrete. APERS.

<sup>240</sup> Sem grifos no original.

direitos sucessórios sobre uma fração da sesmaria do Durasnal e seu quinhão permanecia indiviso, não poderia declarar seus limites. Declarou os limites conhecidos e reconhecidos da própria sesmaria. E, como vimos, até agora, a cerca de pedra ainda não apareceu. Mas há outros Registros Paroquiais.

O tutor de Evaristo e Maria do Carmo, também decidiu cumprir as determinações legais e declarar os campos de seus tutelados<sup>241</sup> aos Registros Paroquiais. Declarou “quatro quinhões de campo ainda indivisos que aos mesmo tocou por falecimento de seus pais Agostinho Dornellas de Souza e D. Esmilinda Soares de Menezes”, com exatamente as mesmas confrontações dos “dois quinhões ainda indivisos” declarados pelo Tenente João Candido Goularte<sup>242</sup>.

Estas eram, portanto, as marcas divisórias reconhecidas pelos herdeiros daquela sesmaria. A cerca de pedra descrita no inventário de Thereza Joaquina não é referida como limite entre a sesmaria e seus confinantes. Agostinho Dornellas, seu viúvo, gozava de muito prestígio naquela sociedade, que os seus herdeiros consideravam como fronteira de sua propriedade convergia com a concepção de muitos de seus vizinhos. Os limites de seus campos foram reconhecidos por dez diferentes declarantes aos Registros Paroquiais<sup>243</sup>. E, mais uma vez, não há em nenhum caso, referência à cerca de pedra. Esta, portanto, não localizava-se no perímetro da sesmaria. Esta área, segundo os Registros Paroquiais, era contornada por limites naturais, os rios e vertentes descritos. Porém, era muito extensa e, provavelmente, em algum momento fora necessário “fechar” uma área através de uma cerca de pedra a fim de evitar a dispersão do gado para rincões muito distantes dos espaços de manejo ali existentes e descritos, os currais.

---

<sup>241</sup> Filhos do segundo casamento de Agostinho Dornellas de Souza.

<sup>242</sup> Descrição das confrontações: “ao Norte uma vertente denominada Capivari e se lança no Ibirapuitã, ao Sul outra vertente que também se lança no Ibirapuitã, a Leste o mesmo Ibirapuitã e a Oeste com a as cabeceiras das referidas vertentes.” Registro Paroquial de Terras nº 264, Alegrete. APERS.

<sup>243</sup> Registros Paroquiais de Terras nº 164, 178, 200, 217, 223, 11, 28, 56, 125, 136, Alegrete. APERS.

O costeio do gado era necessário, pois era através das tarefas de costeio ou *aquerenciamento*<sup>244</sup> que se dava a domesticação dos animais. Esta agregava valor ao rebanho, como podemos perceber pela diferença de preço entre as “reses xucras” e as “reses mansas”, nos inventários da década de 1830 e também das décadas de 1870 e 1880. A construção de cercas, além de mangueiras e currais, era necessária para evitar a dispersão dos rebanhos e também para o trabalho de domesticação dos mesmos, que deveria ser constante. Arlene Foletto, ao investigar a paisagem agrária da Paróquia de Itaqui, localizada entre a Campanha e as Missões, também na Província do Rio Grande, reflete sobre a questão da domesticação dos animais na região por ela investigada:

Cabe concentrar a reflexão na proporção de “reses mansas” e “reses xucras” do rebanho: como se explica que, na segunda metade dos oitocentos, o gado xucro seja mais de seis vezes maior que o manso? Sabe-se que o gado, para se tornar manso, dispensa uma certa quantidade de trabalho, o qual era recompensado, pois as reses mansas possuem um valor maior que as demais. Pode-se perceber que o padrão continua sendo o mesmo do período colonial estudado por Helen Osório, no qual o gado xucro compunha praticamente a metade do rebanho, até 1825 (fim do período estudado pela autora).<sup>245</sup>

---

<sup>244</sup> “**querência:** *sf.* ‘lugar ou paradeiro onde o gado habitualmente pasta, ou onde foi criado’ local de nascimento ou residência de uma pessoa’ ‘pago, fogão’ 1881. Do esp. plat. *querença*; v. QUERER|| Aquerenciado 1899 || Aquerenciador XX || Aquerenciar *vb.* ‘acostumar o animar a determinado lugar que não o de seu pouso habitual ou de seu nascimento, a determinada campanha’ 1881”. CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

<sup>245</sup> FOLETTO, Arlene Guimarães. Dos campos junto ao Uruguai aos matos em cima da serra: a paisagem agrária na Paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889). Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação de Mestrado (mimeo), p. 116-117.

Em Itaqui, portanto, município muito próximo à região aqui estudada, a autora encontra uma grande proporção de gado xucro<sup>246</sup> na segunda metade do século XIX<sup>247</sup>. Rebanho que exigia costeio e, para isso, benfeitorias adequadas. Também em Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí a descrição de gado xucro nos inventários das últimas décadas do período imperial é recorrente e sua proporção no rebanho é representativa. Assim, também podemos concluir que nestes três municípios, às vésperas da Primeira República, as práticas de manejo do gado ainda traziam muitos traços do período colonial, investigado por Helen Osório:

A diferença de preço entre o gado xucro e o manso, ou tambeiro, expressa os custos da domesticação, e o valor do trabalho incorporado ao preço final do animal domesticado. As reses mansas custavam, no mínimo, 23% a mais que o gado xucro. Encontramos esta diferenciação desde a década de 1750.<sup>248</sup>

A domesticação era uma tarefa a ser repetida cotidianamente. Aquerenciava-se o gado. Na ausência de barreiras naturais nos lugares necessários, a construção de barreiras artificiais para facilitar essa prática era

---

<sup>246</sup> “**Xucro**: adj. ‘orig. diz-se do animal de sela ainda não domesticado’ (...) | 1899, chucro 1899 | Do Hisp. – americ. chúcaro ‘arisco’, de origem incerta, talvez do quíchua cúkru ‘duro’”. CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994; “**Xucro**: [do quíchua *chucru*, ‘duro’, atr. do esp. plat. chúcaro. Adj. 1. Bras., MG e S. Diz-se do animal de sela ainda não domesticado: ‘Não havia garrote que ele não quisesse esperar na ponta da vara, nem cavalo xucro de que ele não quisesse atirar a nica.’ (Afonso Arinos, *Pelo Sertão*, 163); ‘somente nas volteadas se apanhava a gadaria xucra’ (J. Simões Lopes Neto, *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*, p. 329)”. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

<sup>247</sup> A autora investiga o período de 1850 a 1889.

<sup>248</sup> OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: UFF, 1999. Tese de Doutorado (mimeo), p. 123 -124.

uma prioridade. Sobre as práticas de domesticação do rebanho, explica Helen Osório,

A principal atividade para a domesticação dos rebanhos era, pois, o rodeio. Consistia na reunião do gado disperso, feita por capatazes e peões a cavalo. Na sua falta, o gado “se faz cada vez mais rebelde”, separa-se do próprio pasto e interna-se por restingas, capões e matos cerrados. Mas só a realização de sucessivos rodeios não era suficiente para amansar o gado; se não fosse sujeito aos currais, o que poucos estancieiros faziam, “*facilmente torna outra vez a desgarrar-se, e a embrenhar-se por sítios impraticáveis aonde se perde*”, tornando-se “*cheio de ferocidade*”.<sup>249</sup> Durante os rodeios marcam-se os animais com as marcas de seu proprietário e procede-se à castração dos animais de dois anos.<sup>250</sup>

Para criar gado era necessário currais, mangueiras e cercas, assim como para manter plantações era necessário cercá-las. A cerca, portanto, não nasceu com o processo de cercamento dos campos nas décadas finais do século XIX: já fazia parte da paisagem pampeana. Antes que as mudanças na estrutura agrária daquela região exigissem que se cercasse a propriedade, cercou-se a produção, a fim de viabilizá-la. A partir do momento que a cerca passou a cumprir a função de cercar a propriedade na Campanha rio-grandense, não deixou, evidentemente, de ser utilizada para cercar a produção. Não tratam-se de funções que se sucederam cronologicamente. A partir de um certo momento a cerca passa a adquirir uma nova função, a ser agregada às demais já conhecidas pelos produtores rurais: cercar a propriedade com precisão. Um novo material será introduzido e também novas técnicas de construção. A cerca, a partir deste momento, deve delimitar precisamente onde começa e onde termina o domínio de um produtor e seus confinantes. Em uma sociedade onde a terra fora, há décadas, legada

---

<sup>249</sup> Os grifos são do original e correspondem à seguinte referência bibliográfica da autora: “Regulamento para a criação e conservação dos Animais nas fazendas de Sua Majestade”, anexo ao Relatório de Luiz de Vasconcelos e Souza a Martinho de Mello e Castro, de 2/10/1784. AHU, RG, cx. 4, doc. 22.

<sup>250</sup> OSÓRIO, Helen. Estancieiros, Lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói: UFF, 1999. Tese de Doutorado (mimeo), p. 118 -119.

imprecisamente, era chegada a hora do ajuste e acerto de contas. Famílias de agregados e posseiros que cumpriam a função de “fronteira viva” em locais onde não havia barreiras naturais para evitar a dispersão dos rebanhos do proprietário da terra, os chamados *posteiros*, tornar-se-ão desnecessários ao dono do estabelecimento após o advento do aramado.

Esse processo começa a dar seus primeiros sinais de movimento em meados da década de 1870. Os campos começam a ser cercados na Campanha rio-grandense. Desta vez não mais para viabilizar a agricultura e a pecuária, não se trata mais de cercar a produção, mas de cercar a propriedade. Traremos agora do advento do aramado e suas conflituosas conseqüências para a sociedade da Campanha rio-grandense oitocentista.

### 3.2 Cercar a propriedade

*La pampa se alambraba*<sup>251</sup>

A cerca, portanto, não era um elemento estranho à paisagem da Campanha. Muito antes que o cercamento dos campos, motivado pelo processo de mercantilização da terra, começasse a dar seus primeiros passos, na década de 1870, o uso da cerca era largamente difundido entre os produtores rurais da Campanha. Como dissemos, agrega-se à cerca mais uma função, sem que a mesma deixe de prestar o papel desempenhado até então. De benfeitoria necessária para proteger as plantações do avanço dos animais,

---

<sup>251</sup> SBARRA, Noel H. *Historia del alambrado en la Argentina*. Buenos Aires: Letemendia Casa Editora, 2008, p. 74.

assim como fundamental no manejo do rebanho, agora a cerca passa a assumir uma nova função: delimitar as propriedades.

Até o advento do aramado, as divisas entre as propriedades rurais, em uma região onde a pecuária era a atividade esmagadoramente predominante, eram os limites naturais, que eram declarados nas cartas de sesmaria, escrituras de compra e venda e também nos inventários. Sangas, rios ou banhados serviam de referência para a delimitação das fronteiras entre os estabelecimentos de criação, servindo igualmente para manter os rebanhos dentro dos limites das fazendas. Na ausência de uma sanga, um *posteiro* poderia ser colocado no limite de uma estância, na situação de agregado, a fim de manter o gado *aquerenciado* no campo e evitar que o mesmo se extraviasse em corredores públicos ou se misturasse com rebanhos alheios.

O alambramento dos campos será, portanto, duplamente transformador da estrutura agrária da região: em primeiro lugar, por exigir que um limite milimetricamente preciso seja definido como a divisa entre duas propriedades. Marcos de pedra, apesar de raros, já existiam antes do aramado. No entanto, estes marcos, apesar de definirem que a linha reta entre dois deles era a divisa correta entre dois estabelecimentos agropecuários, não eram capazes de manter os rebanhos dentro de cada estância, a não ser que um ou mais *posteiros* cumprissem este papel. Aqui entra a segunda transformação profunda imposta pelo aramado: este irá descartar uma ampla camada da população que orbitava em torno dos grandes estabelecimentos, e tinha seus ranchos, lavouras e pequenos rebanhos tolerados em terra alheia, em troca de cumprir as atividades no *posto*, além de suprir sazonalmente a necessidade de mão-de-obra nos momentos de pico da atividade pecuária, como as marcações e castrações, por exemplo.

Noel Sbarra, ao tratar da gênese do alambramento na Argentina, aborda brevemente a questão dos conflitos desencadeados por este elemento novo: o aramado. Tratar destes conflitos não é o objetivo de sua obra e, talvez por isso, o autor não tenha percebido nada além de protestos e resistências acerca dos obstáculos criados pelos alambrados aos caminhos e estradas até então de uso comum na zona rural.

Y fue necesario dictar reglamentaciones destinadas a evitar abusos de los propietarios, que ora cerraban caminos para incorporarlos a sus campos, ora los estrechaban avanzando descomedidamente los alambrados, de donde resultaban notables prejuicios para el tránsito público.<sup>252</sup>

Na Campanha rio-grandense este certamente foi um dos motivos de queixas, mas os conflitos que percebemos vão muito além dos obstáculos às práticas costumeiras de livre trânsito em campos pampeanos. Como sabemos a madeira não é abundante no pampa e a Campanha depende dos capões de mato e das árvores silvestres na beira de sangas, arroios e rios para extração deste material. Todos estes serviam, até o advento do aramado, como limites “porosos” entre as propriedades. Vizinhos reconheciam que sua propriedade limitava-se pelo “capão de matos”. Logo, ele não era incorporado a nenhuma das duas propriedades. Sendo assim, dali era possível extrair a madeira necessária para consumo diário das famílias, bem como para a construção de benfeitorias, como as mangueiras. Com a introdução do aramado temos dois elementos complicadores em relação aos capões de matos.

O primeiro é a demanda diferenciada de madeiras que a construção das cercas de arame exigiu. Como, inicialmente, o custo do arame era elevado, uma forma de reduzir a despesa com o cercamento dos campos era diminuir o número de fios e compensar a fragilidade da cerca com uma maior quantidade de moirões de madeira. Assim, foi necessário, de uma hora para outra, uma grande quantidade de madeiras. Sbarra, ao tratar do alambramento na Argentina, afirmam que no início este estava reservado para poucos, devido ao seu custo muito elevado: “(...) los estancieros ricos – como dice Senillosa – son los únicos que, dado el costo del material, podían emprender la empresa de cercar con alambre”<sup>253</sup>

---

<sup>252</sup> SBARRA, Noel H. *Historia del alambrado en la Argentina*. Buenos Aires: Letemendia Casa Editora, 2008, p. 74.

<sup>253</sup> SBARRA, Noel H. *Historia del alambrado en la Argentina*. Buenos Aires: Letemendia Casa Editora, 2008, p. 66.

Logo, inicialmente foram os grandes proprietários que demandaram uma grande quantidade de madeiras para a construção de seus alambrados e podemos supor que sua tolerância em relação à prática costumeira da extração de madeiras pelas famílias pobres da Campanha em matos de seu domínio tenha reduzido-se consideravelmente frente às suas próprias necessidades de moirões para levantamento de suas cercas de arame. Queixas sobre corte de madeiras “em campos alheios” e “sem permissão do proprietário” passam a ser comuns nas Ações Possessórias das décadas de 1870 e 1880.

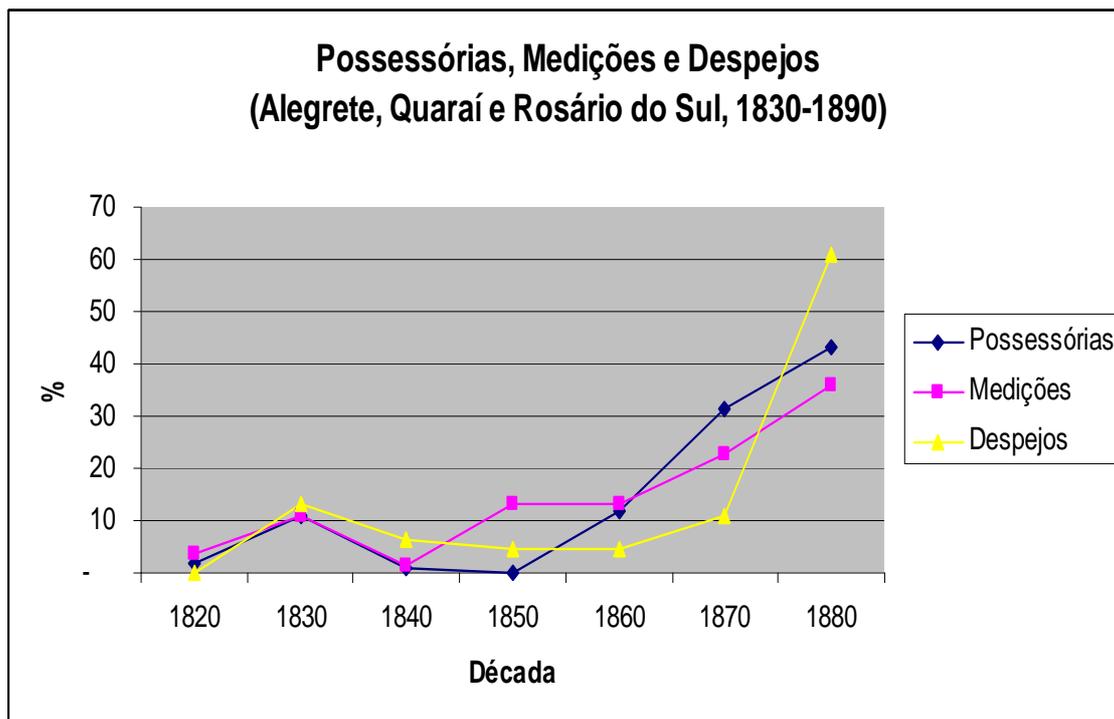
O segundo grande motivo de conflitos desencadeados por disputas em torno de capões de mato refere-se ao seu antigo uso como limite entre propriedades frente à nova exigência de uma delimitação precisa entre os estabelecimentos. Um capão pode ter diversas larguras e extensões, sua área é impossível de ser deduzida pelo significado da palavra. Pode ser um pequeno arvoredo, mas pode ser uma grande extensão de matos, de vários hectares. Esses capões de mato, como podemos perceber através das confrontações de campo descritas nos Registros Paroquiais de Terra, Inventários post-mortem, Processos de Despejo, Ações Possessórias e Medições, foram tão usados como limites entre as propriedades quanto os rios. No período anterior ao alambrado, os limites naturais, como sabemos, cumpriam a função de delimitação, quando informada e de forma imprecisa, entre os estabelecimentos rurais. Bem, no momento em que um produtor rural decide alambar o perímetro de seus campos, não necessariamente seus vizinhos também estejam prontos ou desejem fazer o mesmo. A necessidade de delimitação precisa da propriedade não é um impacto estrutural que pesa sobre agentes passivos que o recebem de forma homogênea e em um mesmo momento. Prova disso é que co-herdeiros levam suas discordâncias para serem mediadas pelo Estado, quando um deles deseja cercar seu quinhão e os demais, que até então mantiveram os campos da herança indivisos, resistem àquela imposição de um membro interno à parentela. Assim, um capão de mato, além de no contexto do cercamento dos campos passar a ser algo extremamente valorizado, é um limite muito impreciso. No momento que um dos confinantes que até então reconhecia, consensualmente, assim como seus lindeiros, naquele capão um dos limites de seu estabelecimento, decide

alambrar os seus campos, há de se decidir o local onde encravar os moirões para a cerca de arame. O consenso existente até então, repousava sobre aquela extensa faixa de matos, usufruídos por todos. Agora era chegada a hora de estabelecer o limite preciso, a linha reta, o arame no lugar do capão de matos. A valiosa madeira será incorporada ao estabelecimento alambrado? Quando isso aconteceu, os confinantes, inconformados, recorreram à justiça. A cerca dividirá o capão em dois? Talvez isso não seja suficiente para manter o consenso, caso algum dos confinantes sinta-se prejudicado em seu direito de propriedade. Enfim, um capão de matos é um espaço potencialmente desencadeador de conflitos fundiários no contexto do cercamento dos campos na Campanha. Mas as disputas não se restringem aos matos.

Como vimos do capítulo 1, a imprecisão era legada juntamente com os campos. Os filhos a recebiam em legítima materna ou paterna. Campos eram legados apenas em valor ou com confrontações absolutamente vagas, como “com fundos até onde der” em plena década de 1880. Esta imprecisão, como já discutimos, muitas vezes trazia em si uma estratégia de expansão sobre terras devolutas e alheias. E mesmo quando não trouxe, pôde ser usada para este fim por seus legatários. Nesse palco armado pelo legado de décadas de imprecisão, o conflito era latente e explosivos foram as últimas décadas do século XIX em termos de conflitos fundiários, como podemos perceber pelo gráfico a seguir.

### **Gráfico 18**

#### **Distribuição (%) dos Processos Judiciais na Campanha (1820-1890)**



Fonte: Ações Possessórias, Medições e Processos de Despejo. Alegrete, Quaraí e Rosário do Sul, 1830-1890. *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*

Ao analisarmos a quantidade de processos judiciais (Medições, Ações Possessórias e Processos de Despejo) produzidos e conservados no APERS, referentes ao período de 1820 a 1890 podemos inferir o vertiginoso aumento de conflitos fundiários no período que coincide com o início do cercamento dos campos na Campanha. Percebe-se que as medições multiplicam-se a partir de meados do século XIX e que sofrem um vertiginoso aumento a partir de meados da década de 1860, mas a maior parte delas refere-se ao período de 1870 a 1890. O mesmo fenômeno repete-se com as possessórias, ações através das quais são discutidas questões como as citadas acima, a respeito da extração de madeiras em campos alheios ou, ainda, da discordância de confinantes sobre o lugar do levantamento de uma cerca de arame por um produtor rural. E, por último, o aspecto mais revelador deste gráfico: o aumento vertiginoso de despejos entre 1870 e 1890. O despejo é um processo sumário. O autor solicita a desocupação do campo em um período muito pequeno, numa questão de dias. E o réu deve desocupar rapidamente ou apresentar defesa.

Cabe ao réu comprovar seus direitos de propriedade, pelo menos na Comarca de Alegrete, onde raramente um autor apresentou título de propriedade em um processo judicial desta natureza. Apresentava-se, simplesmente, como “senhor e possuidor” de um campo e solicitava o despejo de alguém ou de uma família. Mas, nos questionemos: como explicar tantos despejos entre 1870 e 1890?

Aqui é necessário retomarmos a reflexão realizada neste capítulo, sobre “Cercar a produção”. Em uma estrutura fundiária de campos abertos, os acidentes naturais são insuficientes para manter os rebanhos nos estabelecimentos aos quais pertencem. É necessária a repetida tarefa de *aquerenciar* o gado, domesticá-lo, mantendo-o nos campos de origem, próximo às aguadas e pastagens, evitando assim que se disperse, misturando-se ao rebanho alheio, o que acarretaria perda do capital investido por parte do proprietário. Assim, era necessário “fechar” o campo em partes do perímetro onde não houvessem rios ou arroios que pudessem cumprir esta função. Em alguns estabelecimentos os proprietários construíram barreiras artificiais, “rincões” de pedra, as sólidas cercas que facilitavam as tarefas de manejo do gado. No entanto, estas, pelo que podemos inferir através das fontes analisadas, eram muito menos freqüentes do que os *postos*. No perímetro aberto dos estabelecimentos rurais era necessário o estabelecimento de *posteiros*, trabalhadores responsáveis pelo *aquerenciamento* do gado. Uma camada significativa da população rural da Campanha rio-grandense garantiu sua sobrevivência em terras alheias cumprindo a função de “fronteira viva” nos grandes estabelecimentos agropecuários.

João Baptista de Castilho, possuidor da segunda maior fortuna da década de 1830 no município de Alegrete, legara, em 1834, nada menos do que 3 sesmarias de campo a seus herdeiros, o equivalente a 39.204 hectares. Evidentemente manter o domínio sobre uma área de terra tão extensa não era algo a ser feito sem questionamentos por parte dos outros membros daquela sociedade. Eis que reencontramos os campos do finado João Baptista de Castilho em 1868, tendo seus limites questionados por Francisco de Souza Campos que, não satisfeito com a decisão do poder judiciário local, encaminhara uma Apelação Cível para a Corte de Apelação no Rio de

Janeiro<sup>254</sup>. O poder local de João Baptista de Castilho e seus herdeiros era tão grande quanto a dimensão de seus campos. O território que daria origem à Vila e posteriormente à Cidade de Quaraí fora doada por eles. O nome original daquele pequeno povoado foi, em sua homenagem, “São João Baptista de Quaraim”. Uma referência ao proprietário das terras onde localizava-se e ao Rio Quaraim, denominação original do rio que margeava a pequena vila. Podemos supor que o poder judiciário local dificilmente prejudicaria os filhos do grande benfeitor do povoado. Talvez por isso Francisco Souza Campos tenha decidido apelar a instâncias superiores, tratando-se de uma discordância com os poderosos “de Castilho”. Mas, independente de suas motivações e das malhas de poder local, devido a este conflito nos foi dado conhecer a planta do estabelecimento do finado João Baptista de Castilho, elaborada em 1864 pelo agrimensor F. A. Grivot:

### **Mapa 3**

#### **“Planta do estabelecimento de João Baptista de Castilho” (1864)**

**com área do mapa 4 em destaque**

---

<sup>254</sup> Apelação Cível nº 3227, cx. 1718, gal. A, 1868, Alegrete. Corte de Apelação. Arquivo Nacional.



Fonte: Apelação Cível nº 3227, cx. 1718, gal. A, 1868, Alegrete. Corte de Apelação. AN.

Nesta prova apresentado pela defesa, um detalhe que o minucioso Grivot registrara em seu mapa aquarelado: no perímetro da estância havia cinco *postos*, distribuídos estrategicamente. Três deles localizados em uma das

“pontas” do campo onde os limites naturais eram mais escassos, como podemos perceber no mapa 4.

**Mapa 4**

Detalhe da “Planta do estabelecimento de João Baptista de Castilho” com os postos assinalados (1864)



Fonte: Apelação Cível nº 3227, cx. 1718, gal. A, 1868, Alegrete. Corte de Apelação. AN.

O estabelecimento dos de Castilho necessitava de *posteiros*, apesar de ser extremamente favorecido por limites naturais, como podemos observar através do mapa 3. A oeste o campo era todo “fechado” pelo Rio Quaraí, com o qual fazia divisa com o Estado Oriental do Uruguai. Já ao norte e boa parte do

nordeste possuía a barreira do Rio Quaraí Mirim. Todas as áreas aquareladas representam os matos que costeiam estes rios ou, quando no interior do estabelecimento, quando em linha referem-se ao arvoredos na beira de sangas ou em “pontos” a capões de mato. No mapa 4 é possível visualizar o “Capão do Guavijú”, bem como o arvoredos que margeia quatro sangas. O estabelecimento, portanto, em seu perímetro e interior, era repleto de acidentes naturais que facilitavam o manejo e retenção dos rebanhos nos limites da propriedade. Podemos supor, a partir disso, que a necessidade de *postos* em estabelecimentos menos privilegiados que o de João Baptista de Castilhos tenha sido, no geral, muito maior. Não podemos esquecer que trata-se da segunda maior fortuna inventariada na década de 1830, de um possuidor de nada menos do que 3 sesmarias de campo. Mesmo assim, naquele estabelecimento repleto de rios, arroios e sangas, foram necessários, pelo menos, cinco *postos*, além das moradas dos herdeiros, estabelecidos naqueles campos ainda indivisos em meados da década de 1860.

Essas cinco famílias, que até então cumpriam, entre outras, a tarefa de *aquerenciar* o rebanho dos proprietários daquelas terras no interior do estabelecimento, com a introdução do alambrado, não seriam mais necessárias. E talvez aqui encontramos a chave de explicação para o vertiginoso aumento dos conflitos fundiários que geraram processos de despejo no período de 1870 a 1890. Essa camada da população, que vivera de forma relativamente autônoma nos limites das grandes propriedades, praticando a agricultura e a pecuária em terras alheias em troca da prestação de serviços ao proprietário dos campos, não seria mais tolerada da mesma forma. Porque mantê-los ali? O arame cumpria o mesmo papel.

O processo de mercantilização da terra, que se manifestava através do cercamento dos campos, alterava a forma como esta era encarada enquanto propriedade. Ainda não possuía o caráter privado, pleno e individual tal qual a conhecemos hoje, nem este era o fim tautologicamente necessário. Mas as engrenagens do processo estavam em movimento e era necessário àqueles agentes sociais, proprietários e não proprietários de terra, estabelecerem estratégias frente à nova conjuntura que se colocava.

Recapitemos a questão da proporção de produtores rurais “sem-terra” ao longo do período imperial, que reduz-se gradativamente. Não estamos aqui propondo que tratam-se todos de *posteiros*, longe disso: não temos evidências empíricas para isso. Mas podemos supor sim que entre estes produtores rurais que puderam legar rebanhos e instrumentos agrícolas sem legar terras estavam alguns *posteiros*. Infelizmente o inventário *post-mortem* não é uma fonte privilegiada para fins de investigação de categorias sócio-profissionais, então não podemos avançar além de suposições. Mas não há também nenhuma evidência que refute a hipótese de que alguns *posteiros* estejam incluídos entre os produtores rurais “sem-terras” que tiveram suas possibilidades de reprodução social gradativamente reduzidas na medida em que o processo de cercamento dos campos tomou fôlego.

A redução da proporção de produtores rurais “sem-terras”, o aumento vertiginoso das camadas mais empobrecidas da população, daqueles que não possuíam nenhuma cabeça de gado sequer, ou que possuíam rebanhos exíguos, são fenômenos que acontecem paralelamente ao cercamento dos campos. A introdução do aramado não trouxe apenas a modernização para o mundo rural, como alardeavam os precursores do Ruralismo. Trouxe pobreza, conflitos, violência física e simbólica, gerou inúmero despejos de famílias pobres. Cercou-se a propriedade e o custo disso foi a expropriação de centenas de famílias que há décadas estavam estabelecidas em terras que consideram suas por direito.

A paz nos campos só existe quando os ranchos da pobreza rural transformam-se em taperas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A idealização de uma Campanha rio-grandense monolítica, formada apenas por grandes estancieiros e escassos peões, persiste até hoje, desconsiderando a existência de uma pobreza rural que compunha a maioria daquela sociedade. A afirmação e reafirmação da existência da pobreza rural na Campanha, realizada ao longo deste trabalho, se justifica pela necessidade de se contrapor a um discurso profundamente arraigado que se reflete na historiografia e por ela, muitas vezes, é alimentado.

Os ricos estancieiros, durante muito tempo, foram os sujeitos privilegiados para retratar toda a sociedade da Campanha rio-grandense. No entanto, como pudemos demonstrar a partir da análise das fontes consultadas, uma sociedade constituída por produtores rurais possuidores de rebanhos e campos das mais diversas dimensões perdurou ao longo de todo o período analisado. Possuidores estes que conviviam lado-a-lado com produtores rurais “sem-terra” e também com aqueles que não possuíam nenhuma cabeça de gado sequer, assim como com boa parte daquela sociedade que não nos foi dado conhecer por não possuírem nada além de sua força de trabalho: não deixaram inventários *post-mortem*.

Os escravos da década de 1870 foram alforriados em massa na primeira metade da década seguinte, na maioria das vezes através de manumissões com cláusula condicional à prestação de serviços. Libertos, alguns puderam estabelecer-se em pequenas frações de terra, como Victoria. Mas muitos permaneceram trabalhando para seus antigos senhores até os anos finais da década de 1880, pelo que é possível verificar a partir do alto índice de libertação de escravos através de cartas de alforrias com cláusula condicional à prestação de serviços. Esta foi a mais recorrente estratégia senhorial, apesar de nem sempre exitosa, de manter aquela mão-de-obra nos estabelecimentos rurais de origem às vésperas da abolição. Ao variar a escala de observação nos aproximamos de uma família escrava que enfrentou as tensões daquele período de transição: Victória, já liberta, e seus seis filhos. Entre eles, Victorino, um dos raros escravos campeiros arrolados nos inventários *post-mortem* da década de 1880.

A terra, o mais valioso entre os bens de produção, era responsável pela maior parte do patrimônio produtivo dos estabelecimentos rurais da Campanha

rio-grandense ao longo do período estudado. Além dela, entre os bens de raiz descritos e avaliados, encontramos as não menos importantes benfeitorias: casas de moradia que podiam ser pequenos ranchos cobertos de capim ou casas mais sólidas, forradas e assoalhadas, mangueiras e poteiros para o manejo do gado, cercados e valos para as plantações, arvoredos, geralmente de frutíferas como os tão comuns pessegueiros e laranjeiras da Campanha. Também os galpões e as mais escassas, porém não ausentes atafonas e, a partir de meados da década de 1870 também o alambrado ou cerca de arame. O registro dessas benfeitorias, nos inventários, reforça a imagem de um mundo rural repleto de diversidade. Não apenas social, como podemos perceber pelo contraste entre a descrição das casas habitadas pelos que pouco tinham a legar e a dos que milhares de cabeças de gado deixavam para seus herdeiros, mas também em relação às atividades produtivas. Uma Campanha onde a pecuária não reina absoluta salta aos olhos: eram plantações, cercados, valos e atafonas compondo aquela paisagem rural.

Os campos sobre os quais estabeleceram-se os produtores rurais da Campanha rio-grandense nas duas últimas décadas do período imperial nem sempre eram próprios. Portanto, a exclusão fundiária do homem do campo não é uma novidade do século XX. Desde o início do período imperial, pelo menos, como pudemos demonstrar em trabalho anterior<sup>255</sup>, homens e mulheres viveram e morreram sem ter acesso à propriedade da terra naquela região. As possibilidades e estratégias traçadas pelos diferentes grupos sociais sofreram muitas alterações ao longo do tempo, mesmo se considerarmos apenas o período imperial. No entanto, há permanências possíveis de se afirmar sem reservas: a concentração de terras em mãos de poucos, bem como a existência de “sem-terras” atravessam todo o Império. Alteradas, como demonstramos, mas permanecem.

Ao analisarmos as transformações desta sociedade nas duas últimas décadas do Império, percebemos que as camadas mais pobres da população tornam-se, numericamente, cada vez mais significativas, na medida em que nos aproximamos do final do século XIX. O fim iminente da escravidão e o

---

<sup>255</sup> GARCIA, Graciela Bonassa. O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de Mestrado (mimeo).

início do processo do cercamento dos campos na região incidiram de forma profundamente transformadora sobre a sociedade da Campanha rio-grandense no período. A cerca, elemento da paisagem da Campanha já na década de fundação do município de Alegrete, desempenhara papel fundamental no sentido de viabilizar a produção. No entanto, ao longo de todo o período imperial, foi a pobreza rural que desempenhou o papel de *fronteira viva* entre as propriedades. Com o advento do aramado, em meados da década de 1870, essa população será gradativamente varrida de suas posses, os denominados *postos*, como podemos inferir pelo aumento vertiginoso dos processos de despejo. Com o arame, não serão mais necessários os *posteiros*. Às vésperas da extinção legal da escravidão, essas famílias, a exemplo de Verônica Gonçalves Jardim e seus doze filhos, cuja existência “*na maior pobreza e à força de seu trabalho em princípio e com suor de sangue*”<sup>256</sup> deixou um raro vestígio documental, passaram a depender, acima de tudo, de seu trabalho para sobreviver.

Assim, se, por um lado, ao longo dessa análise nos interessou, acima de tudo, perceber e demonstrar a existência e representatividade da pobreza rural nos municípios de Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí, nas décadas finais do período imperial, por outro, buscamos também expor a forte diversidade social que marcou aquela sociedade, alicerces que fazem dela hoje o berço do latifúndio no estado do Rio Grande do Sul.

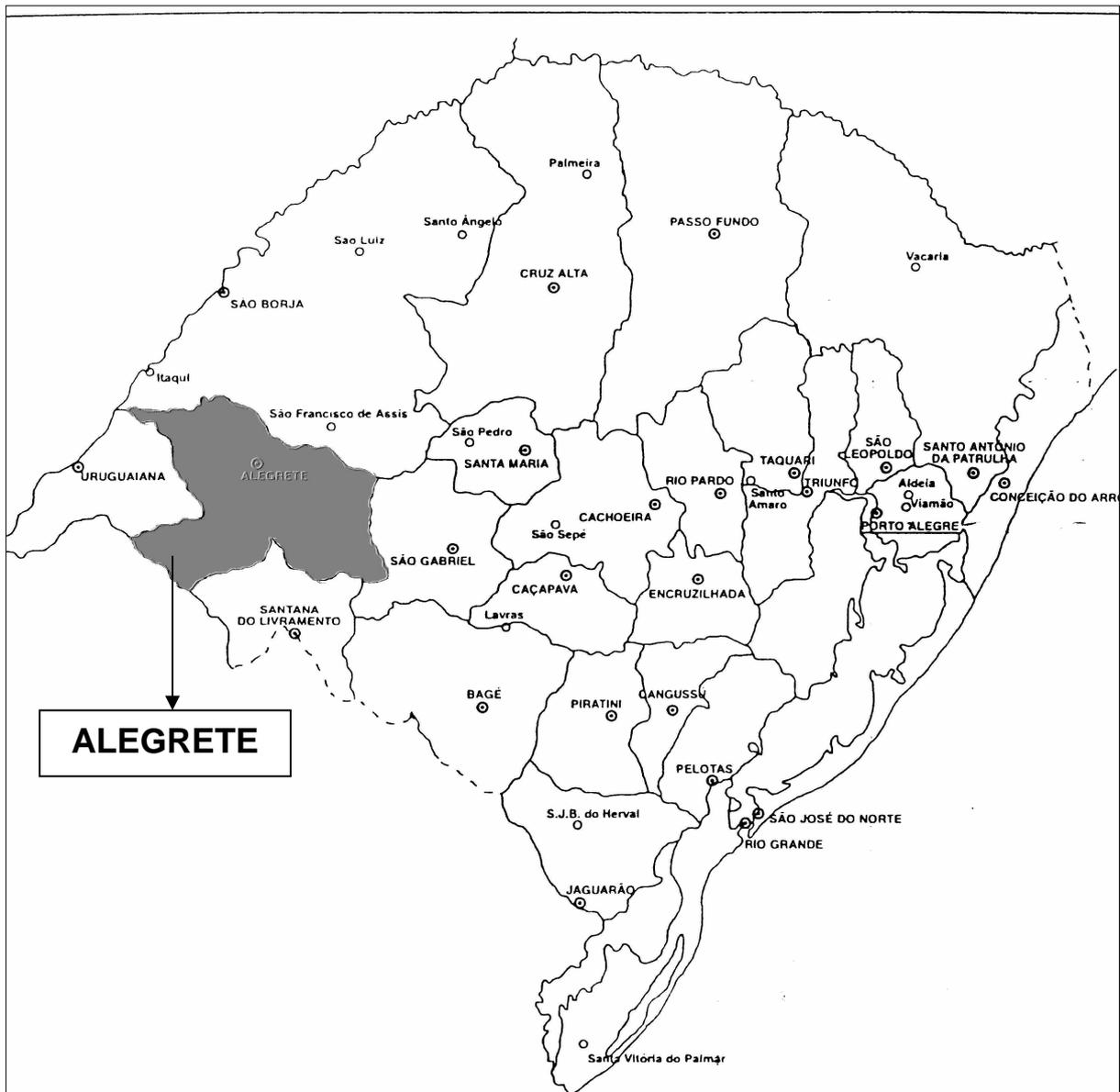
\*

## ANEXO I

### Mapa 5: Municípios do Rio Grande do Sul em 1857

---

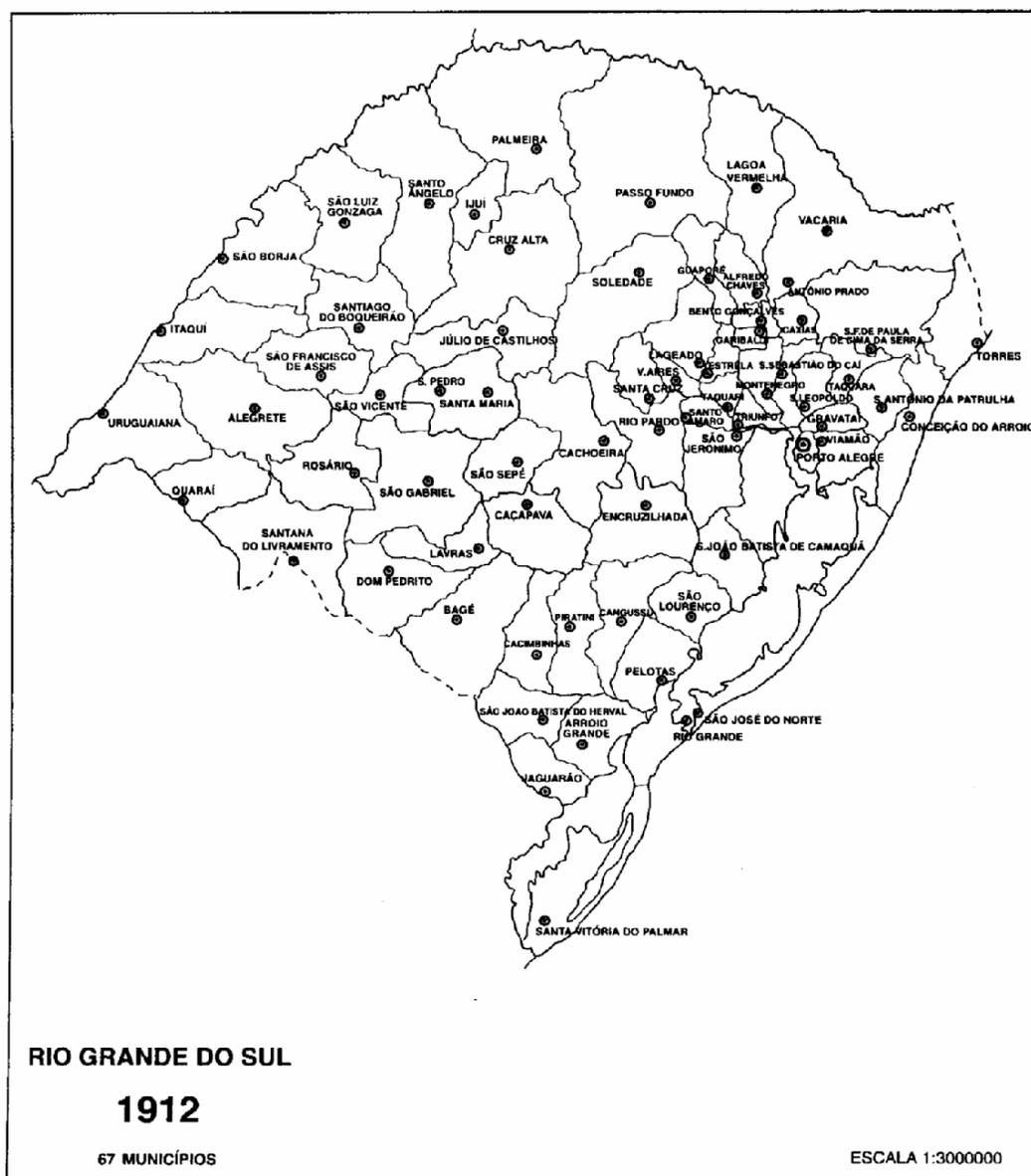
<sup>256</sup> Inv. 486, mç. 37, Cartório de Órfãos e Ausentes, Alegrete, 1882, APERS.



Fonte: Adaptado de FELIZARDO, Júlia. (Org.) *Evolução administrativa do Rio Grande do Sul*. (Criação dos municípios). Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), Divisão de Geografia e Estatística. p. 18. *apud* FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

## ANEXO II

Mapa 6: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1912<sup>257</sup>



Fonte: FELIZARDO, Júlia. Op.cit. p.42.

Fonte: Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

<sup>257</sup> A área de Alegrete, Quaraí e Rosário do Sul, neste momento, é o mesmo da década de 1880, após o primeiro sofrer desmembramento dos territórios que deram origem aos seguintes.

## FONTES MANUSCRITAS

### Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS):

Inventários *post-mortem*. 1870, 1872, 1874,1876, 1878, 1880, 1882, 1884, 1886, 1888.

354 inventários dos Cartório de Órfãos e Ausentes, Provedoria e Cartório Cível e Crime. Alegrete, Quaraí e Rosário do Sul.

Registro Paroquial de Terras.

355 registros. Alegrete.

Processos de Despejo. 1824-1890.

46 processos. Alegrete e Quaraí<sup>258</sup>.

Ações Possessórias. 1870-1890.

76 ações. Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí.

Medições. 1870-1890.

49 processos. Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí.

### Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs):

Correspondência da Câmara Municipal de Alegrete. 1870-1890.

Correspondência Sub-delegacia de Polícia de Alegrete. 1870-1890.

*Mappa numerico das estancias existentes nos diferentes municipios da Provincia, de que até agora se tem conhecimento official, com declaração dos animaes que possuem, e criação por anno, e do numero de pessoas empregadas no seu costeio.* Maço 532, 1858.

---

<sup>258</sup> Não foram encontrados processos de despejo referentes ao município de Rosário do Sul no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Arquivo Nacional (AN):

Corte de Apelação. Alegrete.

Apelação Cível nº 3227, cx. 1718, gal. A, 1868, Alegrete.

## FONTES IMPRESSAS

*Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade* (Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade – acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.

Censos do IBGE. Rio Grande do Sul, ano de 1872.

*De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1986.

*Quadro numérico dos escravos matriculados nos diversos municípios desta Província em agosto de 1885*. Relatório apresentado ao S. Exmo. o Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos 2º vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul pelo Exmo. Sr. Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros ao passar-lhe a Presidência da mesma Província em 19 de setembro de 1885. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u762/000002.html>

Relatório apresentado ao Ilmo e Exm. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villa Nova Vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul pelo Conselheiro Bento Luiz de Oliveira Lisboa por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 25 de abril de 1887. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/919/000002.html>

Relatório apresentado ao Ilmo. E Exmo. Sr. Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça 3º vice-presidente por S. Ex o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova 2º vice-presidente ao passar-lhe a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 27 de outubro de 1887. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u765/000002.html>

*Relatórios da Província do Rio Grande de São Pedro*. 1870-1890.

## BIBLIOGRAFIA

- ARAUJO FILHO, Luiz. *O município de Alegrete*. Alegrete: Irmãos Prunes & C. Editores, 1907.
- ARDENGHI, Lourdes Grolli. *A questão da terra na ocupação do Norte: caboclos, ervateiros e coronéis*. In: GOLIN, Tao; BOEIRA, Nelson (Orgs.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. Vol. 3, Tomo 1. (Coleção História do Rio Grande do Sul).
- BAKOS, Margaret M. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982
- BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: A brazilian ranching system, 1850-1920*. California: Standford University Press, 1998.
- BERNARDES, Nilo. *Bases geográfica do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 3.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S., BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa*. In: \_\_\_\_\_. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *A política de terras: o veto dos barões*. In: *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro da sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996. p. 303-325.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *A potência da propriedade*. In: *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Brasil, 1981.
- CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832*. Porto Alegre:

- Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, Instituto Estadual do Livro; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978.
- CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In.: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriação e expropriações de terra na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004. Dissertação de mestrado (mimeo).
- Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el-Rei D. Filipe I.* - Ed. fac-similar da 14ª ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de Almeida. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. v. 38-C, TITULO LXXXVIII
- CONGOST, Rosa. *Tierras, Leyes, Historia: estudios sobre 'la gran obra de la propiedad'*. Barcelona: Crítica, 2007
- CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1983. (Dissertação de mestrado)
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei. Lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986.
- DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: *Estudos econômicos*. Vol. 17, nº 2, Maio-Agosto, 1987.
- FARINATTI, Luís Augusto E. *Escravidão e Pecuária na Fronteira Sul do Brasil: primeiras notas de pesquisa – Alegrete, 1831-1850*. Trabalho apresentado no II Encontro em História Econômica, ABPHE, Niterói (RJ), 2004.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Dissertação de Mestrado (mimeo).

- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Dissertação de mestrado (mimeo)
- FOLETTTO, Arlene Guimarães. *Dos campos junto ao Uruguai aos matos em cima da serra: a paisagem agrária na Paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889)*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação de Mestrado (mimeo).
- FRADKIN, Raúl. La experiencia de la justicia: estado, propietarios y arrendatarios en la campaña bonaerense. In: *La fuente judicial en la construcción de la memoria*. Buenos Aires: Suprema Corte de Justicia/ Universidad Nacional de Mar del Plata, 1999.
- FRADKIN, Raúl. Poder y conflicto social en el mundo rural: notas sobre las posibilidades de la Historia Regional. In: FERNANDEZ, Sandra; DALLA CORTE, Gabriela (Comp.). *Lugares para la Historia: espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporaneos*. Rosario: UNR Editora, 2001.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – Inventários *post-mortem*. *Revista Arrabaldes*, Niterói, n. 2, set./dez. 1988.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GARAVAGLIA, J. C. Ecosistemas y tecnología agraria. Elementos para una historia social de los ecosistemas agrarios rioplatenses (1700-1830). *Desarrollo Económico*. 112 (28), Buenos Aires, 1989.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las 'estancias' en la campaña de Buenos Aires: los medios de producción (1750-1850). In: FRADKIN, R. (org.). *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires, CEAL, 1993.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.
- GARCIA, Graciela Bonassa. *Chácara*. In: MOTTA, Márcia (org). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado (mimeo).
- GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.
- GELMAN, Jorge. Sobre escravos, peones, gauchos y campesinos: el trabajo y los trabajadores en una estancia colonial rioplatense. In: SANTAMARÍA, Daniel et alii. *Estructuras Sociales y mentalidades en América Latina. Siglos XVII y XVIII*. Buenos Aires: FSR, Editorial Biblos, 1990. p. 241-279.
- GOMES, Flávio dos S. *A hidra e os pântanos – mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII – XIX)*. São Paulo: Editora UNESP e Ed. Polis, 2005.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabaldes*, Niterói, ano 1, n. 1, p. 69-82, maio/ago. 1988.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O Rio Grande, a Banda Oriental e a Guerra Gaucha. In: *O Horizonte da Província: A República Rio-grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Tese de Doutorado (mimeo).
- HOBBSAWN, Eric. Da história social à história da sociedade. In: *Sobre história*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. p. 83-105.
- <http://www.wordreference.com/definicion/zanja> Acesso em 04 de fevereiro de 2010.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> Acesso em 29 de novembro de 2009.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=169](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=169) Acesso em 19 de dezembro de 2009.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra & poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- LACERDA, Antônio Henrique Duarte. Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-1888. São Paulo: FAPEB; Annablume, 2006.
- LANDO, Aldair M.; BARROS, Eliane C.. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In.: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

- LARA, Sílvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Hildebrando e BARROSO, Gustavo (Orgs.) *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.
- LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 4. ed. Brasília: ESAF, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. CARDOSO, Ciro Flamarion S., VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 165-184.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Teixeira da. A pesquisa em história da agricultura no Brasil: questões de método e de fontes. In: \_\_\_\_\_. *História da agricultura brasileira. Combates e controvérsias*. São Paulo : Brasiliense, 1980. p. 71-105.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre e Caxias do Sul: EST e UCS, 1984.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MAYO, Carlos A.. Gauchos negros: los esclavos de la estancia colonial. In.: *Estancia y sociedad en la pampa, 1740-1820*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1995. p. 135-150.

- MENZ, Maximiliano Mac. O Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX: atividades pecuárias na fronteira oeste. *História – UNISINOS*, v. 6, n. 5, p. 159-174, 2002.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Rio de Janeiro: Officinas da S. A. Litho-Typographia Fluminense, 1922. Edição fac-simile da segunda edição de 1813.
- MOREIRA, Igor A. G., COSTA, Rogério H. da. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil. A geração do conflito (1795-1824)*. São Paulo: Alameda, 2009
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil em meados do século XIX*. Campinas: UNICAMP, 1996. Tese de Doutorado (mimeo).
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. Proprietários de terra e arrendatários-escravistas em uma região produtora de gêneros alimentícios (São Gonçalo – 1808-1892). *Revista Arrabaldes*, Niterói, n. 2, set./dez, 1988. p. 87-99.
- NORONHA, Márcio Pizarro. Região, identificações culturais. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 23-38, jun. 1999.
- OLIVEIRA, Vinicius P. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST Edições, 2006.
- OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990. Dissertação de Mestrado (mimeo).
- OSÓRIO, Helen. *Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul. 1765-1825*. XIX Jornadas de Historia Económica. Asociación Argentina de Historia Económica, Universidad Nacional del Comahue. San Martín de los Andes, Neuquén, 2004.
- OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: UFF, 1999. Tese de Doutorado (mimeo)
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- PIÑEIRO, Théo Lombarinhas. *Crise e Resistência no escravismo colonial*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.
- PRADO JUNIOR, Manoel Batista. *As formas da liberdade: alforrias e experiências sociais de cativos na Campanha rio-grandense (Alegrete,*

- 1870-1888). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Monografia de conclusão de curso.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p.15-22, jun. 1999.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REVEL, Jacques (Org). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.
- REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- SANTOS, M. A. . *A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais*. São Paulo: Contexto Hucitec, 1977.
- SBARRA, Noel H. *Historia del alambrado en la Argentina*. Buenos Aires: Letemendia Casa Editora, 2008.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SECRETO, Maria Verônica. Legislação sobre terras no Brasil do oitocentos: definindo a propriedade. *Raízes*, Campina Grande, vol. 26, nºs 1 e 2, p. 10–20, jan./dez. 2007.
- SILVA, Lígia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- SILVA, Marcio Antônio Both . *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região da mata do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Niterói: UFF, 2009. Tese de doutorado (mimeo).
- SILVA, Marcio Antônio Both. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense (1850-1900)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação de mestrado (mimeo).
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Região e história: questão de método*. Curitiba, XII Simpósio Nacional de História, 1985.

- SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil: a corte e a modernidade imperial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.
- SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa: elucidário etimológico crítico (1875-1888)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955.
- SOARES, Mariza de C. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000
- SOUZA, Susana Bleil de. Propriedade rural na América Latina: a fronteira uruguaio-rio-grandense no século XVIII. In.: AZEVEDO, Francisca L. N. de; MONTEIRO, John Manuel (Orgs.). *Raízes da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, E. P. *Senhores & Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VARELA, Laura Beck. *Das Sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- VIEIRA, Eurípedes Falcão. *Rio Grande do Sul: geografia física e vegetação*. Porto Alegre: Sagra, 1984.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, p. 84-97, 1994.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- WISSENBAACH, Maria Cristina C. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- YOUNG, Eric Van. *Haciendo historia regional: consideraciones metodologicas e teoricas. Anuario IEHS*, Tandil, Argentina, n. 2, 1987.
- ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.
- ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Aproximações entre História Agrária e História Ambiental: o pampa do Rio Grande do Sul. In: GARCIA, Graciela B. (Org.). *ANAIS DO II ENCONTRO DO GT HISTÓRIA AGRÁRIA – ANPUH/RS*: Porto Alegre, 2009.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)